



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 186, TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodase



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 235ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia do Síndico, nos termos do Requerimento nº 1.008/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Dueto do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Sargento Samuel Daniel e Sargento Juan Albuquerque	8
1.2.2 – Interpretação narrativa	8
1.2.3 – Oradores	
Senador Izalci Lucas	9
1.2.4 – Entrega de homenagens às Sras. Flavianne Barreto e Silva dos Santos, Karina Garcia Nápoles Neves Ribeiro, Guanaira Cremonese e aos Srs. Guillermo Santana Enriquez, Leonardo Valverde, Fabiano dos Santos Silva, José Adriano Carvalho de Lima, Rodrigo Torres Pontes e Paulo Roberto Melo	11
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Sr. Rodrigo Torres Pontes, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP) Brasil	12
Sr. Hoto Spiridião do Rego Barros, Líder do grupo Síndicos de Águas Claras	12
Sra. Lúcia Helena de Souza Caiafa, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais Mulher Distrito Federal	13
Sra. Tainá Matos Fernandes, Síndica profissional	14
Sr. Anderson Machado, representante da Ordem dos Advogados do Brasil	15
Sr. Ricardo Karpát, Diretor da Gábor RH e criador da certificação "Síndico 5 estrelas"	16



Sr. Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP) Brasil	18
1.3 – ENCERRAMENTO	21
2 – ATA DA 236ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2019	
2.1 – ABERTURA	23
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	23
2.2.2 – Oradores	
Senador Izalci Lucas – Anúncio da participação de S. Exa. em reunião com a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), em que defenderá o aumento dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste em favor do Distrito Federal.	23
Senador Paulo Paim – Indignação com o episódio que deixou nove mortos e doze feridos em um baile funk de Paraisópolis/SP. Anúncio de audiência pública que será realizada pela CDH a fim de debater a violência no País. Comentários sobre a fala do ex-Economista-Chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Sr. Augusto de la Torre, ressaltando o atual retrocesso na agenda social dos países latino-americanos. Registro do início da Campanha Nacional de Prevenção ao HIV/aids e Outras Infecções, denominada Dezembro Vermelho.	25
2.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	31
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Humberto Costa – Repúdio à ação policial em baile funk na favela Paraisópolis/SP, que resultou em nove mortos. Registro dos seis anos do falecimento do ex-Governador de Sergipe Marcelo Déda. Considerações sobre o aumento da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Críticas ao Governo Bolsonaro pela redução de investimentos em programas sociais como o Bolsa Família.	32
2.2.5 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional em 4 de dezembro de 2019, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 104/2019.	36
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Senador Reguffe – Cobrança ao Senado para que delibere sobre o Projeto de Lei nº 378/2015, de autoria de S. Exa., que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo pelas prestadoras de serviços públicos. Posicionamento favorável ao incremento dos mecanismos de democracia direta no País.	37
Senador Styvenson Valentim – Comentários sobre resposta enviada pelo Exército a S. Exa. acerca da Operação Carro-Pipa e da escavação de poços artesianos no Semiárido do Estado do Rio Grande do Norte. Reflexão sobre a exploração da indústria da seca no Nordeste.	40
Senador Flávio Arns – Registro do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro. Comemoração do Dia da Pastoral da Criança, comemorado em 5 de dezembro.	47



Senador Eduardo Girão – Alegria com o Prêmio Wise Awards, da Fundação Qatar, recebido pelo Programa Criança Feliz coordenado pelo Ministério da Cidadania. Solidariedade à Senadora Juíza Selma, que será julgada pelo TSE sobre gastos de pré-campanha. Leitura de mensagem psicografada por Chico Xavier, de autoria de Bатуíra.	53
Senadora Selma Arruda – Destaque à importância de se combater a corrupção no País. Expectativa com o julgamento de S. Exa pelo TSE.	65
2.3 – ENCERRAMENTO	70

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 236ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 947/2019, na origem, em resposta ao Requerimento nº 19/2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.	72
---	----

3.1.2 – Comunicação

Do Senador Antonio Anastasia, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 1.024/2019.	76
--	----

3.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno .	78
--	----

3.1.4 – Encaminhamento de matéria

Recebidas e juntadas na página oficial da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2019 as cópias eletrônicas autenticadas das manifestações externas de diversas Câmaras Municipais do País.	82
--	----

3.1.5 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 4805/2019, que <i>dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 11.484, de 31 de maio de 2007.</i>	85
--	----

3.1.6 – Mensagens do Presidente da República

Nº 621/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 23/2019 (proveniente da Medida Provisória nº 888/2019), sancionado e transformado na Lei nº 13.915/2019.	132
Nº 622/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.916/2019.	133
Nº 623/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.917/2019.	134
Nº 624/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.918/2019.	135
Nº 625/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.919/2019.	136



Nº 626/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.920/2019. 137

3.1.7 – Requerimentos

Nº 1.070/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, na semana em que recair o dia 21 de abril de 2020, destinada a comemorar o aniversário de 60 anos da cidade de Brasília, Distrito Federal. 140

Nº 1.071/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 24 de abril de 2020, destinada a comemorar o aniversário de 60 anos da cidade de Brasília, Distrito Federal. 143

Nº 1.072/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 10 de fevereiro de 2020, destinada a homenagear os Bombeiros e profissionais da Defesa Civil que atenderam o desastre do rompimento da barragem de Brumadinho, Minas Gerais, e lembrar as vítimas da tragédia, que completa um ano. 146

Nº 1.073/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 24 de abril de 2020, destinada a celebrar o Aniversário do jornal *Correio Braziliense*. 149

Nº 1.074/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 18 de maio de 2020, destinada a rememorar e promover as ações relativas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. 152

3.1.8 – Término de prazos

Término do prazo, em 29 de novembro de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 34/2015; 25, 70 e 104/2018. 156

PARTE III

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (Suplemento "A")

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (Suplemento "B")

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 157

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 160

7 – LIDERANÇAS 161

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 163

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 168

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 171

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 210

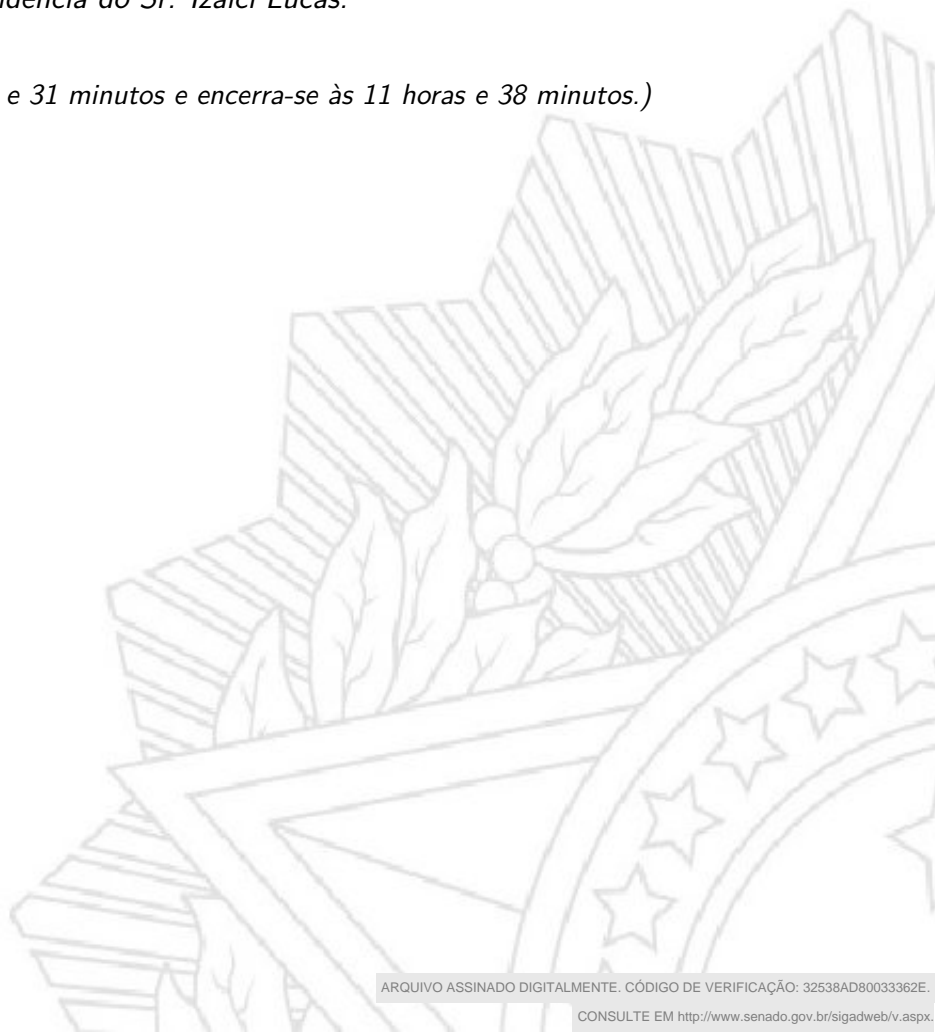


Ata da 235ª Sessão, Especial,
em 2 de dezembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 31 minutos e encerra-se às 11 horas e 38 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar o Dia do Síndico, nos termos do Requerimento nº 1.008, de 2019, do Senador Izalci Lucas e outros.

Convido para compor a Mesa o Sr. Paulo Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Ricardo Karpát, criador do Síndico 5 Estrelas. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Tainá Matos Fernandes, síndica profissional. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Lúcia Helena de Souza Lima Caiafa, síndica orgânica e Presidente da Abrassp Mulher Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido também o Hoto Spiridião do Rego Barros, líder do grupo Síndicos de Águas Claras. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Rodrigo Pontes, Vice-Presidente da Abrassp. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pelo dueto da Banda do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido a Sra. Nyedja Gennari para contar a história do síndico.

A SRA. NYEDJA GENNARI – (Interpretação narrativa.) Senhoras e senhores, bom dia.

As histórias marcam, inspiram, emocionam, divertem, são inventadas ou reais. Por isso, nesta manhã, eu convido cada um de vocês a uma viagem, uma viagem por uma história real e inspiradora. Então, apertem os cintos da imaginação ou soltem, se preferirem, e viajem comigo pela história do surgimento do síndico.

O problema da propriedade em comum é bastante antigo. Na Roma da Idade Média, já se encontrava uma experiência de construção de casas em comum, semelhante ao condomínio de nossos dias. Um senso prático e utilitário do povo romano e a dificuldade, na época, em adquirir moradias completamente independentes em suas comunidades, que não dispunham de grandes espaços para as construções, fizeram com que se construíssem casas em comum, ou seja, um sistema de propriedade semelhante aos condomínios de nossos dias, porém, numa configuração diferente da dos dias de hoje.

Na cidade de Grenoble, na França, em 1720, a ideia de construir pequenos edifícios para acomodar várias famílias em cada um, foi usada para abrigar cerca de 8 mil moradores que perderam as casas em um incêndio. Na época, a corte encomendou um projeto ao seu arquiteto, que, no intuito de economizar tempo e dinheiro, desenhou a cidade com as ruas bem amplas e os espaços reservados às moradias bem reduzidos. As pessoas se agruparam em comunidades de três ou quatro famílias, em grandes casas, parecidas com os nossos prédios atuais, divididos por andares e cômodos. Como a experiência deu certo, esse tipo de moradia foi evoluindo com o passar dos anos. A modernidade acabaria acrescentando muitos complexos problemas à questão de moradia, dentre os quais o da crise habitacional é um dos mais graves. Em tempos recentes, a humanidade viveu os períodos das grandes guerras, do abandono do campo, da explosão demográfica, da formação dos grandes centros urbanos e do grande anseio do cidadão pela casa



própria. A rapidez do desenvolvimento urbano, que acarretou a redução de espaços, fez com que muitas famílias passassem a viver em condomínios. Outro fato que levou as famílias a se isolarem em áreas mais fechadas e protegidas é o aumento da violência.

Para se ter uma ideia, 5 milhões de pessoas vivem em cerca de 30 mil condomínios verticais existentes somente na área metropolitana de São Paulo. Esse tipo de propriedade oferece vantagens e desvantagens. Do lado positivo, a economia resultante de um melhor aproveitamento do espaço, com mais confortos e facilidades. Por outro lado, o lado negativo: uma certa perda da privacidade; a convivência nem sempre natural entre os vizinhos e problemas decorrentes da má elaboração de convenções e regulamentos internos.

Para tudo isso, fez-se necessário alguém para administrar, cuidar e zelar: o síndico. Ser síndico é administrar conflitos, é defender o interesse da coletividade, é promover a harmonia, e principalmente, garantir a integridade física da edificação.

Nesse entendimento é que queremos, nesta data, nesta manhã, homenagear aqueles que, com responsabilidade, espontaneidade e principalmente dedicação, exercem esse cargo que é, ao mesmo tempo, ingrato e muito gratificante, pois ser síndico, além de tudo já contado para vocês, é ser um pouco de padre, psicólogo e policial; e quando falhar nos três, é ser taxativamente um juiz de última instância. A todos vocês, síndicos do Distrito Federal, esta singela homenagem do Senador Izalci Lucas e de toda sua equipe.

Eu sou Nyedja Gennari, contadora de histórias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar aqui a presença da administradora do Parque das Brisas, Águas Claras, Sra. Mira de Oliveira; do síndico profissional, Sr. Amarildo de Jesus Costa Mota; do também síndico profissional, Sr. Guillermo Santana Enriquez; do Sr. Pedro Silveira dos Santos; da síndica do Vila Grande, Águas Claras, Sra. Helen Bandeira; da síndica do Bloco F da 212, Asa Norte, Sra. Zeila Lemos Mascarenhas; do síndico do Residencial Globo, Taguatinga, Sr. Luiz Antonio da Silva; da síndica do Ville Plus, Samambaia, Sra. Karina Garcia; da síndica do Bloco A da 312, Sra. Rose Ramos; do síndico do Granville, Sobradinho, Sr. Eliezer de Souza Cruz; do síndico do Condomínio Araucária, Vicente Pires, Sr. Edvan Oliveira; da Conselheira Fiscal do Condomínio Sena, Taguatinga, Sra. Daniela Mota; da sócia-proprietária da Seven Stars Administradora e síndica do Ceilândia Center, Sra. Sônia Vieira; do sócio-diretor da Soluções Condominiais Petra, Sr. Raphael Rios; do Diretor da ASC Condomínios, Sr. Érico de Souza Júnior; do síndico e sócio da Adplan Administradora e Planejamento de Condomínios, Sudoeste, Sr. Yuri Gagarin de Matos Lima; do síndico do Via Viena, Sudoeste, Sr. Rosivan Dias Oliveira; do síndico do Residencial Nova Esperança, Vicente Pires, Sr. Evandro de Mota França; do síndico do Via Paradiso, Águas Claras, Sr. José Adriano; do administrador da Exata Contabilidade de Condomínios, Sr. Thyago Ferreira.

Quero, de uma forma especial, cumprimentar aqui o Paulo Melo, que é o nosso Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais. Quero cumprimentar também o Ricardo Karpat, criado do Síndico 5 Estrelas; a Sra. Tainá Matos Fernandes, que é a nossa síndica profissional; a Sra. Lúcia Helena de Souza Caiafa, síndica orgânica e Presidente da Abrassp Mulher, DF; o Sr. Hoto Spiridião do Rego Barros, líder do Grupo Síndicos de Águas Claras; e também o Sr. Rodrigo Pontes, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais.

Quero cumprimentar todos os síndicos, convidados.



Estamos aqui hoje para celebrar o Dia do Síndico. Hoje, esta Casa de Leis tem a honra de recebê-los e homenageá-los. São homens e mulheres que ouvem, se importam e trabalham pela comunidade em que vivem.

Como bem conta a Nyedja Gennari, essa história vem de longe, mas, só há pouco tempo, o papel do síndico na organização dos prédios comerciais, residenciais e nos condomínios de casas passou a ser reconhecido pela população.

O Diretor da Gábor RH, Ricardo Karpat, conta em um artigo sua apreensão ao ser convidado para dar uma palestra em um evento aqui na Capital, cujo tema era "O Dilema da Difícil Execução de Dupla Função de Mediador de Conflitos e de Executor das Prioridades Administrativas do Síndico Profissional".

Ele conta que, por uma dúzia de vezes, abriu e fechou o computador e não conseguia achar uma linha de raciocínio para sua palestra, em razão da palavra "dilema". A palavra sempre nos remete a dois caminhos opostos e, no caso específico, o que nos vem à mente é: seria o síndico um mediador de conflitos ou um executor de tarefas? Para ele, as duas coisas.

Daí resolveu consultar a palavra "dilema" no dicionário e achou a seguinte definição: dilema é "raciocínio que parte de premissas contraditórias e mutuamente excludentes, mas que, paradoxalmente, terminam por fundamentar uma mesma conclusão".

Assim Karpat chegou ao desfecho de que, por mais que pareçam excludentes, as duas opções do dilema são viáveis juntas e fundamentam a conclusão de "fazer o certo, do jeito certo".

Pois é, senhoras e senhores, o trabalho é difícil, é árduo e demanda mais do que administrar, demanda também liderar. São tarefas que vão desde obras estruturais até a solução de conflitos entre os condôminos. É preciso ter, acima de tudo, paciência e sabedoria. E isso os senhores e senhoras que assumem essa responsabilidade certamente têm.

O papel do síndico, suas tarefas e responsabilidades não vou listá-las, pois os nossos representantes aqui presentes vão falar de todas com mais propriedade, bem como dos contratos vigentes e do debate sobre a regulamentação da profissão.

Todos nós já tivemos uma ou outra rusga com um dos nossos síndicos e, digo, sem medo de errar que, na maioria das vezes fomos injustos.

Por isso, a resolução de conflitos requer sabedoria e, por essa razão, vocês, nossos síndicos, são eleitos e alçados a esse cargo.

Ao preparar esse pronunciamento, lembrei-me de uma lenda cherokee que li certa vez e que se chama conflito entre dois lobos. Um velho cherokee que dava lições de vida aos seus netos disse-lhes: "Está se travando uma luta dentro de mim. Luta terrível, entre dois lobos. Um é o medo, a cólera, a inveja, a tristeza, o remorso, a arrogância, a autopiedade, a culpa, o ressentimento, a inferioridade e a mentira. O outro é a paz, a esperança, o amor, a alegria, a delicadeza, a benevolência, a amizade, a empatia, a generosidade, a verdade, a compaixão e a fé. A mesma luta está se travando dentro de vocês e de todas as outras pessoas." As crianças puseram-se a refletir sobre o assunto e uma delas perguntou ao avô: "Qual dos lobos vencerá?" O ancião respondeu: "Aquele que for alimentado."

Senhoras e senhores, aqui nessa sessão homenageamos vocês, que se dedicam pacientemente a fazer o melhor para as suas comunidades, sempre alimentados pela paz, a esperança, a benevolência, a amizade, a empatia, a generosidade, a verdade, a compaixão e a fé.

A todos vocês agradecemos pela presença e parabenizamos pelo importante trabalho que realizam.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, neste momento desta sessão especial, temos a honra de homenagear alguns síndicos, e, em nome deles, celebrar todos os síndicos do Brasil.

Chamo aqui, nesta tribuna, para receber nossa humilde e sincera homenagem, Rodrigo Torres Pontes, síndico da SQB. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Chamo também a Flavianne Barreto e Silva dos Santos. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também Karina Garcia Nápoles Neves Ribeiro, síndica em Samambaia. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também Guanaira Cremonese, síndica profissional. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Guillermo Santana Enriquez, também síndico profissional. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Leonardo Valverde, também síndico profissional. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também o Fabiano dos Santos Silva. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – José Adriano Carvalho de Lima. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E também Paulo Roberto Melo. (*Pausa.*)

(Procede-se à entrega de certificado.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero ainda registrar a presença do Presidente do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) aqui do DF; do Prefeito da Superquadra Norte 309, Sr. Alcino Marçal Almeida; do Diretor da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais do Brasil, Sr. Marco Antonio; do síndico do Residencial Mont Blanc, Águas Claras, Sr. Carlos Mendonça; do síndico do Stilo Club Águas Claras, Lucas Daniel Borges; síndica do Condomínio Edifício Athenas, Sudoeste, do Doani Castro;



síndica do Condomínio Edifício Peônia, Valparaíso de Goiás, Ana Rosa Alves Cavalcante e síndico do Prime Residência Médica Taguatinga, Sr. Roberto Naves.

Concedo já a palavra ao Sr. Rodrigo Torres Pontes.

O SR. RODRIGO TORRES PONTES (Para discursar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Izalci Lucas, Presidente da Abrassp, Paulo Melo, e todos os integrantes da Mesa, todos vocês.

Eu gostaria de registrar nesta minha fala que eu, como síndico há dez anos – Superquadra Brasília, um prédio no Guará, são 15 prédios, é um *residence club* –, eu vejo que a gente sempre procura uma definição para o que é ser síndico. O que seria ser síndico? Seria apenas um mediador de conflitos, um responsável civil e criminal pelo condomínio? Seria um gestor responsável pela parte administrativa, pela parte financeira, pela parte operacional do condomínio? Tudo isso, nessas atribuições, visando sempre celeridade, qualidade, buscando o menor custo para resolver essas questões e atender essas atribuições.

Mas eu gostaria muito aqui de ousar ter outra definição ou, então, pelo menos simplificar essa definição consubstanciada em todas essas atribuições que a gente escuta bem, conhece bem. Temos também que buscar sempre a segurança, a qualidade de vida e o bem-estar de todos os moradores, inclusive da nossa família.

Então, eu vou usar e simplificar, resumir todas essas atribuições, todas essas responsabilidades e deveres numa única palavra: a nossa grande missão é servir.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

Muito obrigado, Presidente, Senador Izalci Lucas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também para fazer uso da palavra o Sr. Hoto Spiridião do Rego Barros.

O SR. HOTO SPIRIDIÃO DO REGO BARROS (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, em nome de quem cumprimento a Mesa, Sr. Presidente da Abrassp, Paulo Melo, senhores síndicos e demais presentes, com muito orgulho recebi o convite para participar desta homenagem ao Dia do Síndico. Há cinco anos eu convivo com esta classe, acompanhando, participando da luta diária dessas pessoas que abraçaram a responsabilidade de gerir rotinas administrativas tal qual uma pequena e média empresa, para defender o patrimônio, os direitos e os interesses do condomínio e dos condôminos.

No curso dessa tarefa, o síndico coloca à disposição da comunidade não apenas o seu conhecimento administrativo, mas também, junto com o exercício do cargo, entrega parte do seu tempo de convívio familiar, noites e muitas vezes madrugadas.

No campo patrimonial, o síndico associa também seu CPF à personalidade jurídica do condomínio, tornando-se responsável legal e criminalmente pelo condomínio. Não há como não enaltecer e reconhecer o esforço dessas pessoas que vai além de apenas administrar contas e conflitos, o exercício do cargo exige determinação, perseverança e adesão a uma causa.

A experiência mostra que um bom síndico é aquele que busca melhorias contínuas para seu condomínio, sejam elas em modelos de gestão, equipamentos ou instalações físicas. Para tanto, o síndico, como indivíduo, também precisa estar atualizado e conhecer as diversas opções de produtos e serviços condominiais, trocar experiências entre síndicos pessoalmente e em redes sociais, bem como participar de cursos, feiras e seminários. Tudo isso tira do síndico um pouco



mais do seu convívio familiar, mas são elementos fundamentais para que seja exercida uma boa gestão.

Por tudo isso, eu quero, ao comemorar o Dia do Síndico, em primeiro lugar, agradecer às esposas, maridos e filhos dos síndicos que aceitam essa ausência familiar, para que o síndico exerça o seu cargo. Agradeço também ao Presidente da Abrassp, Paulo Melo, que, nesses últimos anos, vem fomentando a formação e qualificação dos síndicos, não só em Brasília mas também, como hoje, expandindo horizontes em todo o Brasil, disseminando conhecimentos e boas práticas de gestão.

Agradeço a esta Casa, em particular ao Senador Izalci Lucas, por abrir espaço a esta homenagem ao síndico, reconhecendo-se, assim, a importância da atividade para a sociedade. Acima de tudo, parablenizo a todos os síndicos, subsíndicos e conselheiros por tudo que fazem em prol das suas comunidades, que todos possam um dia olhar para trás com orgulho e afirmar: "Eu fiz, realizei, deixei um legado aqui. Eu fui síndico deste condomínio."

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também a Sra. Lúcia Helena de Souza para fazer o uso da palavra.

A SRA. LÚCIA HELENA DE SOUZA CAIAFA (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos. As nossas saudações e o nosso agradecimento, por esta homenagem, ao Paulo, que sempre vem desenvolvendo, junto aos síndicos, um trabalho maravilhoso.

Duas coisas me chamaram atenção na fala da contadora de histórias: que pode ser ingrato e gratificante. Então, eu queria contar duas estorinhas.

Meu nome é Lúcia, eu sou síndica há 5 anos do condomínio Living Park Sul, que tem 1.152 unidades e em torno de 5 mil pessoas. Eu havia entrado para o condomínio há pouquíssimo tempo, estava tranquila na minha casa, com a minha família, quando o interfone tocou e falaram: "Dona Lúcia, desce aqui, desce aqui agora que o condomínio está pegando fogo!" Eu falei: "Não acredito, acabei de entrar e já vai ter um incêndio no condomínio?" Aí eu saí louca. Lembrei que, pelo elevador, eu não poderia ir, teria de ir pela escada. Desci quatro andares de escada e quase tive um ataque.

Então, foi uma situação muito difícil, que, às vezes você tem que conviver. Cheguei lá embaixo, já imaginando o condomínio em chamas. Não era nada disso. Era briga de vizinhos, que eu tinha que tentar apaziguar e a gente convive com essas situações. E é gratificante, eu encontrei com dois menininhos e um falou comigo assim: "Você é a diretora do condomínio?" Eu falei não. "Não, ela é a presidente." "Olha, o condomínio ficou muito melhor depois que você entrou."

Então, é uma situação gratificante e, assim, a gente vai convivendo, mas é um crescimento muito grande. Eu sou psicóloga e eu falo que foi o lugar onde eu tive maior aprendizado até para trabalhar em consultório. Essa homenagem aqui, Senador, é muito importante, porque, às vezes, o síndico é aquela pessoa que está lá para jogarem as frustrações em cima dela. Então, isso nos fortalece muito.

O nosso muito obrigada e ao Paulo também, que eu aprecio muito o trabalho que ele vem fazendo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Passo a palavra também à senhora Tainá Matos Fernandes.



A SRA. TAINÁ MATOS FERNANDES (Para discursar.) – Bom dia, bom dia a todos, bom dia a esta Casa, à Mesa. Um excelente dia para nós síndicos, profissionais, síndicos orgânicos, conselheiros fiscais, enfim, a todas essas pessoas que se dedicam à comunidade.

Eu não poderia começar sem antes agradecer e dizer que eu estou extremamente honrada e emocionada, até com esta Mesa aqui composta: primeiro, pelo nosso Senador Izalci Lucas. Eu sou uma aluna do cheque-educação, me formei através disso e, então, acompanho desde sempre o trabalho deste grande Senador, dessa grande figura e sei o quanto foi importante na minha vida para estar aqui hoje principalmente. (*Palmas.*)

Bom, pelo meu querido Presidente da Abrassp, Paulo Melo, uma pessoa incrível de uma visão magnífica e que foi – eu acredito que seja – um mentor de todo esse reconhecimento que a gente precisava tanto; pelo meu querido Otto, que é nosso líder, o nosso mestre, foi a pessoa que nos abraçou desde o início como um verdadeiro pai e nos trouxe para dentro de nós, e hoje cada um segue o seu caminho, mas o meu imenso agradecimento e quero dizer que eu sou muito, muito feliz e orgulhosa de ter sido uma discípula, de ser uma discípula; pelo meu querido Rodrigo, como eu estava falando, comentei aqui com ele: eu não sei se você se lembra de mim? Mas tive a oportunidade de conhecer o trabalho dele há um tempo, porque é uma pessoa de referência aqui no Distrito Federal; pelo meu querido Karpát, eu, como tiete ali, falei: vem aqui e entra numa *live*, porque eu o acompanho, vou para São Paulo, vou para Fortaleza, vou para Salvador para participar de palestras... É uma pessoa também militante à nossa causa, ao reconhecimento do síndico e à profissionalização; pela querida Lúcia, que me deixou emocionada, lembrou-me muito, por incrível que pareça, nove anos atrás, quando eu comecei a minha vida de síndica, e esse amor, essa luz que se irradia hoje quando você fala eu desejo muito que permaneça em toda a sua caminhada; e por vocês.

Eu tive muito... Aqui eu consegui reconhecer muitos colegas de caminhada, nove anos atrás, alguns moradores, conselheiros fiscais. E passa um filme na nossa cabeça: o quanto nós já choramos juntos, quanto nós já vibramos juntos.

Então, o que eu posso falar para vocês, eu escrevi um monte de coisa, mas eu vou passar bem por cima, é que é um dia extremamente feliz, a gente realmente esperava há muito tempo. O síndico, há um tempo, era visto como aquela pessoa que é desocupada na vida ou que se aposentou, e, muitas vezes, tinha aquela figura ferrenha de uma bruxa ou de um militar, alguma coisa do tipo. E a gente percebe que houve uma revolução, e essa revolução aconteceu do dia para a noite. Essa revolução acontece com a vontade da sociedade de militar, militar por uma sociedade melhor, mais justa, militar por uma sociedade não de corrupção, mas de bem-estar à população, de honestidade. E a gente percebe que pessoas de várias áreas profissionais – psicólogos, militares, professores, quem é da área da saúde – tomam para si essa paixão pelo lugar onde mora e descobre que é um universo muito maior, é um universo de gestão de pessoas – esse é o nome. E gerir pessoas não é algo fácil, nós sabemos disso. Muitas vezes, não temos esse reconhecimento. Quantas classes reivindicam esse tal reconhecimento? Mas, para a figura do síndico, não só existe a falta de reconhecimento, como existia a questão de uma figura politicamente ruim, como se fosse algo desonesto, como se fosse algo ruim. E isso nós viemos para mudar. Essa mudança de olhar, de visão, de paradigma, aconteceu na nossa geração, aconteceu porque nós estamos aqui batalhando todos os dias para isso, porque nós estamos nos profissionalizando, porque nós estamos buscando reconhecimento, porque nós estamos buscando, dia após dia, superação – e a superação é dentro de cada um de vocês, é dentro de nós, é mostrar que nós somos capazes.



Eu lembro que quando eu entrei nessa jornada de síndico, eu atuava na área de saúde e a minha faculdade, inclusive, era bastante onerosa – por isso, entra a questão do Cheque-Educação –, e quando eu vou para a área de condomínio, eu descubro que é um mundo muito mais rico, que é um mundo em que eu mexo com Economia, com Psicologia, com Engenharia, com Administração, mas acima de tudo foi o meu eu. A cada dia eu me sentia mais impulsionada a continuar, porque as pessoas não acreditavam, porque as pessoas tinham uma visão ruim do síndico. "Ah, é mais um para querer ganhar o dinheiro do pró-labore." E aqueles síndicos que nem pró-labore têm? Mas, nesse caminhar, a gente percebe...

E vamos fazer uma retrospectiva aqui de 2019. Que ano! Ufa! Vida de síndico é "eita" atrás de "ufa" ou alguma coisa assim. É um ano em que a gente viu incêndios, em que a gente viu desmoronamento e que a gente finaliza com um tremendo desrespeito, desrespeito de uma figura pública, que doeu, que doeu em mim, que não estava ali na pele dele, mas sei o que é isso todos os dias. Quantos de nós sofremos na pele tudo o que vimos na televisão e no jornal?! Repercutiu? Óbvio que sim, porque se tratava de uma figura pública, mas vocês sabem do que eu estou falando. Quantos de nós somos vistos no dia a dia como alguém que tem que resolver o problema, e quem está do outro lado não quer saber se está certo ou se está errado?

O que eu falo para vocês é que é extremamente gratificante saber que há pessoas que estão com essa visão de águia, que estão tendo esse olhar sensível à nossa classe, à nossa categoria, porque nada mais do que justo reconhecer o trabalho de líderes comunitários, de pessoas que, todos os dias, lidam com "n" tipos de personalidades, de culturas diferentes.

O que eu quero falar para vocês, meus colegas, é que a nossa realização pessoal é muito gratificante, mas a realização profissional quando você vê que a mudança começa dentro da sua casa... E, para você mudar um país, para você mudar uma sociedade, você precisa mudar dentro da sua casa. Isso é o nosso trabalho. E nós não estamos mudando a nossa casa? Eu acredito que sim, porque a sociedade hoje olha para a gente com outros olhos. E aqueles que não reconhecem ainda... Está aí a prova, como a gente acabou de ver: a maioria luta por dignidade, por pessoas que sirvam a uma sociedade honestamente. E é por essas pessoas que a gente está aqui todos os dias, passando por cima muitas vezes da família, marido, esposa, filhos, porque a gente veio para este mundo para liderar, porque a gente veio para cá para fazer a diferença. E vocês foram escolhidos pela comunidade de vocês.

Os meus parabéns para todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou convidar também o Anderson Machado, representante aqui da OAB, para falar também uns três minutinhos.

O SR. ANDERSON MACHADO (Para discursar.) – É uma honra poder estar aqui, Senador Izalci, que já muito estimo e conheço há muitos anos; Paulo Melo, uma pessoa também batalhadora nessa área dos síndicos, na parte condominial, cujo trabalho é realmente relevante aqui, no Distrito Federal, e no Brasil afora; e todos os componentes da Mesa.

É uma honra eu poder estar aqui falando, até porque, Senador, meu pai, com o Diretor da Casa, criou a TV Senado anos atrás aqui. Então, é uma alegria poder estar falando deste Plenário.

Pessoal, parabenizo os síndicos – vou ser bem breve – pelo trabalho e empenho de vocês. Junto à OAB, nós temos feito um trabalho com os advogados de reconhecimento da área do direito condominial. Nós temos hoje a Comissão Especial Federal do Direito Condominial. Estão



sendo instituídas essas comissões Brasil afora, mostrando a importância não só do trabalho que vocês desenvolvem em condomínios, mas principalmente do trabalho que os advogados estão desenvolvendo nos condomínios. Então, gostaria de parabenizá-los.

Eu tenho dito sempre que o síndico não deve ser um especialista. Eu sempre trabalho isso nos cursos e tenho palestrado isso Brasil afora, dizendo que o síndico deve ser um generalista, porque como disse aqui a síndica profissional Tainá, o síndico tem que ter conhecimento de diversas áreas, dentre elas economia, direito, administração, engenharia. Então, nada melhor do que estar ao lado de profissionais certos e que realmente possam trazer para os senhores um trabalho de muita confiança. As responsabilidades são enormes. Paulo brinca comigo dizendo assim: "doutor, você assusta muito os síndicos quando você fala de responsabilidade civil, criminal..." E eu digo: não são só essas não, Paulo; é previdenciária, trabalhista, tributária, e assim vai.

Então, nós estamos aqui para orientar. É um trabalho árduo. Parabenizo em especial todos os síndicos hoje aqui nesta Casa. Tenho acompanhado de perto o trabalho do Paulo como síndico, e outros, em Águas Claras, no Distrito Federal, Brasil afora, e realmente é uma alegria grande poder estar aqui ao lado e poder prestigiá-los aqui neste dia tão importante.

Parabéns a todos, sucesso e felicidades!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Passo agora a palavra ao Diretor da Gábor RH, criador também da certificação "Síndico 5 Estrelas", Sr. Ricardo Karpát.

O SR. RICARDO KARPAT (Para discursar.) – Bom dia a todos! É um prazer muito grande estar aqui presente. Agradeço o convite. Agradeço aos Senadores, principalmente ao Senador Izalci Lucas e ao Paulo Melo, que estão realizando esta sessão em homenagem ao Dia do Síndico. Parabenizo os síndicos aqui presentes, e também os síndicos de todo o Brasil.

Como cidadãos, nós criticamos com frequência os nossos governantes, muitas vezes com certa razão ou com muita razão, mas quando assumimos o papel de síndico, nós fazemos de maneira micro o que eles realizam de maneira macro. Então, a possibilidade de nós mudarmos o País em que estamos inseridos é mudar o nosso condomínio. Nós somos minigovernadores, miniprefeitos, ou mais do que isso, porque existem prefeituras que têm menos habitantes do que alguns condomínios-clubes. Então, ser síndico é poder mudar uma coletividade; ser síndico é poder mudar um Município, uma cidade, um País. É poder mudar o mundo. Quem muda o mundo de uma pessoa muda realmente o mundo.

Eu tenho viajado o Brasil inteiro nos últimos anos. Há dez anos, quando levantamos essa bandeira da profissionalização do síndico, não podíamos esperar que hoje estaríamos aqui presentes e que tanto se falasse hoje em síndico profissional em todas as cidades brasileiras, desde a Capital, aqui presente, e São Paulo, maior centro econômico do País, até as pequenas cidades em que estamos viajando frequentemente. Isso já é um passo dado para a profissionalização.

O síndico deve ser profissional, o síndico não é mais para amadores. O advogado aqui presente disse de tantas responsabilidades, então um amador não consegue gerir tanta responsabilidade e ter tantas vidas que ele pode modificar em termos de segurança, de manutenção predial, em termos de comodidade e de lazer. Você pode ser voluntário? Pode, mas voluntário numa gestão profissional. E, quando você faz uma gestão profissional, quando você faz uma especialização, quando você gasta tempo, perde tempo com a sua família – perde o tempo que



você tem mais valioso com a sua família –, para realizar, de maneira profissional, algo em prol da coletividade, nada mais justo do que você ser remunerado para tal. Então, é a bandeira fincada da profissionalização de gestão e também de reconhecimento e remuneração.

Não podemos esquecer que vivemos num país onde estamos tentando sair da crise. Temos hoje em torno de 13 milhões de desempregados – pode ser um pouco menos, pode ser um pouco mais. E o surgimento de uma profissão como síndico profissional, de maneira direta, pode trazer em torno de 300 mil empregos e, de maneira indireta, podemos falar em torno de 800, 900 mil empregos. É também uma ajuda à economia brasileira.

Dessa forma, gostaria também de fazer um apelo aos Senadores brasileiros de que, na briga da regulamentação que existe, se alerte para o bem dessa coletividade, se alerte para o bem da coletividade brasileira e dos síndicos, pois o reconhecimento, a regulamentação, quando caídos em mãos erradas, podem ser algo negativo para todos.

A regulamentação não pode ser abraçada por uma classe. O síndico não deve ser só administrador, o síndico não deve ser só advogado, o síndico não deve ser só engenheiro: o síndico é o síndico. Discordando um pouco do meu colega anterior, mas concordando com ele, ele não é um especialista em uma área; eu brinco que ele é um especialista generalista, ele tem que conhecer todas as áreas para saber tomar as decisões e controlar os seus prestadores de serviços.

Quando falamos em regulamentação, aqui muitos brigamos que deve ser o caminho talvez para frente. Nem sempre uma regulamentação é positiva – muitas vezes, não o é –, porque não muda nada em alguns momentos. Podemos falar de professores, podemos falar de médicos, que, mesmo regulamentados há muito tempo – e, vocês que me perdoem, são profissões mais importantes do que a nossa de síndico, porque salvam vidas e constroem o País com as nossas crianças –, ainda não têm materiais para usar em hospitais públicos, e alguns professores levam, às vezes, até tapas e chutes dentro de sala de aula.

Então, mais do que brigar pela regulamentação, nós temos que brigar pelo reconhecimento, nós temos que brigar por legislações mais sólidas para o universo condominial como um todo. E por que não brigar por uma vara específica de juízes que entendam do segmento condominial para julgar as nossas causas? Por que não lutar por isenção de impostos para um condomínio que contrate um síndico profissional, e isso seja abatido em impostos e que esse imposto abatido incentive a criar tantos novos empregos?

E obviamente que me sinto honrado de estar aqui presente, representando a Gábor RH e a certificação Síndico 5 Estrelas – eu luto e acredito que a qualificação sempre é o caminho mais importante.

Adam Smith dizia da mão invisível, da questão da oferta e da procura. Eu acredito que o Governo, onde aqui estamos, deve de alguma maneira ou deve com certeza criar legislações que nos permitam agir de maneira mais eficaz, mas quanto menos a intervenção de que esse curso deve ser feito, dessa forma deve ser realizado, tem que ser administrador, deve ser advogado... Não! Quem regulamentará isso de maneira informal é o mercado.

Nós temos hoje apenas 3% das profissões regulamentadas em nosso País. Converso muito, já conversei com o Paulo sobre regulamentação, e acredito que um momento ela vai chegar. Mas, mais do que brigar por regulamentação neste momento, o meu apelo é que brigemos pelo não aceite de uma regulamentação que pode ser negativa para todos nós. E quando chegar a regulamentação – se chegar – que chegue de maneira positiva.



Nós temos um Governo atual e um anterior que brigou muito com as forças sindicais. Temos mais de 15 mil, ou tínhamos mais de 15 mil sindicatos. Então, a criação de sindicatos ou conselhos não se mostrou muito eficaz na maioria dos casos; em alguns, sim, obviamente não estou generalizando. Posso citar um: a questão dos jogadores de futebol, que é uma profissão regulamentada, e que infelizmente aconteceu uma desgraça dos treze meninos no Ninho do Urubu, e que, se nada for feito, acontecerá outras e outras vezes.

Então, para finalizar a minha fala, quero agradecer aos Senadores, principalmente ao Senador Izalci Lucas, dando reconhecimento a tão importante função que vocês realizam de maneira política. Nós somos políticos. Todo cargo que é eletivo é político. E estou falando de boa política, que é o que está sendo realizado aqui hoje. E que de maneira política nós realizemos o *lobby* positivo para que, se for regulamentada, seja de maneira salutar a todos os envolvidos, principalmente aos condôminos. Mas, independentemente de regulamentação, temos que pensar em reconhecimento da profissão, em fortalecimento da profissão, em fortalecimento da coletividade brasileira, que podemos mudar.

Muito obrigado! É um prazer grande estar com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar ainda a presença do Presidente da Associação dos Moradores do Setor de Mansões Bernardo Sayão do Guará II, Sr. João Paixão; do administrador do Condominizado Gestão Colaborativa de Condomínios, Vandrei Cesáreo; síndica do Parque 5ª Etapa do Paranoá, Sra. Camila Rodrigues; síndica do bloco B da 104 da Asa Norte, Karine Sales Olga de Oliveira; Condomínio Residencial e Comercial Vital, Vicente Pires, Daniele Soares e Silva; bloco G, 214, Asa Sul, Maria de Lourdes Abreu Rodrigues; bloco C da 406 Norte, Marlene Marina; bloco G da 311, Raimunda Amália Vidal; Condomínio Côte D'Azur, Noroeste, Brasília, Rosângeli Costa; bloco D da 406, Asa Norte, Solange Rodrigues; QNE 17 lote 14, Taguatinga Norte, Antônio Carneiro Neto; Condomínio Laguna Beach, Águas Claras, Edmilson da Cunha; síndico do Residencial Liberté, Águas Claras; Gediel Turatti; Novo Horizonte, Sobradinho, José Dario Moura; síndico do Condomínio Império dos Nobres, Sobradinho, Moisés Neves; Residencial Villa Borghese, Samambaia, Wendel da Silva Medeiros; Condomínio Águas Claras, em Águas Claras, Leila Maia; bloco G da 214, Asa Sul, Roberto Pacciollo, Secretário-Executivo da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, Estevão Reis e procurador-geral da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais, Arggeu Breda Pessoa de Mello.

Passo a palavra agora ao Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais do Brasil, Sr. Paulo Roberto Melo. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROBERTO MELO (Para discursar.) – Meus amigos e minhas amigas, quero agradecer muito a todos aqui pela participação. Em 2015 nós fizemos uma sessão solene, a primeira na história do Brasil, na Câmara dos Deputados, com o ainda Deputado Federal Izalci Lucas. Eu me recordo que, apesar de ser maior o Plenário da Câmara Federal, nós estávamos com o Plenário vazio, mas foi um primeiro momento. Acho que foi uma oportunidade de a gente criar esse espaço em prol dos síndicos brasileiros.

Quero dizer aqui a todos vocês que nós estamos muito felizes em receber cada um aqui de vocês. Eu tenho a honra e o orgulho de dizer que eu conheço cada rosto, cada pessoa, seja visitando o condomínio de vocês, seja em cursos, seja em parcerias. Quero agradecer muito ao meu amigo, Izalci Lucas. Eu tenho falado sobre esta sessão solene há algum tempo, mas, faltando um mês, a gente decidiu fazer; ele conseguiu fazer. Ele teve uma viagem... Ele estaria hoje na



Inglaterra, mas cancelou a viagem dele para poder fazer esta sessão solene para os síndicos aqui. Então, muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Quero agradecer ao meu amigo também, o Ricardo Karpát, porque nós temos conversado muito. Eu acho que o diálogo é a solução para todos os conflitos. Nós tivemos momentos de conflito, e hoje nós somos grandes amigos, grandes parceiros. Quero dizer a você, Ricardo, que nós vamos construir juntos uma lei geral dos condomínios, em que nós podemos colocar uma regulamentação do síndico e também atualizar as regras da Lei nº 4.591, de 1964, e o Código Civil também, que já está um pouco defasado. Colocando isso tudo na Lei Geral dos Condomínios.

A minha amiga, minha Presidente da Abrassp Mulher DF, é uma síndica guerreira, uma psicóloga, tem feito um trabalho maravilhoso no condomínio dela, a D. Lúcia. Perdoe-me, D. Lúcia, vou chamar você de Lúcia. Viu?

Meu amigo Hoto Barros, nós também tivemos momentos, lá no início, de embates, mas nós somos parceiros, e eu acho que o embate faz bem para poder fortalecer as relações. Hoje, nós temos uma relação muito próxima e estamos construindo muito juntos.

O Rodrigo Pontes, que é um grande parceiro, é um grande vice-presidente, realmente é uma ponte, uma pessoa que ajuda a ligar pessoas, uma pessoa que faz a diferença por onde passa.

A Tainá, uma grande líder também, uma síndica exemplar, que tem feito um trabalho muito bom junto com a sua equipe.

Então, quero dizer aqui a vocês, pessoal, que é muito importante que nós possamos somar forças para esse mercado condominial avançar mais, melhorar, desenvolver. Nós precisamos, por exemplo, Senador Izalci, que é um contador, que foi juiz também, criar o MEI do síndico profissional, porque muitas vezes a pessoa vira síndico profissional e aí tem que abrir uma empresa, está começando a carreira. O MEI do síndico profissional seria importantíssimo para isso.

Como eu falei, a criação da Lei Geral dos Condomínios... Nós queremos criar no ano que vem, Senador Izalci Lucas... Inclusive, quero convidar o senhor para ser o Presidente dessa frente parlamentar mista em defesa dos condomínios e apoio aos síndicos do Brasil. Então, eu queria perguntar aqui ao senhor se o senhor aceita ser presidente dessa frente parlamentar que nós queremos criar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como dizer "não" na frente de todo mundo?

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Uma salva de palmas para o Senador Izalci, pessoal! (*Palmas.*)

Quero fazer aqui um pequeno resumo do mercado de condomínios no Brasil. Hoje, é um mercado gigantesco. Ele movimenta mais de R\$120 bilhões por ano, são cerca de 400 mil síndicos por todo o Brasil. No Distrito Federal, são 17 mil. O mercado tem crescido muito. A Associação Brasileira de Síndicos, em sete anos, já qualificou mais de 14 mil síndicos, seja em cursos, seja em encontros, congressos, palestras pelo Brasil. Só no DF foram 9 mil qualificados e, fora do DF, mais 5 mil qualificados.

Nós realizamos mais de 200 eventos, a Associação Brasileira de Síndicos. Para que isso? Para valorizar a pessoa do síndico. O síndico tem que ser empoderado. Nós estamos aqui para empoderá-los, para poder valorizar vocês. Muitas vezes nós sofremos muito nos nossos condomínios, porque nós fazemos cumprir a convenção, o regimento interno, e muitas vezes somos



maltratados, somos desrespeitados, não temos o reconhecimento que deveríamos ter em nossos respectivos condomínios. Então, a Abrassp faz isso para vocês.

Realizamos só no Distrito Federal mais de 90 cursos de qualificação. São cursos básicos, não são cursos de síndico profissional. Trinta encontros... Temos o Enprassp, o Ensicond, já foram trinta, somando os dois. Então, nós temos hoje um trabalho de pioneirismo em prol dos síndicos brasileiros.

Então, é isso, pessoal. Eu não vou citar nomes aqui da plateia, porque há muitos amigos e, se eu for citar um e não citar o outro, eu vou apanhar. Quero dizer a todos vocês que nós estamos com os demais diplomas de vocês aqui, e eu vou entregar para vocês aqui embaixo, agora. Tenham calma, fiquem tranquilos. Nós temos que devolver o Plenário, porque vai haver uma sessão daqui a pouco aqui.

Então, muito obrigado a todos vocês e que Deus os abençoe. Até a próxima se Deus quiser. Tenham todos um feliz Natal e um ano novo cheio de realizações.

Aproveitem esse período, de dezembro a março, para poder participar de muitas assembleias, serem eleitos em muitos condomínios, porque vocês merecem. Que Deus abençoe todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero dizer da minha satisfação, minha alegria em presidir esta sessão solene. Acho que o síndico tem um papel fundamental, seja profissional, seja voluntário. Nós temos, inclusive, agora dia 5 de dezembro, o Dia do Voluntário Internacional, e nós ainda temos muitos síndicos voluntários, que trabalham em benefício da sua comunidade.

Brasília não tinha a tradição de condomínios fechados. Nós conseguimos agora, na Lei da Regularização Fundiária, reconhecer, formalizar e regularizar a questão dos condomínios fechados. Nós temos quase mil condomínios que o Governo não admitia fechar com guarita, e que nós conseguimos, com a lei, regulamentar isso.

Eu tenho trabalhado muito na perspectiva de criar os Prefeitos de quadra também como tínhamos antigamente, muitas cidades aqui do DF tinham os Prefeitos de quadra. Eu, que fui criado no Guará... O Paixão está ali, que foi um dos primeiros presidentes de prefeitura de quadra, e que tem esse papel também como síndico.

Eu tenho falado que as pessoas muitas vezes esperam que o Governo, seja o Presidente, seja o Governador, resolva os problemas do País, os problemas do Estado e da cidade, e eu tenho dito que a gente não vai conseguir resolver todos os problemas se não resolver primeiro os nossos problemas da nossa casa, do nosso conjunto, da nossa quadra e da nossa cidade. Então, o papel do síndico é fundamental.

Está aqui a D. Lúcia, que é síndica de um prédio com quase 5 mil pessoas. A minha cidade – eu sou mineiro – de Minas, tem um pouco mais de 7 mil, 8 mil habitantes, e vê-se que aqui há alguns prédios que têm muito mais habitantes e que precisam realmente de um Prefeito. Como foi dito aqui, o síndico é um Prefeito, é um governante daquele espaço que lida com pessoas e com todos os tipos de problema.

Eu tenho feito muitas reuniões. Fiz semana passada na Estrutural, ontem na Vicente Pires e hoje eu tenho também, mas eu tenho tentado convencer a comunidade de a gente buscar uma solução dos problemas da nossa cidade, porque quem sabe o que é melhor para cidade é quem mora na cidade. E eu sempre falo de uma estorinha que li e que achei muito interessante.



Havia um cientista que queria consertar o mundo. Toda vez que ele chegava em casa para tentar se concentrar e fazer um projeto para consertar o mundo, ele era interrompido pelo filho pequeno dele. Aí ele disse: "Como é que eu vou fazer para entreter meu filho em outra coisa para que eu possa me concentrar e consertar o mundo?" Então, ele viu uma revista que tinha o mapa do mundo. Como o filho dele não conhecia o mundo, ele cortou o mapa em pedaços, como se fosse um quebra-cabeça, e deu ao filho para que ele pudesse se concentrar naquilo e, assim, deixar o pai dele buscar a solução de consertar o mundo. E ele achava que o filho dele não ia consertar tão cedo, porque ele não conhecia o mundo, mas para a surpresa dele, logo em seguida, o filho chegou: "Pai, consertei o mundo." "Mas como, meu filho, você conseguiu consertar este mundo, se você não o conhecia?" No verso da página, havia a figura de um homem, como ele conhecia um homem, ele consertou o homem e automaticamente consertou o mundo.

Então, a gente precisa fazer realmente o nosso papel, a gente precisa consertar primeiro em casa, depois consertar o nosso condomínio, não é isso? Consertar a nossa quadra para, depois, esperar que o Governo ou que as autoridades possam também consertar e, assim, ajudar a construir um país melhor.

Acho que se cada um fizer a sua parte, com certeza, logo, logo nós estaremos com um País melhor para todos. Quero agradecer a presença de todos vocês.

Declaro encerrada esta sessão solene. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 38 minutos.*)



Ata da 236ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de dezembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Paulo Paim, Rogério Carvalho e Styvenson Valentim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 42 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos.

Passo imediatamente a Presidência ao nosso Senador Paulo Paim, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Izalci Lucas, para o seu pronunciamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, pedi a V. Exa. que presidisse para que eu pudesse falar primeiro. Agradeço a V. Exa. Daqui a pouco, quero participar da reunião do Condel, da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Eu fiz já algumas audiências públicas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo exatamente buscando entender, conhecer melhor os planos de desenvolvimento regionais. Chamamos diversas audiências, estivemos com o pessoal da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), convidamos também o Banco do Nordeste. Fizemos reunião com o Basa, exatamente com a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), e fizemos também, por duas vezes, a reunião com a Sudeco – o operador da Sudeco é o Banco do Brasil, o agente financeiro – e fizemos também agora, recentemente, para conhecer melhor o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, do Norte e agora do Centro Oeste.

E sempre foi uma área em que a gente se preocupou bastante, porque o maior problema do Brasil – e Brasília não é diferente – é exatamente a questão de geração de emprego e renda.

Evidentemente, esses fundos constitucionais – a Sudeco, no caso aqui do Centro-Oeste – têm um papel de muita relevância, porque cabe ao Banco do Brasil, que é o operador dos valores do fundo, cabe realmente à Sudeco, que prepara realmente o plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, fazer a política, incentivando o desenvolvimento das empresas, o financiamento das empresas, pequenas, médias, grandes, a área rural, a área urbana, empresas privadas de todos os segmentos; e cabe ao Condel – e essa reunião vai acontecer daqui a pouco, às 14h30 – definir algumas formas de execução, os parâmetros percentuais de aplicação na área rural das empresas dos segmentos de indústria, comércio e serviço.

Para minha surpresa... E eu fico muito atento a isso, porque, quando eu fui Deputado Federal, na Comissão da Amazônia e também na de Desenvolvimento Urbano, havia uma proposta do Deputado na época, o Deputado Caiado, no sentido de substituir os recursos do DF pela nomenclatura da Ride, porque a Ride compõe não só o DF, mas praticamente vários Municípios do Estado de Goiás e três Municípios de Minas Gerais. Eram 22 e agora são trinta e poucas cidades aqui da região, da Ride do entorno, que a integram então.



Evidentemente, nós estávamos acompanhando isso. Eu não era desta Comissão, mas cheguei a tempo, e acabaram aprovando na marra lá. Sem muita participação, aprovaram transferir esse recurso para a Ride. Eu entrei com recurso no Plenário, na época, e derrotamos no Plenário essa proposta. Depois, aqui no Senado, chegando aqui, da mesma forma. Encontrei aqui um projeto tramitando, também de autoria já do Senador Ronaldo Caiado, que hoje é Governador de Goiás, e também, da mesma forma, nesse mesmo sentido de os recursos do DF serem utilizados na Ride. Ou seja, já existe o percentual do Estado de Goiás, já existem os recursos aqui do DF; então, lógico que passando para a Ride praticamente seria também para o Estado de Goiás.

Fui o Relator da matéria e arquivamos o projeto. Foi rejeitado evidentemente, porque não seria justo você tirar recurso do DF, ainda mais uma cidade que tem uma participação no PIB muito grande do servidor público. E agora, evidentemente, com esse crescimento absurdo de Brasília – nós temos mais de 3 milhões de habitantes, somos a terceira cidade do País –, nós precisamos diversificar as atividades econômicas e desenvolver as atividades aqui no DF para gerar mais recursos, mais emprego, mais renda.

E, para a minha surpresa – hoje, daqui a pouco, tem reunião –, nesses últimos 5 anos, o Governo do DF não participou dessas reuniões do Condell, onde quem vota é o Governador ou o Vice-Governador. Durante esses cinco anos, com a ausência total do Governo do Distrito Federal, eles, administrativamente, por decisão do Condell, aplicaram aquilo que o Senador Ronaldo Caiado, hoje Governador, tentou fazer por projeto de lei. Então, lá mesmo, eles decidiram.

Primeiro, o DF tinha participação de 19%. Hoje os recursos estão na ordem de 8,4 bilhões. Isso significa o quê? Significa que 1,5 bilhão seria a parcela do DF. Como eles não aplicaram, nos últimos cinco anos, por falta de interesse do Governo do Distrito Federal, eles baixaram de 19% para 10%. E o pior, com o que fiquei estarecido, é que, mesmo desses 10%, 5% vão para a Ride, ou seja, o DF, então, caiu de 19% para 5%. E hoje – a reunião é daqui a pouco e o Governador não tinha marcado presença, não teria confirmado presença – liguei para o GDF, falei com o Secretário José Humberto, falei também com o Vice-Governador, que me retornou a ligação. Eu disse a eles que não deixassem de participar dessa reunião de hoje, porque nessa reunião hoje nós poderemos resgatar parcialmente esses recursos, pelo menos para 13%.

Mas espero que o GDF esteja presente. Eu estarei, porque eu quero constatar, *in loco*, por que tomaram a decisão de reduzir para 5%, ainda mais num momento como este, em que o maior problema de Brasília hoje é geração de emprego e renda. Evidentemente, é o FCO que conduz, principalmente através da Sudeco, uma política de desenvolvimento da região. Que a gente possa realmente ampliar esses recursos.

Nós debatemos bastante a questão do agente financeiro. O Banco do Brasil é que faz, realmente, a operação do FCO; lá no Nordeste, é o Banco do Nordeste; e, no Norte, é o Basa (Banco da Amazônia). E, também nas reuniões, eu pude perceber que há uma prioridade nos bancos hoje de não ter risco nenhum. Então, se exige muita garantia, com um excesso de burocracia danado! Muitas vezes, eles deixam de priorizar aquilo que é fundamental para os fundos constitucionais, que é exatamente incentivar, incrementar políticas de desenvolvimento econômico.

Estarei presente nesta reunião daqui a pouco. Vamos buscar resgatar aquilo que é direito do DF. É uma lei que consta da Constituição Federal, e, por total despreparo, desinteresse, nos últimos cinco anos, praticamente nós não exercemos o nosso direito a esses recursos tão importantes para o Distrito Federal. Então, eu estarei lá e espero que o GDF também para



demonstrar o interesse, para que a gente possa votar novamente os percentuais do GDF, resgatando pelo menos a proposta de hoje. Eu vou exatamente tentar colocar o que está na lei desde o início, os 19%, porque há muita demanda hoje. É, com certeza, por falta de conhecimento que a gente não está conseguindo financiar esses projetos aqui, no Distrito Federal.

Da mesma forma, Presidente, assim como aconteceu com os recursos do FCO, da Sudeco, eu também fiquei indignado com a questão da reforma do ensino médio, que nós aprovamos com muito esforço aqui. Eu fui o Presidente da Comissão. Essas escolas públicas, a partir do ano que vem, vão oferecer um itinerário profissional, tão importante para os jovens, que é exatamente qualificação profissional, para voltar ao que era na nossa época. Eu tenho certeza de que V. Exa. fez. Eu também: quando fiz o meu ensino médio, eu saí de lá com uma profissão, porque as escolas ofereciam realmente um itinerário profissional. E nós aprovamos aqui para que, no ano que vem, as escolas públicas possam oferecer realmente qualificação profissional, mas o que percebemos – e também fui surpreendido no Ministério da Educação – é que o Distrito Federal também perdeu o prazo. Na reforma, havia um incentivo previsto para que aqueles Estados e Municípios que aderissem à criação do itinerário profissional. E o DF perdeu esse prazo, evidentemente como outros Estados também, mas nós não podemos deixar de participar, até porque isso faz parte dessa questão do desenvolvimento econômico, que vai precisar muito de profissionais qualificados, técnicos inclusive. O mercado hoje de técnicos é muito grande, a demanda hoje das empresas para jovens e adultos com mão de obra qualificada técnica é muito grande. Então, essa é a grande oportunidade que nós temos de realmente aumentar o número de empregos neste País, em especial no Distrito Federal, atividades econômicas. Para isso, tem que ter qualificação. E a qualificação vem do Sistema S, vem também da reforma do ensino médio.

Eu espero que a gente possa resgatar esse prazo. Não sei o que levou o DF a perder o prazo. Não sei se foi por desinteresse – vamos dizer assim – ou se foi realmente incompetência, ou não observância do calendário do Ministério da Educação. Essa é a minha preocupação. Estou indo daqui a pouco para essa reunião. Espero que a gente possa resgatar de fato os percentuais de investimento do FCO aqui no Centro-Oeste, em especial aqui no Distrito Federal.

Agradeço, Senador Paim, a V. Exa., por trocarmos o espaço. Como estou vendo já alguns Senadores no Plenário, agradeço a disponibilidade de V. Exa. presidir. Na sequência, como eu sei que V. Exa. sempre fala, a gente pede a um dos Senadores para presidir para que V. Exa. também possa fazer um pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos a V. Exa., Senador Izalci Lucas, a quem eu passo novamente a Presidência para que eu possa fazer um pronunciamento.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou pedir ao Senador Rogério: V. Exa. pode presidir aqui, Senador Rogério? Eu tenho uma reunião fora. É para que o Senador Paim possa...

Com a palavra, então, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Rogério, Senador Flávio Arns, Senador Humberto Costa, Senador Izalci, que está presidindo, eu hoje pela manhã, na abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos,



mostrei toda a minha indignação com o massacre de São Paulo, acontecido ontem, onde ficaram nove mortos. Fiz o registro lá que faço aqui: morte em Paraisópolis, o que se sabe e o que falta esclarecer. "Confusão durante ação da PM deixou 9 mortos e 12 feridos na madrugada de domingo, zona sul de São Paulo" – matéria do G1.

Há duas versões sobre o que aconteceu em um baile *funk* de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, na madrugada deste domingo, quando nove pessoas morreram pisoteadas – barbárie, crueldade – e outras 12 ficaram feridas. A polícia disse que a confusão foi provocada por criminosos que atiraram contra militares e usaram frequentadores da festa como escudo humano. Já os parentes das vítimas contestam e falam que foi uma emboscada da PM.

Essa política de ódio, essa política de liberdade para matar, mediante projeto que está aqui circulando no Congresso, encaminhado pela Presidência da República, é que leva a situações como essa. Eu, sem ter bola de cristal, no dia 30, só olhando a violência no Brasil e as denúncias que chegam à Comissão de Direitos Humanos, tinha divulgado o seguinte tuíte – @paulopaim, 30 de novembro:

Mais mortes ocorrerão em nosso País se o sistema público de segurança continuar como está: um modelo ultrapassado e arcaico [os milhares de pessoas que entraram no Twitter viram isso no dia 30], com seríssimos problemas estruturais e que tem como eixo uma cultura de ódio e de violência, da bala e da repressão. É preciso um outro olhar.

Infelizmente, estou soltando um outro tuíte agora dizendo o que aconteceu em São Paulo, que eu retratei aqui.

Na Comissão de Direitos Humanos, hoje pela manhã, decidimos que, na próxima segunda-feira, às 9h, porque queremos que a TV Senado, a Agência Senado e a Rádio Senado possam cobrir ao vivo, faremos uma audiência pública para discutir a violência e a barbárie em nosso País. Estamos convidando a Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Justiça, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de São Paulo – a maioria de denúncias que chegam à Comissão vem de São Paulo –, representantes das favelas, o Secretário da Justiça de São Paulo. Também representantes das comunidades se farão presentes na segunda-feira, para discutirmos. Como está, não pode continuar.

Não é que a Comissão de Direitos Humanos vai fazer milagre, mas vai mostrar, denunciar, alertar e cobrar das autoridades firmeza, dureza para aqueles que cometem crimes como esse, porque alguém foi responsável. Como é que você, sendo uma força de segurança, vai adentrar um baile *funk*, onde estão 5 mil pessoas, perseguindo dois bandidos? E alguém atirou. Ora, se alguém atirou, num País como o nosso, onde, recentemente, mesmo em São Paulo, se não me engano, em Suzano, entraram atirando e mataram estudantes, como vemos em outros países, é natural que as pessoas correram. Cinco mil pessoas correram, 12, hospitalizados e nove, mortos.

Lamentável, muito lamentável que a gente esteja aqui, na segunda-feira, falando de um tema como este.

É preciso preparo. É preciso precaução. É preciso orientação. É preciso tática até para você prender um criminoso.

Senador Humberto Costa, é uma satisfação o aparte de V. Exa. Na escuridão, eu não conseguia ver se V. Exa. estava de fato com o microfone levantado. A palavra é sua.



O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, inicialmente quero parabenizá-lo por trazer este tema. O Brasil todo hoje está em estado de choque com o que ocorreu.

Eu concordo plenamente com V. Exa.: isso é mais um resultado de toda a política de culto ao ódio, à violência, que vem sendo feita tanto pelo Governo Federal, pelo Presidente Jair Bolsonaro, como também pelo Governo estadual de São Paulo, com o Governador João Doria, por todos esses que alimentam essa ideia de que nós temos que tratar dos conflitos sempre de forma agressiva e violenta. Eu os culpo até mais do que os policiais que eventualmente participaram desse tipo de ação. E o que me preocupa mais ainda é que o Governo Federal esteja querendo ampliar até mesmo a possibilidade de situações como essa terminarem com resultados trágicos como esse.

Essa proposta do chamado excludente de...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excludente de ilicitude. Eu chamo de licença para matar.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de ilicitude nada mais é do que uma autorização para matar. E juntando-se a autorização para matar com essa cultura que eles estão criando no Brasil de que se deve enfrentar qualquer tipo de conflito com a violência, eu tenho certeza de que isso só pode se agravar.

Felizmente, eu tenho ouvido muitas manifestações de Senadores e de Deputados dizendo claramente que essa proposta não vai passar. Eu espero que realmente ela não passe para que nós não tenhamos que assistir a um aumento da frequência de situações como essa.

Por último, quero me associar a V. Exa. para cobrar do Governo de São Paulo uma apuração adequada de tudo o que aconteceu. É importante também a gente dizer que, por trás disso, há uma tentativa de criminalizar uma atividade cultural importante, que é o *funk*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem lembrado.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive, nós tivemos aqui oportunidade de derrotar projetos que queriam qualificar o *funk* como atividade criminosa. Ao contrário, neste Senado o *funk* foi elevado à condição de um patrimônio imaterial da nossa sociedade, que reflete a cultura negra e a cultura da periferia. Portanto, estou com V. Exa. nessa ideia de que temos que cobrar uma apuração rigorosa sobre o fato.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Paulo Paim, queria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Rogério, a palavra é sua, com satisfação. Com tristeza, mas com a satisfação de receber um aparte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Primeiro, quero elogiar a iniciativa de V. Exa. de vir aqui tratar deste tema.

A gente vê que os ricos recebem proteção do Estado para fazerem suas festas regadas a qualquer tipo de substância. Ninguém questiona; a polícia está lá, dá garantia e acontece...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei do "tipo de substância".



O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qualquer tipo de substância, qualquer tipo. E há proteção do Estado ali para assegurar aos ricos toda diversão.

Mas este País vive um momento tenebroso na sua história, que é a criminalização dos pobres, que é a criminalização da pobreza, que é a discriminação das comunidades onde vivem os negros, os pardos, os mais pobres do Brasil.

Então, uma festa que reúne milhares de pessoas, que é a única forma que essas comunidades têm de confraternizar, de comungar, de estar em comunhão comunitária, como são essas festas, ela se transforma em uma atividade criminoso, criminalizada.

Então, eu queria também aproveitar para dizer que o excludente de ilicitude está presente em várias ações institucionais no Brasil. O que fizeram, Senador Humberto Costa, com o Presidente Lula, nesse julgamento do TRF-4, é um excludente de ilicitude, ou seja, é autorização para matar e tirar o direito à liberdade e à cidadania do Presidente Lula, porque, veja, em um julgamento que já estava questionado no STF em função dos vícios da primeira instância, eles não só validam o julgamento da primeira instância, como aumentam a pena do Presidente. Isso é, como disse o Reinaldo Azevedo, um excludente de ilicitude.

E, para concluir, quero dizer que, imagine V. Exa. se é aprovado o projeto do Ministro da Justiça Sergio Moro – é importante a gente dizer de Sergio Moro e de Jair Bolsonaro – que autoriza a polícia e o Estado a matar indiscriminadamente. E o pior é que a gente vê o Governador de São Paulo elogiar a ação da sua polícia e a ação da sua política, que é a política que criminaliza os pobres, que criminaliza a atividade cultural que não é a dos ricos. Portanto, ela não é uma atividade cultural. Portanto, ela não merece ser protegida pelo Estado, e, sim, desmontada, agredida pelo Estado.

Então, eu queria parabenizar V. Exa. por trazer esse tema e fazer esse debate, com toda a coragem que lhe é peculiar quando se trata da defesa dos interesses da população mais pobre do nosso País. Parabéns, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Rogério, primeiro cumprimento V. Exa. pela análise que fez desse massacre acontecido lá em São Paulo. E concordo plenamente com V. Exa. Lá estava quem? Noventa por cento, negros e pobres.

E é essa a maneira de a polícia agir. Para mim, há que mudar a formação, a forma de a polícia agir no nosso País. Há que haver uma reeducação.

E claro que o Governo de São Paulo é responsável por tudo isso.

Eu vi aqui, pela manhã, que uma menina – e quero deixar aqui, porque isto aqui foi uma matéria produzida pelo G1 – fala que fizeram uma armadilha, que as viaturas ficaram bloqueando a saída, e eles tinham que correr todos por ali. E claro que só poderia acontecer isso. Colocaram viaturas, e ela caiu, e uma amiga dela caiu. Ela tentou ajudar a amiga e recebeu uma garrafada na cabeça. Esse é um episódio só, de uma menina que estava lá, diante dos fatos que se deram nesse massacre em São Paulo.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade também nesta segunda, Sr. Presidente, de falar sobre um outro tema. Vou tratar sobre uma fala do Banco Mundial. Chamo a atenção para o que afirmou recentemente o ex-Economista-Chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe. Diz Augusto de la Torre, olhando para todo esse retrocesso: "Se queremos um círculo virtuoso de crescimento com igualdade social e percepção de igualdade, toda a política econômica deve ser



acompanhada de uma política social bem desenhada. Se isso é feito, essas políticas nos fortalecem".

O Governo está fazendo exatamente o contrário.

Ao explicar a onda de instabilidade política em países como Chile, Bolívia, Peru e Argentina, ele diz: "Houve uma mudança radical de expectativas após anos de redução de pobreza e desigualdade, aliada a uma percepção de injustiça decorrente da corrupção e potencializada pela desaceleração do crescimento".

Ele lembra que, entre 2003 e 2015, os países da região experimentaram grande progresso social – repito, de 2003 a 2015 –, com mais de 150 milhões de latino-americanos deixando a pobreza e uma redução também significativa da desigualdade, que, ainda assim, permanece elevada.

Diz ele: "É preciso entender por que, apesar de tanta mobilidade social, há tanta insatisfação". E lembra de la Torre: "Vejo duas hipóteses: uma delas é que, com o progresso social, houve também uma mudança profunda das expectativas". Aí ele coloca entre aspas: "À medida que o poder de compra das pessoas cresceu, elas passaram a esperar outras coisas de suas vidas, de seus empregos, de suas cidades, do desenvolvimento e do Estado".

"A essas expectativas frustradas por serviços básicos, que não acompanharam a melhora da renda, soma-se um mal-estar com relação à corrupção, que leva a uma percepção de privilégios injustificados", avalia o economista.

"Tudo isso indica que a tradicional medida de desigualdade usada por nós, economistas, que é o coeficiente de Gini da renda, não está capturando as tensões e as fraturas na sociedade", avalia. O Gini varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade.

Para de la Torre, essa mudança profunda de expectativas, comum a vários países latino-americanos, parece ser a força "subjacente" desse descontentamento. "Isso pode ter sido exacerbado pelo fato bem conhecido de que o crescimento da América Latina desabou [...] [nos últimos anos]", considera ele, lembrando que a região, que crescia cerca de 5% ao ano, agora tem avanço próximo de zero.

"O tipo de violência [como vimos nesse domingo] e insatisfação social que estamos vendo sugere que é preciso haver alguma reavaliação de que elementos do contrato social precisam ser atualizados", afirma ele.

"Por exemplo, como reduzir a corrupção ou como assegurar que certos bens e serviços públicos não respondam a interesses de mercado, mas sociais, como transporte público, aposentadorias [decentes] e educação para todos".

É aquilo que nós temos falado, todos nós aqui: o mercado, o mercado, o mercado e o senhor mercado, e os direitos sociais vão desaparecendo.

Lembro que há atualmente 191 milhões de pessoas na América Latina vivendo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... abaixo da linha da pobreza. Já a soma do capital dos dez maiores bancos da América Latina atingiu o valor de US\$128,3 bilhões; os quatro primeiros são brasileiros. Veja: dos dez de toda a América Latina – por isso que o Brasil é campeão em concentração de renda –, os quatro primeiros são brasileiros: Itaú/Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, de la Torre destaca que é importante que a política social, que a política social – repito – não seja deixada para trás. Palavras dele: "O Brasil foi um líder na inovação em



políticas sociais, com o Bolsa Família". Diz ele: "Agora, claramente o país precisa crescer, ampliar investimentos, se integrar melhor ao mundo". Volta ele: "Boas políticas sociais facilitam investimentos. [Porque] não se trata apenas de atrair capital, mas de atrair pessoas", e pessoas dependem do social.

Sr. Presidente, para concluir, aproveitando os últimos quatro minutos, eu só vou registrar que, no dia 1º de dezembro, a comunidade internacional celebrou, como faz há 31 anos, mais um Dia Internacional de Luta contra a Aids. No dia 1º de dezembro, sinaliza no Brasil o início da Campanha Nacional de Prevenção ao HIV/aids e Outras Infecções, denominada Dezembro Vermelho.

Teremos, então, um mês inteiro de palestras, de atividades educativas, de campanha de mídia e de eventos diversos por todo o Brasil. Tudo isso com o objetivo de fazer a sociedade refletir a respeito da importância da prevenção, da assistência, da proteção e, sobretudo, da promoção dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/aids.

Neste ano de 2019, em especial, refletir é absolutamente necessário. É preciso refletir muito para entender por que, entre os anos 2010 e 2018, o Brasil foi na contramão da tendência mundial, um dos países que mais registrou novos casos de aids. São dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Un aids).

No mundo todo, houve, entre 2010 e 2018, redução de 16% na taxa de pessoas infectadas com HIV. Já no Brasil, o que se viu foi um aumento de 21%. Na Colômbia, redução de 22%; na Nicarágua, redução de 29%; em El Salvador, redução de 48%; e, no Brasil, um incremento de 21% na taxa de pessoas infectadas.

Chama a atenção, também, um outro dado da pesquisa do Un aids. Pela primeira vez, constatou-se que mais da metade dos casos novos afetaram as chamadas "populações-chave", ou seja, os segmentos populacionais mais vulneráveis ao HIV e à aids, tais como usuários de drogas, homossexuais, profissionais do sexo, pessoas transexuais e presidiários, justamente alguns dos segmentos populacionais que não encontram hoje, no Governo Federal, a receptividade, a atenção e o respeito que merecem e com que foram tratados em outras épocas.

O modelo brasileiro de prevenção do HIV já foi considerado referência mundial. No entanto, atualmente, nos tempos de agora – tempos confusos, obscuros –, diversas associações, organizações da sociedade civil e especialistas vêm denunciando o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas voltadas para ao HIV/aids.

No Ministério da Saúde, o Governo rebaixou para o nível de mera coordenação o antigo e renomado departamento responsável pela vigilância, prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... do HIV/aids e das hepatites virais.

Agora, o departamento responsável pelo HIV/aids se chama Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Não há mais o devido destaque – mais um minuto, Sr. Presidente – que tínhamos em outros tempos, antes deste período triste, e, conseqüentemente, a exposição à questão da aids e do HIV. O novo departamento, além da mudança de nome, passou a ter como responsabilidade outras doenças – doenças sem ligação com o contágio sexual, como a hanseníase e a tuberculose.



Nas redes sociais e nos *sites* de internet do Governo, houve retirada de materiais, de cartilhas e de informações voltadas a esses grupos vulneráveis.

Em janeiro, saiu do ar, sem explicação, uma cartilha que trazia dicas de prevenção...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de infecções sexualmente transmissíveis para homens transexuais. Em março, a Anvisa suspendeu o projeto piloto de distribuição do autoteste de HIV, que vinha sendo tocado em 14 cidades. Em abril deste ano, o Governo vetou integralmente um projeto de lei de nossa autoria que dispensava de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez. Felizmente, o Congresso Nacional, por unanimidade, derrubou o veto, e a lei está garantida.

O Congresso se colocou firmemente, como deve se colocar, na defesa dos direitos humanos das pessoas portadoras de HIV/aids.

Termino, Sr. Presidente, somente saudando o Coordenador da Articulação Nacional de Direitos Humanos, Renato da Matta, que foi o grande articulador dessa lei que tive a satisfação de apresentar – hoje é uma lei nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele é um ativista pelos direitos humanos e pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/aids.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Exa. e peço que considere na íntegra o meu pronunciamento.

Só leio a última frase, em 40 segundos.

A campanha Dezembro Vermelho representa oportunidades para imunizar a consciência dos brasileiros contra todo tipo de discriminação e contra todo tipo de afronta na defesa dos direitos humanos, à liberdade, à justiça e, na nossa linha, com o combate sempre a todo tipo de preconceito.

Obrigado, Presidente, agradeço a tolerância de V. Exa. considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.3 do Sumário)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rogério Carvalho.)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Paulo Paim, pela sua brilhante participação e sua contribuição ao grande debate da política brasileira.

Eu queria convidar o Senador Humberto Costa para fazer uso da palavra e aproveitar para informar que a Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão do Congresso Nacional para amanhã, terça-feira, dia 3 de dezembro de 2019, às 11h, destinada à deliberação dos destaques aos Vetos nºs 35 e 44, de 2019, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 48, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37, 44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 43, 10 e 15, de 2019.



Portanto, amanhã, às 11h, convocação para a sessão do Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, eu queria iniciar o meu pronunciamento hoje seguindo aqui a preocupação do Senador Paulo Paim para manifestar não somente nossa preocupação, mas o nosso lamento e o nosso repúdio à situação ocorrida no dia de ontem, na favela Paraisópolis, em São Paulo, onde uma ação policial, aparentemente mal concebida, descambou em práticas violentas. Como eu tive a oportunidade de dizer no meu aparte ao Senador Paulo Paim, mais até do que a responsabilidade dos policiais é a responsabilidade daqueles que hoje apregoam o ódio na nossa sociedade, apregoam a violência e acham, inclusive, que tanto os conflitos sociais quanto os conflitos interpessoais devem ser resolvidos pela violência, pela morte. Inclusive, denunciei aqui essa tentativa de implantar a chamada licença para matar, que é essa proposta do excludente de ilicitude, mandada para este Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República.

Queria também, Senador Rogério, que é de Sergipe, que gozava de uma grande amizade com o ex-Governador Marcelo Déda, registrar aqui os seis anos do seu falecimento. Ele, além de um grande companheiro, era também meu amigo, meu compadre e hoje é alguém que, sem dúvida, faz muita falta ao nosso País, exatamente num momento em que nós precisamos tanto de pessoas que sejam capazes de estabelecer pontes e de construir consensos. E ele, sem dúvida, era alguém que tinha essa forte característica.

Mas, Sr. Presidente, o meu tema principal, a ser tratado hoje, diz respeito à ampliação da pobreza no nosso País, ao aumento do fosso social, ao incremento das desigualdades, que sempre foram tão grandes no Brasil e que agora cresceram de forma abissal.

O Brasil, Sr. Presidente, que já conseguiu reduzir significativamente nos governos do PT o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza, que conseguiu levar dezenas de milhões de pessoas à condição de integrantes da classe média, hoje já tem 13,5 milhões de pessoas vivendo na miséria. Quatro milhões e meio entraram nessa condição em decorrência da crise, que só tem feito se ampliar de 2016 para cá, quando essas forças que estão no poder derrubaram, por meio de um golpe parlamentar sem causa, uma Presidente democraticamente eleita no nosso País.

Ontem, inclusive, o *Jornal do Commercio*, do Estado de Pernambuco, o meu Estado, traz uma matéria em que demonstra que hoje mais de 1 milhão de pessoas no nosso Estado estão vivendo com R\$145 por mês, algumas delas vivendo exclusivamente do Bolsa Família, em valores que são semelhantes a esse.

Isso é algo que atinge aproximadamente 11% da população do nosso Estado, um Estado onde o desemprego é maior do que em várias outras regiões do País, que tem uma Região Metropolitana também marcada pelo desemprego, e esse desemprego tem, em grande parte, a responsabilidade – aliás, a parte principal – do Governo Federal, e, especificamente, o Governo Federal também tem culpa porque tem desmontado, desmontou setores altamente dinâmicos da economia do nosso Estado, gerando um desemprego em larga escala. E aqui eu cito especificamente a indústria naval de Pernambuco, que existe no por Porto de Suape, que chegou a ter perto de 12 mil trabalhadores empregados, empregos qualificados que hoje praticamente estão fechados, com as pessoas ali trabalhando não ultrapassando três centenas de trabalhadores; ou a



paralisação das obras da Refinaria Abreu e Lima; ou o processo de privatização e posterior redução das atividades do Polo Petroquímico que nós tínhamos no nosso Estado.

Pernambuco é vítima das ações do Governo Michel Temer e do Governo Bolsonaro na produção de pobreza, de desigualdade e de desemprego. É muito importante que se diga e se repita isso, porque tivesse este Governo mantido ao menos a política de transporte de produtos que tinha a Petrobras, não somente Pernambuco, mas o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul teriam hoje uma atividade de engenharia naval extremamente qualificada, avançada e que estava prestes a conseguir se equiparar, em termos de competitividade, ao que há de mais moderno no mundo hoje. Isso graças a uma simples política, que era a política de exigência de conteúdo nacional do Governo Michel Temer e que foi revogada e aprofundada neste Governo agora, que inclusive, Senador Rogério Carvalho, vem esvaziando completamente as atividades da Petrobras na nossa região, fazendo com que instalações sejam fechadas, atividades de exploração sejam paralisadas e toda a estrutura da empresa seja deslocada para outros Estados, como o Rio de Janeiro.

E, Sr. Presidente, a larga maioria desses pobres do País, algo em torno de 75%, são negros, o que faz disso um quadro desolador e que tem hoje, no Governo Federal, numa instituição, alguém que aprofunda esse cenário.

Veja, por exemplo, o que está acontecendo com o maior programa de transferência de renda do mundo, que é o Bolsa Família e que, nos últimos dois anos, vem passando por um processo profundo de esvaziamento.

Para que V. Exa. tenha noção, algo em torno de 1 milhão de pessoas foram excluídas do programa nos últimos meses. Nós não temos qualquer previsão do aumento de atendimentos de pessoas pelo Programa Bolsa Família para 2020, apesar de que estatísticas, escondidas pelo Governo a sete chaves, e pessoas de dentro da própria máquina pública têm revelado que há hoje uma fila de espera de mais de 700 mil pessoas para ingressarem no Programa Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Senador Humberto Costa, o noticiário e os jornais do dia dão conta de que, para 2020, não haverá uma só vaga a mais no Bolsa Família.

Se considerarmos que, ao longo deste período, a população empobreceu, se desempregou e as condições pioraram, o senhor imagine o que nós vamos ter, nos próximos anos, em termos de condição de vida da nossa população.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com toda a certeza. É exatamente como eu dizia. O orçamento do Bolsa Família para o ano de 2020, Presidente, é de 29,5 bilhões, sendo que, neste ano, o orçamento foi de 32 bilhões, ou seja, o orçamento do Bolsa Família para o ano que vem é menor que o orçamento de 2019. E o mais grave: apesar de toda a revolta do Presidente Bolsonaro, a *Folha de S.Paulo*, por intermédio de seu *site* UOL, mantém a afirmação de que, este ano, o Governo Bolsonaro não vai cumprir a promessa de pagar o décimo terceiro salário para aquelas pessoas que fazem parte do Bolsa Família. Portanto, é um quadro de desalento, é um quadro de muito sofrimento para a população brasileira.

E isso acontece, como disse V. Exa., no momento em que o empobrecimento aumenta, no momento em que o desemprego e a informalidade crescem, no momento em que a atividade econômica está estagnada e no momento em que a desigualdade se aprofunda de maneira jamais vista, pela rapidez com que vem acontecendo.



E isso é ao mesmo tempo em que o Presidente Bolsonaro adota, por intermédio de seu Ministro da Economia, esse pupilo de Augusto Pinochet, medidas para aprofundar ainda mais esse fosso social. Medidas econômicas perversas, como a reforma da previdência, vão drenar ainda mais as condições de vida do povo. A reforma trabalhista, que já foi feita no Governo Temer, o Governo atual quer aprofundar. Todos nós aqui nos lembramos de que eles diziam: "Com a reforma trabalhista, serão criados mais de 3 milhões de novos empregos". E quantos foram criados? Na verdade, o que aconteceu foi o que nós dissemos: nós não vamos ter novos empregos criados, o que vai crescer é o desemprego. E o desemprego e o emprego precário estão aí à nossa frente. Por onde a gente passa no Brasil, são jovens, talvez até pessoas de menor idade, trabalhando sem a mínima garantia de nada – às vezes, manobrando bicicletas que eles alugam para entregar *pizza*, sem terem vínculo nem com quem é dono da bicicleta nem com a pizzaria e nem com quem compra a *pizza*, trabalhando sem a mínima garantia de equipamentos de proteção individual. Foi isso que a reforma trabalhista trouxe em larga escala para o povo brasileiro.

E a reforma da previdência, Senador Paim, que foi um grande lutador contra essa reforma, agora que as pessoas estão começando a analisar o que é que vai acontecer com cada uma delas depois da reforma da previdência, e o que resta é exatamente desalento. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto Costa, me permita.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós vivemos aqui, sob a reforma da previdência, nesse período... O senhor acompanhou, o Senador Paulo Paim acompanhou. Nós fomos submetidos a um grande terrorismo fiscal. Alardeava-se que, se não fosse feita a reforma da previdência, o País quebraria. Mas qual não foi a minha surpresa e a surpresa, acredito, de todos aqueles que nesta Casa acompanham diuturnamente o debate sobre a questão fiscal do País, quando o Governo manda um conjunto de medidas, sob a forma de PECs, que isentam a contribuição patronal da previdência. Ora, mas se estávamos diante de um colapso fiscal, como abrir mão de receita? Então, é para os trabalhadores pagarem? Então, o Governo insiste naquela ideia de que nós teríamos uma previdência capitalizada, com contribuição só do trabalhador. Mesmo com o Congresso tendo retirado da reforma, o Governo insiste em colocar na pauta de outra forma, agora dessa forma.

E pior: o senhor está falando aqui de uma precarização que a reforma trabalhista, que jurava gerar 4 milhões de empregos na sequência... V. Exa. está afirmando aqui o que está acontecendo e o que é pior: o Governo quer agora obrigar esses trabalhadores a pagarem o FGTS, eles mesmos pagarem o seu Fundo de Garantia. Então, vejam que, na verdade, o que nós estamos vivendo é o excludente de ilicitude ou a autorização para retirar direitos, para condenar sem provas e para matar. Essa é a realidade que a gente vive hoje no País governado pelo Senhor Jair Bolsonaro.

Muito obrigado pelo aparte, Senador. Prometo que não o interrompereei mais, mas é porque V. Exa. traz um debate e a gente precisa esclarecer para a opinião pública o que está acontecendo neste País do ponto de vista do desmonte da Constituição de 1988 e dos direitos dos trabalhadores.

Obrigado, Senador.



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a contribuição de V. Exa., incorporo-a ao meu pronunciamento, e lembro inclusive uma das ideias mais geniais que eu já tive a oportunidade de ver na minha vida. Esse Ministro Paulo Guedes, sem dúvida, é uma sumidade. Mereceria o Prêmio Nobel de Economia. Eu estou aqui lançando Paulo Guedes para o Prêmio Nobel de Economia, um homem que descobriu uma fórmula mágica para acabar com o desemprego: taxar o seguro-desemprego! Como é que nós não pensamos nisso antes? Como é que nós não tivemos essa capacidade criativa de taxar o seguro-desemprego, quem já está desempregado, passando dificuldade, para estimular a geração de novos empregos?

Sinceramente, tem que ser dono de uma genialidade talvez comparável a de outros premiados com o Nobel de Economia. Mas eu estou lançando aqui hoje o Nobel de Economia para Paulo Guedes.

Pergunto ao Senador Paim se ele deseja me apartear. Talvez queira também se associar a esse lançamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Eu achei o máximo – achei o máximo.

Sabe que, em todo lugar que a gente vai, em qualquer palestra ou debate, as pessoas não acreditam que isto é verdade, que o Governo mandou para cá uma medida provisória que vai taxar o desempregado – o cara está desempregado e vai receber agora uma taxação – e que desonera 20% do empregador sobre a folha.

Sabe que, num debate que ocorreu, Senador Humberto Costa, na Comissão, um cidadão falou e disse o seguinte, um especialista: toda essa reforma da previdência, que, na minha avaliação, não era deficitária – e continuo dizendo, tanto que agora ele diz que vai desonerar tudo... Então, a previdência não tinha problema, se ele vai desonerar tudo.

Mas para onde vão os tais R\$800 bilhões? Ou R\$700 bilhões? Ou R\$600 bilhões? Porque ele dizia que isso seria fazer a passagem, a transição da dita reforma da previdência para o sistema de capitalização. Como não passou a capitalização, nós estamos ali com R\$700 bilhões. Uns dizem que são R\$700 bilhões, outros dizem que são R\$800 bilhões, outros falam que podem ser R\$1,3 trilhão, se passar a PEC paralela, por causa dos Estados.

Mas para onde vai todo esse dinheiro agora? Vai para a mão do empregador, porque, agora, ele diz que vai desonerar tudo da parte do empregador.

É este o momento em que estamos vivendo.

Não tenho nenhum adendo para fazer, a não ser cumprimentar V. Exa. pelo excelente pronunciamento, mostrando que essas causas dão energia para as nossas vidas. É muito bom estarmos hoje, numa segunda-feira, aqui, defendendo e discutindo causas do povo brasileiro.

Parabéns a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e incorporo o aparte. Espero que V. Exa. se associe também a esse meu pleito para indicar Paulo Guedes ao Prêmio Nobel de Economia no próximo ano.

Mas, Sr. Presidente, o País hoje precisaria, segundo estudos, de investimentos no valor de R\$1 bilhão para resgatar os brasileiros em situação de extrema pobreza

Ao contrário, o Governo Bolsonaro só faz cortar programas sociais e entrega à própria sorte milhões de cidadãos e cidadãs. Crianças e idosos são os mais vulneráveis. Desemprego em alta, renda caindo, preço dos alimentos estourando, o que está retirando até mesmo a carne da mesa da



classe média. Dos pobres, já retirou. Hoje, pobre que ainda tem alguma coisa para poder gastar está comendo ovo: ovo de manhã, ovo de tarde, ovo de noite. No outro dia, é ovo, ovo, ovo.

E o País, indo nesse caminho para um cenário de caos social.

Efeitos de medidas serão vivamente sentidos em pouco tempo. Aliás, já estão sendo sentidos. A população não aguenta mais tanta espoliação.

Entre os desempregados subocupados e desalentados, já temos mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras.

A fome voltou e milhares, especialmente crianças, foram jogados à situação de rua, em extrema vulnerabilidade. A pobreza aumentou em 11%, e a renda caiu 18%; ou seja, o País está sendo arrastado para um quadro de penúria total, com permanente perda de direitos para a nossa população.

O Governo avisa que não tolerará reivindicações e ameaça à liberdade de manifestação com instrumentos ditatoriais como AI-5. Vários políticos próximos ao Presidente, como seu próprio filho Eduardo e o Ministro Paulo Guedes, externaram essa posição de saudosismo pelo AI-5.

É um completo e total absurdo – uma posição inaceitável que a sociedade brasileira repudia!

O Governo está decidido a acabar com direitos e conquistas. Enquanto países como o Chile, a própria Colômbia, a própria Argentina amargam fracassos dessas políticas nefastas e começam a recuar,...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Bolsonaro está levando o Brasil para esse triste destino.

Triste, Sr. Presidente, porque nós temos absoluta clareza de que este é um Governo fadado ao fracasso, vai afundar e quer levar o País junto. Mas a nossa luta, a nossa disposição será a de resistir para que essas políticas não continuem a infelicitizar a vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Rogério Carvalho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Meus cumprimentos, Líder Humberto Corsa. V. Exa. fez um excelente pronunciamento.

Podemos lembrar aqui que gasolina e gás aumentam toda semana quase duas vezes. O gás já está chegando a R\$85; a gasolina se aproxima dos R\$5 o litro; a carne... Eu gosto muito de costela. Eu comprava costela, costela de gado, a um preço bom, R\$9, R\$9,50. No sábado, eu tive que pagar R\$18 no mesmo açougue. De R\$9,50 passou para R\$18 a mesma carne. O óleo diesel é um desespero total por parte dos caminhoneiros. Essa é a situação em que nós nos encontramos.

Mas com essa da costela eu fiquei muito triste. Vi muita gente na fila desistindo, de R\$9,50 passou para R\$18 a tal da costela.

Mas agora a palavra está com o Senador Reguffe. Já fiz aqui um comentário que eu ia complementar. E, em seguida, o Senador Styvenson Valentim.

Só faço a seguinte leitura enquanto V. Exa. vai à tribuna.

Sessão solene, promulgação de Emenda Constitucional nº 104, 2019.



A Presidência comunica aos Srs. Senadores e Senadoras, Congressistas, que está convocada sessão do Congresso Nacional a realizar-se no dia 04 de dezembro de 2019, quarta-feira, às 10h, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 104, de 2019, que altera o inciso XIX do caput do Art. 21, o Art. 4º, o Art. 32 e o Art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

Senador Reguffe, Senador de Brasília, com a palavra.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, uma das coisas que mais me revolta na área da defesa do consumidor é a questão da tarifa de assinatura básica. O consumidor neste País é desrespeitado todos os dias, enrolado, cozinhado, desrespeitado.

E cabe a nós Legisladores construir e criar uma legislação que seja equilibrada, responsável e que defenda os interesses do consumidor deste País. E isso acontece nas diversas áreas.

Eu apresentei nesta Casa vários projetos na área de defesa do consumidor, na área de planos de saúde e em outras áreas.

Mas de um desses projetos eu queria falar aqui e voltar a falar aqui, porque ele já foi objeto de um pronunciamento meu, que é o PLS 378, de 2015, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo. O consumidor deve pagar apenas, única e exclusivamente o que ele efetivamente consoma. Ele deve pagar apenas o que é seu efetivo consumo. E várias concessionárias de serviço público cobram uma tarifa de assinatura básica, mesmo que ele não use nada, mesmo que ele consuma menos. Isso atinge principalmente os mais humildes, que muitas vezes não atingem o que é o consumo mínimo e têm que pagar essa diferença. Isso não é correto. E eu não vejo ninguém debater isso com a seriedade com que isso deveria ser debatido.

Aqui no Distrito Federal, por exemplo, o consumidor é obrigado a pagar 10m³ de consumo de água, equivalente a R\$31,40, mesmo que ele não consuma isso. E quem não consome isso? Normalmente, residências de baixa renda. Isso acontece no Brasil inteiro.

Eu consegui aqui aprovar cinco projetos meus, aqui nesta Casa, que foram para a Câmara. Todos relevantes. Agora, há alguns projetos que precisavam ser debatidos aqui nesta Casa. Eu apresentei esse projeto em 2015, esse PLS 378, de 2015, e está lá na CCJ, não é votado. Então, espero que seja votado, que seja deliberado na CCJ e depois aqui no Plenário.

Volto a dizer o que já disse aqui por diversas vezes: se não quiserem aprovar, não tem problema. Cada um tem o direito de votar de acordo com a sua consciência. O que não pode é não votar os projetos; é engavetar os projetos ou não os votar. Isso não é correto! Cada Parlamentar tem o direito legítimo de dizer "sim" ou "não" a cada um dos projetos, de acordo com as suas consciências. Agora, não votar os projetos é o que eu não acho que seja correto. E não acho que é correto não é comigo, Parlamentar, não; é com os eleitores de cada um dos Parlamentares, porque os Parlamentares estão aqui representando esses eleitores.

Eu defendo a democracia direta. Aliás, eu acho que, no futuro, nós vamos caminhar para isso. Inclusive, eu tenho alguns projetos aqui que visam incrementar mecanismos de democracia direta. Nós precisamos ter cada vez mais democracia direta. Inclusive, aprovei, aqui nesta Casa, o projeto que permite que projetos de iniciativa popular possam ser feitos por assinatura eletrônica pela internet, para acabar com essa coisa de ter que recolher assinaturas nas ruas, assinaturas físicas, o que demanda recursos, dinheiro.



Então, nós vamos caminhar para a democracia direta. Mas, enquanto nós não temos ainda a democracia direta, nós precisamos que esta Casa vote todos os projetos, que diga "sim" ou "não" a eles. E esse é um projeto importante para os consumidores deste País.

Então, eu queria pedir que fosse analisado pela CCJ, viesse aqui ao Plenário e fosse votado. Eu não queria chegar em 2022, quando acaba o meu mandato, e ver vários projetos que eu apresentei em 2015, que são importantes para a sociedade brasileira, serem simplesmente ignorados. Não acho que essa é uma forma correta. Todos os projetos deveriam ser votados, aprovados ou não. Aí é da consciência de cada um.

Eu me orgulho de ter aprovado cinco projetos aqui, mas há outros também, como esse PLS nº 378, de 2015, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo. Isso não é correto! É um roubo indireto que é feito em cima dos consumidores deste País, principalmente os de baixa renda.

Volto a dar o exemplo que dei há pouco neste pronunciamento e a respeito do que já falei aqui por diversas vezes. Na tarifa de água, aqui no Distrito Federal, o consumidor é obrigado a consumir 10m³. Se o consumidor, principalmente o de baixa renda, consome menos de 10m³, ele é obrigado a pagar pelos 10m³. Isso não é correto! A pessoa deve pagar pelo que ela efetivamente consome.

Então, isso...

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Senador Reguffe...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Já lhe dou o aparte, Senador Styvenson.

Então, isso acontece com a água, com a telefonia, enfim, com diversos serviços públicos, e não é correto. O consumidor deve pagar apenas pelo seu efetivo consumo.

Concedo um aparte ao Senador Styvenson.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Obrigado, Senador. Obrigado por me permitir falar, porque o que o senhor está falando é de importância para todos os consumidores e é uma coisa justa.

A primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor neste meu aparte é: como as empresas justificam tais cobranças? É a chamada manutenção com a qual eles precisam arcar? Porque, se for esse o argumento das empresas fornecedoras desses serviços...

Eu vou dar um exemplo lá do meu Estado, da companhia de água, a Caern. Pelo menos 60% da água vai ralo abaixo por instalações velhas e não chega ao consumidor. Em Municípios do interior ainda não há água potável, porque ela não chega. Este é um tema de que eu vou falar daqui a pouco: a água no Nordeste.

Já que o senhor transferiu também para a eletricidade e para outros setores essa cobrança, que eu acho abusiva e também sem explicação, a primeira pergunta é: como as empresas justificam tais cobranças? O senhor fez esse projeto, que é um projeto bom, um projeto bacana, como outros que o senhor tem aqui nesta Casa. Felizmente, eu não penso como o senhor. O senhor não vai sair daqui sem a gente aprovar esses projetos. É só uma questão de tempo e oportunidade para a gente pautar esses projetos bons para o Brasil, como esse que o senhor está citando agora sobre a candidatura independente. O senhor falou de democracia no início, e eu creio que a democracia, no primeiro ponto por que passa, é as pessoas terem a liberdade de serem candidatas sem partido político, sem empresas financiando partidos políticos.

Dando esse exemplo da companhia de água no meu Estado, eu digo, com toda certeza, que esse pagamento seria para sanar esses problemas que existem nessa distribuição, nessa má



distribuição, haja vista esses desvios com eletricidade, os gatos. As pessoas pagam pelas empresas que não fiscalizam ou que não têm coragem de fiscalizar onde há os gatos. Normalmente, Senador Reguffe, não são só os pobres que fazem os gatos na eletricidade, não. Eu digo isso porque há muita gente com ar-condicionado ligado agora em casa no Lago, em algum lugar na zona sul de algum bairro chique pelo Brasil afora que deve estar fazendo uso disso aí também.

Então, eu quero dizer ao senhor que projetos como esse deveriam estar sendo pautados, deveriam estar sendo discutidos, mas é incrível, como eu já falei aqui antes, essa lentidão, essa demora para a gente pautar coisas que interessam ao consumidor, que interessam à população brasileira, como isso que o senhor está citando.

Só deixo mais um parêntese, lembrando que – as pessoas do Rio Grande do Norte não sabem, mas é fácil entrar no portal da transparência –, é inviável – digo isso pelo meu Estado –, é inconcebível, Senador Paim, um presidente de uma companhia de água, como a Caern, que é estatal, ganhar R\$70 mil, muito acima do teto, muito mais do que um Senador da República, muito mais do que um Presidente ou um ministro do STF. Está lá no contracheque dele. Eu vi! Quem quiser ver é só acessar. Mas não vou falar do salário dessa estatal, não; só da questão de como as empresas justificam, Senador, essa cobrança, que, no meu ponto de vista, é abusiva, uma vez que você não consome tudo isso ou está pagando pelo desperdício, pelo desvio, ou até mesmo pelos gatos que acontecem.

Obrigado pelo aparte.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson, pelo aparte.

Quero dizer que talvez esse projeto não seja votado, porque talvez alguns Parlamentares prefiram atender ao interesse das empresas a atender ao interesse do consumidor. Talvez seja esse o motivo, porque é algo justo. Eu me pauto, na minha vida pública, pelo que é justo. Se a pessoa quiser me convencer, gaste saliva e me convença de que algo é justo. Então, talvez alguns aqui prefiram defender ou atender aos interesses comerciais dessas empresas a atender ao direito do consumidor, do cidadão, para que ele pague apenas pelo seu efetivo consumo.

Respondendo à sua pergunta: por que existe essa tarifa? Ela foi criada no início, quando esses serviços públicos foram implementados. A razão de elas existirem era o fato de que se pagaria uma tarifa básica para pagar a implantação do sistema – a implantação do sistema de água, de telefonia, de energia. Só que isso já foi implantado há muito tempo. O que já se pagou de tarifa básica de assinatura já deu para pagar toda a implantação do sistema, há muito tempo. Só que essa tarifa permaneceu e sem explicação, porque o correto, o justo é o consumidor pagar apenas o que é o seu efetivo consumo. E, volto a dizer, isso atinge principalmente os mais humildes, porque normalmente é o mais humilde que não chega ao consumo mínimo, então, ele é obrigado a pagar por um consumo que ele não fez. Isso acontece também com a classe média e até com os ricos que, às vezes, viajam, deixam fechado o apartamento ou a casa e são obrigados a pagar por um consumo mínimo que não usaram.

O justo, o correto é a pessoa pagar apenas pelo que ela efetivamente consome. O justo e o correto é o Poder Legislativo, do qual nós fazemos parte, criar uma legislação que vise a justiça, porque o Congresso Nacional existe para isso.

Então, espero que seja votado esse PLS nº 378, de 2015. Espero que seja analisado pela CCJ e depois aqui por este Plenário, porque não é justa essa cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo.



Nós estamos aqui para fazer justiça, para criar uma legislação, para votar também as medidas provisórias, pensando no que é justo, analisando cada tema, tendo critério em cada tema. Assim eu tento agir aqui no meu mandato. Eu leio todas as proposições antes de serem votadas, tento me debruçar com muito critério sobre elas. Não entendo como alguém pode ser contra um projeto desses, que simplesmente acaba com essa horrenda tarifa de assinatura básica e consumo mínimo, a não ser que esse alguém defenda interesses dessas empresas, dessas concessionárias de serviço público. É o único motivo que eu encontro para alguém ser contra, por exemplo, esse projeto.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senador Reguffe, pelo seu pronunciamento, com a firmeza, a coragem e a competência de sempre.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Styvenson Valentim, para que ele faça o seu pronunciamento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com o senhor, Senador Styvenson Valentim. V. Exa. já está na tribuna pelo tempo necessário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Boa tarde e obrigado. Boa tarde, Senador Reguffe. Boa tarde a todos que estão assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado, pelas redes sociais.

Estamos aqui para falar hoje, Senador, sobre a indústria da seca no Rio Grande do Norte. Tema velho, não é? Eu cresci com isso, Senador Reguffe. Eu cresci ouvindo justamente sobre esse tema. Eu recebi, na semana passada, do Gen. Fábio Castro, Chefe de Gabinete do Comando do Exército, resposta a um ofício que eu fiz para saber da Operação Carro-Pipa e da escavação de poços artesianos no Semiárido do Estado do Rio Grande do Norte. Então, enviei esse ofício de informação ao Exército brasileiro. Fiz o questionamento porque eu desejava ver e ter esse comparativo sobre o custo e a efetividade dessas duas medidas para garantir o acesso à água no sertão do meu Estado.

Em resposta, o Exército me mandou que em 2019 a Operação Carro-Pipa pagou cerca de R\$51.339.747,93; só este ano, no Estado do Rio Grande do Norte, para que 428 piperos levassem água para moradores de 114 Municípios. A população estimada desses Municípios é de aproximadamente, Senador Paulo Paim, Sr. Presidente, cerca de 1,5 milhão de pessoas lá no meu Estado, mas sabemos que nem todos usam a água do carro-pipa, então fica difícil, fica inviável calcular o custo *per capita* dessa água ao chegar a cada pessoa que precisa.

O Exército brasileiro também me informou que não dá, que não pôde estimar o custo médio de cada fornecimento por causa das variáveis, como: distância do manancial até o ponto de abastecimento quanto à viagem, às condições da estrada por onde a água vai ser transportada, entre outros.

Sobre os poços artesianos no meu Estado, o Exército informou que por eles – uma informação deles –, a critério deles, foram perfurados 69 poços artesianos e 20 deles estão em operação, de acordo com a resposta ao meu ofício.

Em Luís Gomes há seis poços; em Carnaúba dos Dantas, 4 poços; em Equador e Lucrécia, 2 poços cada um; em Frutuoso Gomes, Jaçanã e Serrinha dos Pintos – são Municípios bem distantes



da capital –, um poço em cada cidade. Os 49 poços que não estão operando ou estão secos, simplesmente secos, ou estão parados. O Exército também não soube me detalhar sobre isso.

Dos 20 poços, quatro usam dessalinizador, cujo custo médio de instalação é de aproximadamente R\$50 mil. O custo médio para perfuração de um poço e início do funcionamento é de R\$74 mil. Hoje os 20 postos estão em nove Municípios e atendem a pouco mais de 4 mil pessoas.

Senador Paim, vou abrir um parêntese aqui só para informar que a ONU prevê que 110 litros é o mínimo que as pessoas precisam para sobreviver. Se a gente dividir quase 52 milhões de recursos num ano para 1,5 milhão de pessoas, aproximadamente... Se a gente fosse comprar, a preço de R\$20, um galão de 20 litros de água mineral, desses que se bebe aqui no Senado, daria 40 litros, aproximadamente – quase 50 litros –, para cada habitante que precisa lá do meu Estado. Se a gente fosse comprar água mineral potável, daria a metade. Mas água não é só para beber, não é? A água é para tomar banho, é para fazer os afazeres, cuidar dos alimentos, tudo isso.

O que eu quero, Senador, é colocar isso em comparação. Eu pedi isso para o Exército justamente para ter essa comparação entre esses dados e uma operação que eu vejo ser muito cara e que não resolve o problema. É apenas um paliativo, um remendo. Mais à frente eu vou dizer aqui no meu discurso que nada mais é do que uma medida de manter as pessoas dependentes daquilo de que elas tanto necessitam, como água.

Senador, é preciso dizer também que eu indiquei, dentro das minhas emendas individuais, às quais eu tenho direito, R\$1 milhão para o Exército brasileiro, para que seja feito o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a perfuração de 30 poços artesianos no Semiárido. Se Deus permitir, vai ser, a cada ano, R\$1 milhão destinado para poços, uma vez que nosso problema, por anos, nunca foi resolvido efetivamente, e só transferido de governo a governo.

Os locais, os engenheiros e técnicos do Exército é que vão dizer onde é mais viável e onde mais as pessoas podem ser atendidas. Por quê? Porque, ora, ora, vejam bem vocês que estão me assistindo ou que estão me ouvindo, em um ano se gastou aproximadamente, como eu já disse, quase 52 milhões para pagar carros-pipa.

Eu acredito que a gente vai poder aos poucos usar esse dinheiro de forma mais racional e econômica, cavando e mantendo poços artesianos. A única coisa que me incomodou durante a reunião que eu tive com o efetivo do Exército, responsável pela perfuração dos poços, o que me chateou, que me causou espanto, foi o que eles me disseram: "Capitão, existem alguns Prefeitos no Município do senhor que não querem poços". Aí eu disse: "Interessante isso, não é? Mas por que não querem receber os poços artesianos?" Porque não querem arcar com os custos de manutenção ou porque não querem ser inimigos de políticos que já levaram alguma forma de estrutura e querem sempre ser os pais da solução de um problema. Eu digo das adutoras, viu, Senador?

Em Currais Novos, um Município também do meu Estado, existe uma adutora que precisa ser investigada, pois está lá secando um manancial de água, secando um reservatório de água. Os canos estão perfurados, mas a água não chega até a cidade. Para quem mora no Sertão, para quem depende da água, ver a água sendo desperdiçada é um crime – deveria ter a maior pena que um político deve receber.

Eu vou ser bem claro aqui para as pessoas que estão me ouvindo – se isso for fato, se for real o que os integrantes do Exército brasileiro narraram de que alguns políticos, alguns Prefeitos não desejam ter poços em suas cidades por algum motivo, seja ele qual for, negando esse direito às pessoas –, para que as pessoas saibam quem são esses políticos, porque não dá para entender isso.



A verdade é que é uma indústria, Senador Paulo Paim, que explora a seca no Sertão nordestino como um todo. Eu pedi o auxílio do Exército brasileiro para combater esses abusos.

No Rio Grande do Norte é comum alguns Prefeitos trocarem atendimento de carros-pipa por votos.

Vou abrir um parêntese agora, Senador, porque ontem houve eleições complementares em dois Municípios: Ceará-Mirim e Alto do Rodrigues. Parabéns aos Prefeitos que ganharam, mas foi uma enxurrada de denúncias, como compra de votos, abuso, transporte ilegal, de todos os lados.

É interessante que, quando há uma campanha como esta, Senador Paulo Paim, que se restringe a dois candidatos ou a três candidatos ou a quatro candidatos em um só Município, fica mais fácil fiscalizar. Todo o efetivo policial, judicial e do Ministério Público se concentra naquelas cidades onde está havendo essas eleições. E as denúncias estouram! Foi flagrado transporte, porque é crime transportar o eleitor da zona rural até a área de votação. Então, foram pegas vans transportando eleitores.

É impressionante, Senador Girão, Senador Paim, pois a população pede tanto por limpeza, transparência e combate à corrupção, mas ainda, de uma forma ou de outra, contribui com tudo isso – não só os políticos, mas também aquelas pessoas que estão se valendo e usando daquilo. Uma simples carona num dia de eleição é proibido. A lei prevê isso como crime.

Eles usam também o carro-pipa, Senadores, lá naqueles Municípios em que a seca está rachando o chão, como meio de conseguir votos. É por isso que eu fiz este estudo e vou destinar R\$1 milhão ao Rio Grande do Norte para perfuração de poços. É muita gente explorando a miséria, a falta de acesso à água potável e, por isso, não tem o mínimo interesse em resolver definitivamente o problema que é histórico, há anos. Eu aprendi, na Geografia e na História, que o problema do nordestino é a seca. Senador Paulo Paim, o senhor que é do PT, o senhor que é um defensor do trabalhador, se tiver água para aquelas pessoas, elas produzem. Se tiver água para aquelas pessoas, elas não vão querer ir para as cidades, não vão querer estar em Bolsa Família. Elas querem trabalhar, mas não têm condição nenhuma! E se negocia até isso por votos nesses Municípios.

É preciso dizer que há uma obra que era uma promessa de contribuir de forma definitiva para acabar com a seca no Nordeste, Senador Girão, mas essa obra já dura aí alguns anos e já subiu seu valor inicial em 200%, mais que o valor estimado no início, que é a transposição do Rio São Francisco. O meu Estado não viu uma gota ainda. Olhem o tempo que já passou: 12 anos! Foram gastos quase R\$11 bilhões para se tirar essa água do Rio São Francisco e levar para os Sertões nordestinos. O Estado do senhor, o Ceará, já recebeu. Muitos já estão recebendo, mas o meu ainda nem viu a cor dessa água. São quase 500km de canais que, como eu já disse, custaram cerca de R\$11 bilhões. E o Ministro de Desenvolvimento Regional, o Gustavo Canuto, aqui, durante uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, disse que, para finalizar, o custo está orçado em R\$20 bilhões. A estimativa é que cerca de 12 milhões de pessoas sejam beneficiadas com essas águas, mas eu pergunto: quanto dinheiro e tempo isso ainda vai demandar?

É necessário que a gente fique atento, a população está acordando, e já não há mais espaço para velhas práticas políticas dessas raposas velhas que tomaram conta de lá com clientelismo, com trocas, com exploração da desgraça alheia. Quando não é na saúde, é na seca; quando não é na segurança, é na educação. De uma forma ou de outra, se explora a desgraça alheia. Então,



chega dessa exploração cruel e desumana sobre os mais pobres, sobre aqueles que não têm água, nem sequer para beber

Eu pedi ajuda ao Exército Brasileiro, porque eu confio. Por que eu confio? Porque eu confio no Código Penal Militar. Desvio de conduta para militar não tem segunda instância não, tem cadeia – até administrativo. Eu continuo confiando nas forças militares por isso, porque a punição para quem transgredir, para quem erra ou para quem comete falhas é muito dura e muito pesada. Então, confio no trabalho deles, de qualidade, um trabalho feito, como foi demonstrado agora, Senador Girão... Uma obra de uma BR – a 116, se não me engano – que passou anos para ser feita, construída em alguns meses. Falta o quê? Interesse? Empenho? Será que falta dinheiro para este País? Não falta dinheiro, não. Falta gestão, falta honra, falta honestidade e caráter para se construir obras e se acabar com problemas como o da seca. Vou buscar de toda maneira, Senador Girão, contribuir, porque eu não vou me valer, eu não vou me aproveitar da desgraça alheia, para me manter aqui. Não vou vir aqui fazer discurso bonito e ficar me aproveitando das pessoas que precisam do mínimo necessário.

Vou dar aparte ao senhor agora, Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Eu o cumprimento, Senador Styvenson Valentim, pela sua convicção, traduzida em palavras, de algo que o senhor fala há bastante tempo. O senhor veio de fora da política e está procurando combater o bom combate aqui nesta Casa, de uma forma muito austera, muito serena, e com a verdade.

Nós tivemos eleição também lá no Ceará, em um Município chamado Aracoiaba. Aliás, é o oitavo Município em que houve eleições complementares. O que a gente percebe realmente é que os Parlamentares são frutos da sociedade. Eu sou totalmente contra a reeleição no Executivo. Acho que não deve ter reeleição. Acredito que a pessoa já começa o mandato pensando no poder pelo poder. Isso é uma prática aqui no Brasil – é uma cultura, melhor dizendo. Esses abusos que têm acontecido em algumas eleições, sejam as suplementares ou as regulares, só vão acabar quando houver realmente uma consciência das pessoas em não apenas trocar seu voto. Não é só isso. Isso era para ser coisa do século passado. A gente viu já na prática o que aconteceu quando você troca o voto por alguma coisa. O cara já pagou. Ele não tem que... Ele bota na cara e diz: "Já resolvi aquela sua situação". Mas a fila de trânsito na hora em que você vai a uma vaga de trânsito e estaciona no lugar do deficiente, na hora em que você fura uma fila, na hora em que você, de alguma forma, conta vantagem em alguma situação, você está praticando pequenas corrupções. Nós somos a representatividade da população. Então, a população se conscientizar por baixo, gostar de política na base, cobrar seus Parlamentares por posições, eu acho que isso é muito saudável para a nossa democracia, que ainda é jovem.

Eu estive no Ceará, nesse final de semana, e, como o senhor, eu gosto de andar nas ruas, gosto de conversar com as pessoas nas feiras, fui a um hospital ontem. E é impressionante como existe desconhecimento das pessoas ainda sobre alguns temas. E a gente vai conversando.

Disseram para mim: "Olha, 13 milhões de desempregados aí, poxa, que vergonha". Eu disse: "É uma vergonha, você tem razão. Pois é, rapaz, esse negócio agora." Eu disse: "Agora, vírgula, isso já vem de outros Governos. A bomba estourou agora, mas isso foi cavado com irresponsabilidades de gestão, como mandar dinheiro para Cuba, mandar dinheiro para Venezuela, mandar dinheiro para outros países que ideologicamente eram familiarizados com Governos anteriores, isso deu no que deu". Entendeu? E cabe a nós, como líderes, explicar para a população. Eu tenho uma série de críticas ao Governo atual, com independência nós nos posicionamos aqui,



mas a gente não pode colocar na conta dele essa quantidade vergonhosa de desempregados do Brasil, não, gente. Não é justo isso. Não é justo. E eu conversei, e as pessoas disseram: é verdade. E vão entendendo.

Senador Styvenson, acredito que é um processo. Nós estamos num momento de transição planetária – não é só no Brasil, não; é no mundo inteiro –, que vai precisar realmente de diálogo, que vai precisar de buscarmos alternativas sem paixões ideológicas, com base na verdade, para que se restabeleça o fim da impunidade.

Esta semana é decisiva. Está aqui! Esta semana estamos juntos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Contra o relógio, não é?

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... trabalhando contra o relógio para aprovar a segunda instância, o restabelecimento da segunda instância, da prisão em segunda instância ainda neste ano, porque, senão, essas férias da gente realmente vão ser umas férias...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Deprimentes.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... de ilusão, não de dever cumprido.

Eu confio muito na sensibilidade da Senadora Simone Tebet, Presidente da CCJ, de, logo após a audiência pública com o Ministro Sergio Moro, na quarta-feira que vem, colocar em pauta o Projeto de Lei 166...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... do Senador Lasier Martins, para que seja votada a prisão em segunda instância. É isso o que o povo quer, com legitimidade. Então, cabe ao Congresso agora restabelecer.

Se a Câmara não vai fazer, se a Câmara está querendo fazer uma PEC – e sabemos qual é a estratégia: jogar para o ano que vem, lá para o meio do ano que vem –, o problema é da Câmara, mas o Senado tem obrigação moral de votar o PLS 166, que é a forma mais rápida de se restabelecer a prisão em segunda instância no Brasil.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Girão, pelo aparte.

Preciso só esclarecer, Senador Paim – obrigado pelo tempo, pela gentileza de me fornecer mais tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Girão nos contemplou com cinco minutos de aparte, que eu achei que foi interessante mesmo. Acompanhei todo o tempo a conversa dele com as pessoas e tal. Eu tinha de repor de volta. Queremos ouvi-lo agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador Paulo Paim, só deixando claro que, quando eu vim falar sobre a indústria da seca, de um problema que não é resolvido, de um problema que só é jogado para a frente, de Governo a Governo, com paliativos como canos de ferro que levam água a canto nenhum, porque está lá o sofrimento das pessoas ainda com a falta de água potável, como eu já falei – e quando citei ontem essa eleição, Senador, eu recebi por vídeo, recebi por fotos, recebi matérias, notícias dessas eleições que são isoladas, lá no seu Estado também é isolado –, eu quis dizer que quando dá para colocar luz nesses lugares se vê mais problemas, se visualiza o que é a política de uma forma geral, Senador Paulo Paim, o querer ganhar a todo custo, de estar naquela cadeira, de estar aqui. É um vale-tudo que desrespeita a lei, que desrespeita o eleitor, que desrespeita todas as regras.



Eu não acredito que seja por conta do salário, não, porque são R\$15 mil, para Prefeito; R\$8 mil para um vice; secretário, R\$7 mil. Será que é só isso mesmo, Senador Paulo Paim? Esse Município o qual eu estou citando já foi alvo de diversas operações policiais, de desvio de Fundeb, de desvio de transporte escolar, dinheiro, milhões foram desviados de lá.

E o que é mais interessante é que essas investigações nunca são concluídas, nunca acabam, a gente nunca sabe o resultado final. A gente só sabe que começa. A gente só sabe que, no nosso País, iniciam-se algumas fiscalizações, algum combate à corrupção, mas não se tem o fim, não se vê a conclusão delas. Eu não vou citar aqui as operações que caíram devido a decisões judiciais, como a Castelo de Areia e outras, não; eu estou falando lá do Estado, isoladamente, do Município o qual eu estou citando.

Dar os parabéns ao Prefeito para que ele administre essa cidade por um ano, sabendo que vai emenda individual ou coletiva para aquela cidade, da área metropolitana do Rio Grande do Norte, é ter o cuidado de fiscalizar o que é maior da população, que é o dinheiro deles. Eu fui lá no hospital, eu vi a realidade do hospital, fui às escolas, eu fui a uma filantrópica que cuida de idosos nesse Município.

Então, Senador Paulo Paim, quando o Senador Girão diz que a população tem culpa... Senador Girão, é preciso só colocar uns parênteses. O cidadão que está lá sem água, Senador Paulo Paim, que está na seca, que não tem nada, e o cara está levando água para ele, pensa, o cidadão humilde, pouco instruído, o sertanejo – eu não vou dizer ignorante –, aquela pessoa humilde acha que aquilo é um favor. Ele acha que o Prefeito, Senador Girão, Senador Flávio Arns, está fazendo um favor para ele quando inaugura uma obra. Quando o Prefeito diz: "Inaugurei uma escola. Comprei um ônibus. Trouxe remédio para vocês", isso não é favor, não, gente, aquilo é o mínimo que um político pode fazer por você, uma vez que você votou nele.

Então, as pessoas se contentam, Senador Paulo Paim... Eu concordo com discurso do Senador Girão, com a parte sobre aquelas pessoas que dependem de cargo político, que estão lá, Senador Girão, na prefeitura, justamente para fazer número em convenção partidária, em comício. As pessoas sabem do que eu estou falando. Quando há comício ou vai – é ou não é, Senador Paulo Paim, o senhor é mais antigo do que eu – ou perde o emprego. E tem que sacudir a bandeira, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente, eu diria que tem um fundo de verdade em tudo que está falando aí – infelizmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – O senhor está há 50 anos na política; eu entrei ontem, há 10 meses, mas eu via no interior: se não for... E tira falta, Senador Girão. Se não for, perde o emprego. Aí o cara fica com medo. O cara não tem nada, não tem emprego, não tem nada, a única coisa é que depende de R\$400, de uma indicação política, R\$500 de uma indicação política. Aí ele não vai para a convenção para fazer número? Ele não pede voto?

Eu digo isso, Senador Paulo Paim, porque houve gente que perdeu voto lá no Rio Grande do Norte porque declarou voto para o Senador Styvenson. Há Município, Senador Girão, lá no meu Estado, em que a pessoa disse assim: "Eu vou votar no Capitão Styvenson". Perdeu o emprego, perdeu tudo.

É essa a política que a gente quer, de perseguição? Isso não é política, não; isso é o quê?

Então, Senador Girão, para aquela pessoa que está lá com sede, sem água, com a terra rachada, com animal morrendo, ver um carro-pipa chegando, ele pensa que aquilo ali é um presente que o Prefeito está dando, que o político está dando a ele. As pessoas têm que entender



justamente isso. Aquilo não é um favor, aquilo é uma obrigação, um dever de todos nós, de sairmos daqui desta Casa, Senador Paulo Paim, com o melhor para eles lá fora, porque quem nos elegeu, elegeu por esperança, nos elegeu com alguma finalidade. Não é de tirar os direitos dele, não é de aumentar imposto para eles, não é de esquartejar a população brasileira mais do que já é, não, de tirar cada vez mais a possibilidade de ele acreditar que este País vai para frente.

Aí começa lá, desde a campanha, Vereador envolvido em campanha, carregando gente, dando dinheiro, prometendo as coisas. Eu digo, claro, porque eu não participei dessa campanha. Não, não tinha nenhum candidato, não me manifestei. Se pessoas usaram minhas fotos por lá, usaram vídeos meus, porque eu tiro foto com todo mundo, Senador Paim – como o senhor tira –, e há gente sem escrúpulo, que às vezes fica usando isso politicamente, não foi essa a finalidade. Eu não fui lá àquela cidade, eu não pedi voto para ninguém. Não pedi para mim quando fui candidato. Então, não vou pedir para nenhum outro.

Agora, só não concordo, Paulo Paim, que a gente hoje queira uma política diferente, queira uma política melhor, queira uma política boa e está com práticas antigas, está com práticas que eu ainda... Decepcionado, Senador Girão, triste com o que eu recebi ontem. Em duas cidades, campanha, e havendo esse problema todo com eleição. É chato ver isso, ainda mais quando se trata de direitos básicos, como água. Utilizar a desgraça alheia, como eu falei, para ficar achando que está fazendo favor, presenteando a população, Flávio Arns.

Então, eu tenho um projeto, não coloquei, vou colocar – se não me engano eu vi também um aqui –, de proibir inauguração de obras públicas. Não há que haver aquela festa, não, Senador, porque o mínimo que um político pode fazer é entregar obras públicas. Eu não posso ficar dizendo que estou... Eu anuncio para as pessoas, Senador Paulo Paim, que estou enviando dinheiro ao meu Estado, de alguma forma, ou por bancada, ou de forma individual, e direciono para onde está indo, para as pessoas fiscalizarem, e não para me promover. Estou dando transparência a isso: estou dizendo qual o nome da escola para a qual está indo, para reforma, Senador Paulo Paim, eu estou dizendo o hospital e o que vai ser feito, para que as pessoas acompanhem o andar disso aí. A gente está de saco cheio de ver que obras não foram concluídas, obras paradas por este País todinho.

Então, era isso que eu tinha que falar.

Muito obrigado pela paciência, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Styvenson, pelo seu pronunciamento, a franqueza, a tranquilidade de quem está falando a verdade. Pode saber que quem está em casa consegue pegar a forma de expressar. Só posso cumprimentar cumprimentá-lo, portanto.

E já convido o Senador Flávio Arns, que está desde cedo aguardando. (*Pausa.*)

Só para dizer, Senador Styvenson, que eu adoto esse mesmo sistema. São 497 Municípios, e eu mando as minhas emendinhas a que eu tenho direito, mas não vou a nenhuma inauguração. Só peço que haja, de fato, a fiscalização, e a Caixa Econômica Federal a faz muito bem também. É tudo via Caixa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Mas é bom o senhor ter uma rede social boa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom, é bom!



O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – ... os Senadores mais influentes. Anunciar para as pessoas para onde está indo o seu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas esse dado que o senhor deu eu não sabia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse dado que o senhor deu aí eu não sabia.

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas o senhor é bem popular nas redes sociais. Eu acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só que eu não sabia esse número.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – O senhor colocando para onde está indo, para onde está sendo destinado e o que está sendo feito, as pessoas podem acompanhar se está sendo concretizada ou não aquela obra.

É só uma dica de quem usa das redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu gostei foi disso de quarto lugar. Eu que não quis falar. *(Risos.)*

Senador Flávio Arns, por gentileza, a palavra é sua pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discursar.) – Eu até comentei com o Senador Eduardo Girão que pretendo ser mais rápido.

Em primeiro lugar, quero saudar o nosso Presidente, no exercício da Presidência, Paulo Paim, grande amigo, batalhador, lutador, e aproveito para dizer ao povo do Rio Grande do Sul que fez muito bem em reelegê-lo ao Senado da República. Eu acho que o povo do Rio Grande do Sul e do Brasil devem se orgulhar do seu trabalho, da sua trajetória, da sua pessoa. Isso é muito bom.

Mas eu gostaria de destacar só dois aspectos que dizem respeito também ao Brasil. Amanhã, dia 3 de dezembro, é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Então, é um momento de parada, de reflexão, de discussão.

Ainda no domingo, quando eu fui ao supermercado, eu me encontrei com uma pessoa que veio falar comigo, o Sr. Efigênio, que trabalha naquele supermercado, dizendo do sofrimento que vem ainda passando com o encaminhamento para o filho, de 10 ou 11 anos de idade, que tem autismo. Isso tanto em relação à escola, como à terapia, ao atendimento à família, bem como as dificuldades da associação.

A gente sabe que essas crianças, jovens e adultos também precisam desse atendimento. Assim, a pessoa com deficiência intelectual... E, muitas vezes, as famílias – e acontece muito isso também – têm dois, três filhos com deficiência, seja por questões genéticas... Muitas vezes, o filho ou a filha com 20 anos e usando fraldas ainda. E, nesse processo, a mãe se anula – normalmente, a mãe –, não podendo trabalhar, sair, fazer as coisas. E, assim, pessoas cegas ou com resíduos visuais, pessoas surdas, com surdez leve ou surdez profunda, enfim, deficiências múltiplas.

Eu ainda vi uma fotografia, hoje, no Whatsapp, que me foi enviada, de um caso de microcefalia decorrente do zika vírus, e a pessoa dizia: "Olha, essa pessoa vai ter o apoio de um valor mínimo mensal para o resto da vida". Mas é uma dificuldade. Eu sempre digo assim: "Olha,



você atender bem à pessoa com deficiência e fazer com que essa pessoa seja sujeito de direitos, de oportunidades, de chances, ser valorizada é um desafio permanente para a sociedade".

Então, nós temos que trabalhar muito nesse sentido porque há muitas coisas ainda que têm que acontecer, e coisas práticas, concretas. É o BPC (Benefício da Prestação Continuada), salário mínimo, querendo, inclusive, no decorrer da reforma da previdência, ainda colocar isso como algo da previdência e não da assistência. Vieram legislações da área econômica do Governo Federal, e nós já fomos alertados de que isso está implicando em perda de direitos para a pessoa com deficiência, o que jamais pode acontecer. E eu falo, inclusive, como pai também de um adulto também com deficiência.

Então, nós, pais, famílias, Parlamentares, não podemos admitir, em hipótese alguma, qualquer recuo em qualquer área, temos que avançar. É a questão de medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, tratamento odontológico, acesso ao trabalho, acessibilidade – quanta dificuldade ainda com ruas, calçadas –, tecnologias assistivas – de fala –, para facilitar a vida da pessoa com deficiência.

Então, tudo isso é o debate dessa semana que nós vamos fazer aqui, em Brasília, no Brasil e no mundo, porque é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, dia 3 de dezembro. Inclusive, na quarta-feira, a Câmara dos Deputados vai realizar um seminário, e eu estarei participando também desse seminário promovido pela Câmara dos Deputados, para nós nos debruçarmos sobre aquilo que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria do nosso Presidente Paulo Paim, sobre a avaliação biopsicossocial, que é o tema também que nós já fizemos inclusive uma audiência pública, aqui no Senado Federal, para debatermos exatamente esse assunto. E é interessante como a Universidade de Brasília colaborou, universidades do Rio de Janeiro também, e chegou-se a uma conclusão, e está se perdendo a própria conclusão querendo se reiniciar na Casa Civil todo o processo de debate, de discussão. E eu fiquei muito bem impressionado com a pesquisa que a UnB, particularmente o professor que estava na audiência pública, relatou em relação à avaliação biopsicossocial. Então, esse quadro de desafios, de debates e de discussões é que faz com que a gente tenha que dar para esse tema uma prioridade absoluta.

Aliás, quero elogiar também o que foi feito na reforma da previdência retirando-se a questão do BPC da previdência e dizendo: isso é assistência, não é previdência.

Outro tema também que eu gostaria de lembrar a todo o Brasil é a questão da Pastoral da Criança. A Pastoral da Criança vai ter o seu dia lembrado no dia 5 de dezembro. Amanhã é terça-feira. Na quinta-feira, será o Dia Nacional da Pastoral da Criança. Eu tive o prazer de apresentar esse projeto de lei anos atrás. A minha tia Zilda Arns, médica pediatra e sanitarista, coordenava a Pastoral da Criança – coordenou durante muito tempo. Quando ela morreu no terremoto do Haiti – isso já vai completar dez anos no ano que vem –, ela já era a coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, mas era chamada ainda a discutir a Pastoral da Criança. Então, são 36 anos – 36 anos – de Pastoral da Criança. Iniciou-se isso no Paraná, num Município do norte do Estado perto de Londrina, chamado Florestópolis. Inclusive existe a lei que considera Florestópolis o Município berço da Pastoral da Criança. Com medidas simples, fáceis de serem feitas, como o soro caseiro, por exemplo; a farinha multimistura; a pesagem das crianças; o acompanhamento; a qualificação das pessoas...

Mas quero dizer que uma das coisas mais fundamentais nesse processo todo é que quem desenvolve esses trabalhos é a pessoa da própria comunidade, o boia-fria, a dona de casa. Lembro-



me de que, uma vez, chegando ao Município de Cambé, perto de Londrina, eu me encontrei com uma boia-fria, chamada de líder – ela conhecia as crianças da quadra, conhecia todas as crianças pelo nome, sabia o nome da mãe, o nome do pai, tudo –, e eu perguntei para ela: "Está indo bem aí? Tudo em ordem?". Ela respondeu: "Está tudo bem. Estamos caminhando. Há uma criança aqui na minha lista [eram umas 20 crianças] que está no vermelho [vermelho significava e significa peso abaixo do que deveria], mas nós estamos cuidando da criança e tudo isso". O mais interessante é que, ainda estando também no Município, eu passei por uma funerária e vi muitos caixõesinhos, urnas funerárias de crianças naquela loja. Eu disse à pessoa da funerária: "Puxa, mas deve morrer muita gente, muita criança aqui neste Município". Ela disse: "Olha, depois que começou a Pastoral da Criança, encalhou tudo. Não se vende mais caixão, porque as crianças não estão mais morrendo por diarreia, desidratação, desnutrição".

Eu só queria ainda destacar que, uma vez, participando em Florestópolis da missa da pastoral, os jovens levaram, no ofertório, na Igreja Católica, como oferta, fotografias de crianças desnutridas, pele e osso. Aquela criançada que estava sendo levada lá para frente, no meio da multidão, ia morrer, porque era pele e osso. E esses jovens que eram aquelas crianças e que estavam levando as suas fotografias já estavam saudáveis, estudando, trabalhando, praticando esportes, ou seja, a organização do povo, a organização da sociedade fez com que esses jovens tivessem vida, vida.

O tema da Pastoral, inclusive, é para que todos tenham vida, vida em abundância. Vida em abundância é ter escola, ter saúde, ter trabalho, ter dignidade, ter respeito. Então, dia 5 é o Dia da Pastoral da Criança.

Eduardo Girão, escuto V. Exa. Que bom, agradeço.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Flávio Arns, quem tem que agradecer sou eu, agradecer primeiramente a Deus por poder estar aqui, como seu colega. Jamais imaginava, na minha vida, que estaria ao lado de uma pessoa que eu admiro muito, como o senhor, e me permita lhe chamar assim, porque V. Exa. deixa a gente um pouco – eu sei que é um rito...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode me chamar de você.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Mas, você, Senador, a sua tia Zilda Arns... O Senador Alvaro Dias esteve lá em casa neste final de semana, lá em Fortaleza, e ele viu. Eu disse: "Olha, conta para o Senador Flávio". Na parede lá de casa, há uma foto dessa grande humanista, grande pacifista Zilda Arns.

Ela revolucionou, em vários setores da sociedade, o atendimento fraterno, o cuidado, a simplicidade. Foi com muito amor que ela desenvolveu o trabalho por onde passou. É muito marcante para mim as vidas que ela salvou – aqui no Brasil, foram milhares de vidas –, mas há uma briga que ela comprou, que me inspirou, inclusive, a entrar na política, foi uma das inspirações de começar com movimentos pró-vida. Ela, no momento em que era politicamente incorreto se falar sobre aborto, se falar que era contra o aborto, foi uma das pioneiras aqui no Brasil, por ser pediatra, por ter a coragem, por entender bem do assunto, por se posicionar, por ir para debates, por vir aqui, no Congresso Nacional, defender a vida desde a concepção. Consciência, com estatística social, mas com o coração desse tamanho.

Então, meus cumprimentos ao seu pronunciamento, dia 5 de dezembro – não estava me atentando – é o Dia da Pastoral da Criança...



O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É o Dia Nacional da Pastoral da Criança.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – É o Dia Nacional da Pastoral da Criança. Poxa, data marcante, e conte comigo para qualquer iniciativa nesse sentido, para a gente sequenciar, com todas as nossas limitações e imperfeições, que são muitas na frente da humanista e pacifista Zilda Arns, e possa colaborar com esse trabalho que ela iniciou lá atrás.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço e lembro que, na verdade, o termo "pastoral" é um termo que a CNBB usa, mas o trabalho é ecumênico, e mesmo muitas pessoas que não professam uma religião também participam dos trabalhos, porque o desejo de que a criança tenha saúde e educação, que a gestante seja apoiada, que a comunidade se organize, se envolva, participe dos conselhos, na luta por direitos, tem que ser uma luta de todos nós.

E lembro o seguinte: a Pastoral da Criança hoje ainda acompanha 1 milhão de crianças no Brasil – 1 milhão de crianças! Imaginem quantas crianças não foram acompanhadas em 36 anos? Trinta e seis anos. Eram crianças e hoje são pessoas de 40 anos, 35 anos ou mais anos, por aí. Com 160 mil voluntários. É um exército! Cento e sessenta mil. E, permitam-me chamar a tia Zilda, eu perguntei para ela que data deveria ser o Dia da Pastoral da Criança, porque começou em setembro e não em dezembro. Ela disse: "Não, coloque 5 de dezembro, que é o Dia Internacional do Voluntariado". E ela disse: "O que seria da Pastoral se não fossem os voluntários que fazem todo o trabalho necessário para essa área?".

Mas, quando ela faleceu no terremoto do Haiti, ela já era a Coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa. E hoje a Pastoral da Pessoa Idosa também já conta com 25 mil voluntários no Brasil, uma coisa assim extraordinária. E, no Haiti, por que ela estava lá? Para mostrar a metodologia que era utilizada aqui no Brasil, para que eles pudessem usar a metodologia simples, barata, que dá resultados, qualificando as próprias pessoas, com as próprias pessoas acompanhando o trabalho.

E, já que a gente está falando de números, porque, no dia seguinte ao terremoto, eu estava no Haiti já para trazer o corpo dela para o Brasil – já no dia seguinte: lá foram 220 mil mortos. De um dia para o outro, 220 mil mortos.

A gente pensa: "Não, os haitianos estão chegando no Brasil, vamos dar apoio e tudo", mas tudo destruído, caído, era uma coisa na rua, na calçada, um corpo ao lado do outro, era uma coisa inacreditável.

Então, nós temos duas coisas importantíssimas nesta semana. Uma é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – que é amanhã, mas as atividades se desenvolvem no decorrer da semana. Quantas famílias pelo Brasil que têm filhos, sobrinhos, primos, netos, pessoas com deficiência e que precisam ter os seus direitos, a sua autonomia, as suas oportunidades reconhecidas? Então, esse debate tem que acontecer e nós temos que apoiar tudo isso. E a outra é o Dia Internacional do Voluntário, dia 5, que foi escolhido como o Dia Nacional da Pastoral da Criança, que é um motivo de orgulho para todos os brasileiros, por uma iniciativa boa, barata, eficiente e que promove a vida, a saúde, organiza o povo. O povo tem que se organizar e, a partir daí, podemos ter um país que seja melhor, com a participação de todo mundo.

Então, Sr. Presidente Styvenson, agora, do Rio Grande do Norte, obrigado pela atenção...

(Soa a campanha.)



O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Girão e Reguffe, que estão aqui também, que bom!

E vamos caprichar o convite para quem nos acompanha e dizer: olha, vamos apoiar as Apaes, as entidades coirmãs, as associações de pessoas com deficiência e vamos apoiar iniciativas boas, interessantes, como há a Casa do Caminho, lá em Salvador também, e tantas outras iniciativas que o povo bom deste País costuma produzir.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – Senador Flávio, me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, Senador.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – É um breve aparte, rapidinho. É um breve aparte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF. Para apartear.) – Eu penso que nós deveríamos sugerir para a direção aqui do Senado Federal, para a Presidência do Senado, que fossem levantadas todas as proposições que estão tramitando na Casa envolvendo a questão da deficiência.

Eu acho que é um tema em que a gente poderia avançar aqui no Parlamento e levantar tudo que está tramitando, para que a gente pudesse fazer um mutirão de votar esses projetos. Acho que isso seria uma grande contribuição do Parlamento para a vida de milhões de pessoas neste País.

Também cumprimento V. Exa. no que tange à questão da Pastoral. Como católico praticante que sou, é um trabalho que eu admiro muito e que envolve o esforço pessoal de várias pessoas.

Eu queria também trazer mais um tema, se puder, enriquecendo o seu pronunciamento. Também há um outro ponto que eu acho que precisava ter um tratamento por parte não só do Parlamento, mas também dos diversos governos: é a questão das doenças raras.

Eu me reuni com um grupo de pessoas e aquilo ali me cortou o coração. É preciso tratar isso com mais seriedade, com mais carinho, com mais responsabilidade também.

Então, eu acho que a gente deveria aqui, no Parlamento, levantar as proposições que a gente tem sobre isso e aí solicitar ao Presidente da Casa que fizesse um mutirão no sentido de votar esses projetos, porque às vezes o Parlamentar apresenta e isso fica anos e anos aqui.

Ele está fazendo a parte dele, porque ele apresentou, cumpriu a responsabilidade dele, mas seria melhor para a sociedade, se houvesse um resultado prático e fossem votados esses projetos.

Então, é isso que eu queria deixar como um apelo à Presidência desta Casa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Reguffe, tudo o que foi colocado é muito importante e eu concordo plenamente. Mas, só para destacar, é bom que as pessoas saibam que, na Comissão de Assuntos Sociais, nós temos três subcomissões: uma Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que eu estou presidindo; a outra é de Doenças Raras, presidida pela Senadora Mara Gabrilli; e a outra é da Pessoa Idosa, presidida pelo Senador Eduardo Gomes.

Amanhã, vamos ter uma audiência, inclusive, com resultados de uma pesquisa feita aqui pelo Senado, envolvendo essas três áreas. No caso de doenças raras, são muitas doenças, 8 mil doenças, e pouca gente, mas muita gente em função do número de doenças.

E o que acontece é que, nesta área em particular... Por exemplo, semana passada, tivemos uma conquista importante: foi derrubado o veto que previa que 30% dos recursos de pesquisa em saúde...

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – Sem dúvida.



O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... fossem destinados para doenças raras e negligenciadas. Então, isso foi um avanço importante.

Nós temos tido muitas audiências públicas, com uma expectativa muito grande da sociedade. E concordo inteiramente que muitas das doenças... Por exemplo, no outro dia, falamos sobre glicogenose hepática, o tratamento é com alimentação. Se você não alimentá-la de maneira adequada, a criança pode até morrer, fazendo tratamento adequado. Veio a médica geneticista que lidera esse grupo de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, para mostrar que nós podemos fazer as coisas. Há caminhos para apoiar...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... as famílias e as pessoas.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – Rapidinho, Senador Styvenson.

V. Exa. faz um excelente trabalho na Presidência desta Subcomissão. Eu apenas considero que, se a Presidência da Casa topasse fazer um mutirão para agilizar as proposições que estão em tramitação...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Concordo.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – ... e se nós pudéssemos aqui ser mais ágeis no nosso trabalho legislativo nesses temas, isso seria algo importante para a sociedade.

Considero as audiências públicas importantíssimas. Elas, inclusive, dão voz a muitas pessoas no Parlamento, o Parlamento é para isso. Então, as audiências públicas cumprem um papel não só aí, mas nas outras Comissões.

Agora, seria de bom-tom, de bom alvitre, na minha opinião, se pudéssemos dar maior agilidade na tramitação dos projetos. Eu acho que isso poderia ser um apelo de todos nós aqui presentes à Presidência da Casa, no sentido de fazer uma pauta neste final de ano voltada para esses temas. Eu acho que isso seria algo importante, mas é apenas uma sugestão minha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu concordo inteiramente.

Só um minuto para encerrar, lembro que nós tivemos, na reforma da previdência – por isso, o sentimento de apoio e colaboração permeia os Senadores –, uma colaboração extraordinária do Senador Tasso Jereissati. No relatório dele, ele foi definitivamente a favor da pessoa com deficiência.

E, na semana passada – e os pais têm que saber isto também –, aprovamos algo já no Senado e na Câmara, indo para a sanção, que é a mudança do critério de concessão do BPC, do salário mínimo da pessoa com deficiência, que era o mais miserável de todos, um quarto do salário mínimo *per capita*. Isso foi mudado no projeto de lei para meio salário mínimo. Isso vai beneficiar muitas famílias, muitas pessoas com deficiência, foi aprovado no Senado, na Câmara e tem que ir para sanção do Presidente. A gente espera que, com a Michelle Bolsonaro, a Primeira-Dama, que é muito ligada à área da pessoa com deficiência, de doenças raras, haja esse apoio para a sanção desse projeto. E aí nós mudamos significativamente a qualidade de vida de muitas pessoas no Brasil.

Agradeço ao Presidente Girão. Desculpe-me também por acabar tomando o tempo. O Girão já foi Presidente do Fortaleza – e que bom a gente ver que o time está indo bem e que o Ceará também fique firme aí na luta, pelo querido Estado do Ceará.



Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Styvenson Valentim.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Eu queria uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Não é o senhor que está com a fala agora, não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu vou já à tribuna. É só uma nota de pesar que eu queria ler aqui. É sobre o falecimento de um santo homem, um guerreiro pela causa da vida contra as drogas. O Pe. Haroldo Rahm faleceu neste sábado, dia 30 de novembro, aos cem anos de idade, um século. O Pe. Haroldo Rahm nasceu em 22 de fevereiro de 1919 nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil em 1965 e naturalizou-se brasileiro em 1986. Fundou diversas obras, como paróquias, pastorais, movimentos, entre outros, aliando-se a outros religiosos. Ele dedicou sua vida a semear obras que integram a ação social e que buscam aliviar o sofrimento das pessoas marginalizadas, principalmente dependentes químicos.

Ele era conhecido carinhosamente como profeta do amor exigente. Em 1978, fundou a entidade filantrópica Associação Promocional Oração e Trabalho, que em 2009 foi rebatizada com o nome de Instituição Padre Haroldo Rahm. Seguindo a mesma linha de trabalho, ele iniciou o movimento Amor-Exigente, que é um movimento tradicionalíssimo, fortíssimo, pela vida saudável e contra as drogas. Foi em 1984 que ele fundou o Amor-Exigente, inspirado no livro *Tough Love*, que atualmente está presente em todo o Brasil e em outros países.

O instituto que leva o seu nome desenvolve ação social em quatro eixos de trabalho, todos direcionados para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a entidade oferece 15 serviços diferentes, possui dez endereços e atende cerca de 2 mil pessoas por mês. Nesses anos todos, Presidente Senador Styvenson, o serviço do Amor-Exigente e da associação fundada pelo Pe. Haroldo Rahm ajudou 12 mil pacientes e é referência nacional.

Então, nosso muito obrigado ao Pe. Haroldo Rahm. Muita luz, muita paz. Que Deus o receba – não tenho a menor dúvida de que já o recebeu – com muita alegria no mundo espiritual.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O Senador Flávio Arns já foi. Eu ia dizer que é uma honra estar ao lado dele, Senador Girão, pelo DNA que ele carrega. Não é de um ser humano, mas de um anjo.

Com a palavra, Senador do Estado do Ceará, amigo, irmão, que não gosta de ser chamado de Exmo., Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Você.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Você, tu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Por favor.

No Ceará, usa-se muito tu. No Ceará, no Maranhão e também no Rio Grande do Sul, usa-se muito tu.

Paz e bem, Senador Presidente desta sessão, meu amigo irmão Styvenson Valentim.

Paz e bem a vocês que estão nos assistindo em casa, nos ouvindo pelo rádio, às 16h24, deste dia 2 de dezembro de 2019.

Eu, primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui, bem, com saúde, com serenidade para poder combater o bom combate.



Eu trago boas notícias, Senador Styvenson. No momento em que a gente vive algumas reversões, a gente tem a esperança de retomar agora nesta semana, com a questão da votação aqui no Senado da prisão em segunda instância, com a mobilização fantástica de dezenas de Senadores aqui, durante todos estes dias, inclusive no final de semana.

Mas eu trago aqui notícias boas. Trata-se do Prêmio Wise Awards, da Fundação Catar, para o Programa Criança Feliz, do Brasil, programa do Ministério da Cidadania.

Eu falei há pouco sobre o Pe. Haroldo Rahm, que faleceu nesse final de semana.

E a gente tem de tirar o chapéu, sim, e tem de falar. Tem de criticar o que está errado, mas tem de elogiar o que está certo. Essa é a postura da independência. E nós temos essa liberdade de consciência de poder expressar o que a gente pensa de conquistas que nós estamos tendo.

Por exemplo, com o trabalho a que o Pe. Haroldo Rahm dedicou a vida inteira, nós saímos de 2 mil dependentes químicos atendidos em comunidade terapêuticas, nos governos anteriores, Senador Styvenson, para 11 mil, em menos de um ano, atendimentos em comunidades terapêuticas.

Ou seja, o Governo, o Executivo abraçou, sim, um caso que deixa famílias inteiras despedaçadas, que é você ter um filho com problemas com drogas, uma filha, um irmão, um sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Girão, não é um problema só de saúde. É um problema de segurança, é um problema de cidadania, é um problema de emprego. As pessoas não entendem isso e ficam com o discurso de que a droga é inofensiva e de que a gente não deveria interferir na autodeterminação das pessoas, mas, infelizmente, as pessoas não enxergam essa autodeterminação, esse autocontrole ou essa autoproteção quando estão dentro da dependência química.

Então, é bom ouvir o que o senhor está dizendo sobre as comunidades terapêuticas pelo Brasil afora. Todos estão ouvindo.

E fui um dos que lutaram aqui pelo PLC 37, de autoria do Deputado Osmar Terra, hoje Ministro. O senhor trazer o tema que foi homenageado e reconhecido no Catar, um trabalho significativo na primeira infância, é importantíssimo, porque, tendo esse trabalho bem feito na primeira infância, com certeza, Senador Girão, a gente evita que jovens entrem na dependência química do álcool, da droga, da maconha, do *crack*.

Como o senhor disse, só quem é familiar, um pai, uma mãe que está assistindo ou que está ouvindo sabe que tem aquele filho que muitas vezes tem que acorrentar no quarto, na cama, com medo de que ele saia e não volte mais; tendo os objetos de dentro de casa sendo furtados, sendo retirados para o consumo de drogas.

Eu, como policial, por 16 anos, Senador Girão, irmão, eu vi até a própria família comprar a droga para deixar para o garoto dentro de casa para que ele não saísse, para a proteção dele. Mas isso causava mais dependência química.

Eu vi com meus olhos também mães acorrentarem o filho na cama. Eu fui chamado nessa ocorrência no bairro de Neópolis, em 2006 – um bairro de classe média – para conduzir a mãe para delegacia por maus-tratos, por tudo, mas, quando eu fiquei sabendo da história, era o que ela podia fazer para livrar o filho de uma comunidade que até então existia próximo ao bairro dela, aquela favela da Via Sul, onde ele ia consumir drogas e já estava devendo para o traficante.

Então, é um problema de segurança, é um problema de saúde pública...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – ... é um problema que envolve muitas vertentes.

Então, ter aprovado o PLC 37, com a ajuda do senhor e dos outros Senadores aqui, principalmente do senhor, que fez um trabalho forte para que fosse aprovado, a gente hoje pode ajudar e contribuir como Parlamentar com emendas individuais para as comunidades terapêuticas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – ... para fortalecer cada vez mais com recursos.

Custa praticamente R\$1 mil por mês manter esse dependente químico longe da droga, dentro das comunidades terapêuticas. As pessoas podem achar que é caro; mais caro é ele estar na rua, de forma desumana, de forma às vezes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sem perspectiva de se restabelecer, sem perspectiva de se curar.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Exatamente.

Toda essa falta de perspectiva que uma pessoa tem quando utiliza essas substâncias, pessoas que, mesmo tendo potencial para produzir para a sociedade, para contribuir para a sociedade, muitas vezes estão em vilas, guetos ou bicos, jogadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senador Styvenson, você que faz palestra há muitos anos em escolas sobre esse tema, as drogas, antes de iniciar aqui o meu pronunciamento, eu queria lhe fazer uma pergunta.

Da última vez que o senhor falou aqui sobre esse tema, muita gente me perguntou como é que se identifica um filho pelo comportamento, fisicamente, que possa estar começando um envolvimento... Quais são os sinais interiores, os sinais exteriores? Isso para ajudar os pais que estão nos assistindo aqui agora, as mães, os avós, para que possam já ter um alerta e saber como proceder, saber a quem devem procurar quando perceberem que um familiar seu está caminhando neste mundo terrível, nesse abismo que são as drogas.

Por favor, Senador, se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Girão, eu vou dar duas explicações.

Primeiro, eu vou repetir o que minha mãe fazia comigo quando eu era mais novo, quando eu saía de casa e voltava. Isso é para as mães e para os pais: minha mãe me cheirava dos pés à cabeça. Minha mãe ia nos bolsos da minha bermuda, da minha calça para ver o que havia dentro dos bolsos, se havia algum objeto que não era meu, se havia algum vestígio de algo. Então, eu não podia beber, eu não podia fumar, não podia fazer nada, porque eu passava por uma vistoria quando chegava em casa. Eu digo isso porque não faz muito tempo, não. Até aos 19 anos minha mãe fez isso comigo. Se minha mãe estiver me assistindo: "Mãe, obrigado, porque hoje eu sou o ser humano que eu sou pela fiscalização que a senhora fez comigo".

Como policial militar – acho que com isso todos os policiais do Brasil vão se identificar –, quando a gente ia fazer uma abordagem naquela turma que estava sentada numa praça ou que estava ali em atitude praticamente suspeita ou não... A abordagem policial não funciona só para atitude suspeita, e, sim, para fazer uma busca, procurar algo que a pessoa possa estar carregando. Então, não é um desrespeito ao cidadão e, sim, uma segurança até para ele mesmo e para a sociedade.



Então, nós íamos nas mãos e identificávamos pela coloração das mãos: mão amarelada é maconha; mão escurecida já expliquei que era o *crack*, porque o barato do *crack*, o lance do *crack* é o primeiro trago, depois você apaga aqui, na marica, para fumar de novo. Então, aquela primeira é que vale. E aí ele apaga em seguida. Ele queima as digitais. Então, as mães, os pais devem olhar os dedos dos filhos. Entre os dentes, fica a fuligem, no espaço, como se fosse tártaro, mas é uma fuligem escurecida. Pode ser *crack*. Papelotes pequenos, pequenos, com resquício de pozinho branco. Mãe, se a senhora encontrar dentro de casa, no quintal de casa, dentro das coisas do seu filho aquele pozinho branco, não é giz, não. Pode ser cocaína. Se a senhora quiser identificar... O policial normalmente colocava na ponta da língua. Se ficar formigando, se ficar áspero, é cocaína. E assim a vida de policial foi ensinando a gente dia a dia. Eu passo isso nas palestras para os pais, nas escolas, para que eles tenham atenção de fiscalizar os filhos.

Mas o teste mais eficiente que há – e isso eu submeti já o de 19 anos a fazer, o José Wagner e algumas crianças da Escola Maria Ilka também –, o melhor exame é corte do cabelo. Como é que é, Capitão, corte o cabelo e exame toxicológico? O exame toxicológico vai dizer, numa ampla janela, se você usou ou não maconha, cocaína, metanfetamina, qualquer tipo de drogas que hoje são utilizadas – esse exame dá essa larga varredura.

Mas para a senhora, para o senhor que está aí em casa, que está fiscalizando, não tenha medo do seu filho, não, porque os pais muitas vezes ficam com receio de fiscalizar os filhos. Eu não sei o senhor, mas o meu eu boto de cabeça para baixo para ver tudo. Eu vejo até o DNA dele, porque eu não quero perder para o traficante. Eu vi muitas pessoas serem perdidas para as drogas. O traficante, Senador Girão, não tem escrúpulo nenhum. Ele quer é dinheiro. Quando mais ele viciar, mais mercado consumidor ele terá. Quando mais pessoas dependentes químicas estiverem na sociedade, mais ele vai lucrar com a venda. E se for o *crack*, melhor ainda, porque o *crack* se consome rápido. Num valor entre R\$5 e R\$10, é um tipo de droga que tem grande rotatividade e destrói, devasta a vida daquelas pessoas.

Então, para os pais que estão ouvindo, para as mães, para os irmãos, para quem estiver preocupado com seu parente, com seu amigo e para os jovens que podem estar ouvindo também, Girão: não vá na conversa do seu amigo de que vai dar certo, que é só um tapinha, que é só para fazer a cabeça, para se distrair. Escute bem, você vai entrar num lugar do qual não vai sair. Eu digo isso por uma experiência de 16 anos combatendo as drogas.

Então os pais podem fiscalizar, sim, os filhos. Não tenham medo. Olhe, eles ainda são jovens, são crianças, precisam desse cuidado. E, nas escolas, os professores também. Aquele aluno que chega agitado, aquele aluno que chega, normalmente, com aquele cheiro, com aquele odor, sabe, Senador Girão? O senhor já sentiu cheiro de maconha? Já? Se não sentiu, é um cheiro amargo, um cheiro forte. Normalmente fica impregnado na roupa, igual ao cigarro. Muitas vezes, o pai sente e fica com receio de perguntar. Então, fiquem atentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – O caminho é o diálogo, o caminho é a conversa franca.

Mas como perceber, Senador Styvenson, pelo comportamento? É o quê? É o isolamento do filho? Ele fica sem conversar?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Tem isso também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Quais são os sinais que ele mostra em casa? Na escola?



O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu vou dar um exemplo real, um exemplo real que aconteceu no bairro do Bom Pastor. Não posso dizer o nome do jovem de 16 anos. Não vou dizer o nome da mãe porque ela não me autorizou também. Ela vende bolos. É o bairro no qual eu era policial. Eu trabalhava naquela área, onde existiam escolas também.

A mãe me chamou e começou a ver o comportamento se modificar. O filho era um cara tranquilo, era atleta, praticava esportes. Começou, segundo ela, aspas "a se acompanhar com quem não prestava", "a se acoloiar", ela disse, com quem não prestava. E nesse se "acoloiar" com quem não prestava foi sumindo DVD, foi sumindo ferro de engomar, foi sumindo batedeira, foi sumindo liquidificador, foram sumindo os objetos de dentro de casa, e esse jovem com hábitos cada vez mais diferentes. Ele mudou a rotina, a rotina dele foi modificada. Ele tinha uma rotina de estudos e treinamento e passou a inverter: dormia durante o dia e saía durante a noite. Ele passou a ficar mais recluso. Ou ele comia muito, ou ele não comia nada. Tem isso também. Comer muito depende do tipo de substância que pode estar ingerindo. Algumas drogas, como o *crack*, não dão fome nenhuma. Por isso dá aquela inanição na pessoa, aquela magreza.

Então, observe sempre o seu filho. Não é um Senador que está falando, é um policial e um pai também, um cidadão que está dizendo aqui para todos vocês. Fiscalizem essas crianças que eu estou vendo várias aqui no Plenário hoje. Sejam bem-vindas! A senhora é mãe? Dos dois ou de um só? Pois é!

A gente está conversando aqui, eu e o Senador Girão, do Ceará – Senador Styverson e Senador Girão –, justamente sobre o cuidado que a senhora e que os pais que estão nos ouvindo agora pelo rádio, pela TV, devem ter com seus filhos. Com certeza, um só descuido, uma falta só de cuidado, uma falta só de fiscalização, a senhora vai perdê-lo para o pior mal que há na sociedade hoje, que se chamam maconha, *crack*, cocaína, bebida alcoólica, cigarro.

Tudo tem um início. A senhora não contribua. Se a senhora consome bebida alcoólica, não consuma na frente dele. O pai e mãe que estão me ouvindo – o pai principalmente, Senador Girão – não precisam dar bebida alcoólica ao filho, menor de idade, para provar que ele é macho, não. Isso acontece muito no Nordeste. O pai, para provar que o filho é macho, não precisa levá-lo ao cabaré, ao prostíbulo, menor de idade. O pai, muitas vezes, para provar que o filho é do sexo masculino, macho... Não precisa submeter o filho a isso, não. É o que vejo na nossa cultura.

Uma vez citei isso durante uma palestra. Uma mãe se revoltou quando eu disse: "Mãe, se a senhora usa roupas curtas, se a senhora gosta de determinadas atividades ou de músicas, a senhora não faça isso com a sua criança, porque ela não é o seu reflexo. Dê a ela uma boa educação, uma boa postura". Aí disseram que eu estava interferindo na vida das pessoas.

Quando eu comecei a falar aqui sobre o que o Senador Girão me perguntou, eu dei um exemplo do que a minha mãe fez comigo. Minha mãe me cheirava dos pés à cabeça quando eu chegava em casa. Minha mãe olhava no bolso das minhas calças, das bermudas. Minha mãe cheirava meus dedos. Mandava baforar na cara dela. E mexia em mim, mexia, mexia, mexia. Queria saber com quem eu andava, com quem eu falava, o que eu fazia. Hoje estou eu aqui, com 42 anos. Pena que muitos amigos meus não podem estar aqui – não no Senado, mas em vida –, porque muitos se foram já. Por falta de quê? De atenção, de fiscalização, porque quem ama, mãe, com certeza, com certeza, não dá liberdade, não; dá fiscalização, dá controle, dá regra, dá limites. É assim que eu fui feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senador Styverson, deixe-me fazer uma pergunta também ao senhor, que esteve em várias operações como policial militar.



Aconteceu uma tragédia em São Paulo, no Bairro de Paraisópolis, nesse final de semana, num baile *funk*, o que foi muito contestado. Ainda não há informações concretas, mas muitas vidas foram perdidas nesse tumulto que aconteceu, nessa abordagem. Eu queria ouvir sua opinião, se tem alguma coisa a ver também, de alguma forma... A gente sabe que as letras das músicas do *funk*, o baile *funk*, trazem muita deturpação, culto à violência, à arma, à banalização da mulher, do sexo. São letras que incitam realmente algo...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... preocupante em relação aos valores e princípios. Eu queria a sua opinião sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Sobre o que aconteceu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... sobre o que aconteceu lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu vou falar de uma forma geral.

Bem-vindos todos os jovens! Eu não recebi de onde estão vindo, se são pessoas que estão só visitando, mas, independentemente disso, todos vocês sejam bem-vindos! A Casa é dos senhores e das senhoras.

Bom, vou falar sobre o policial, sobre o policiamento, Senador Girão. Às vezes, é muito fácil estar em casa, assistir a uma operação policial e criticar. Às vezes, é muito fácil estar em casa e dizer que foi a polícia quem fez o disparo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Vou dar tempo a mim mesmo. Espere aí.

Às vezes, é muito fácil, Senador Girão, estar assistindo à televisão e assistir à parte de um vídeo. Muitas vezes, a gente não sabe pelo que é que um policial passa. Em 16 anos de polícia, eu posso lhe dizer, com toda a franqueza, que a vida de um policial não é fácil. Ele lida com os piores dos problemas. Ele não atua quando há paz, ele não atua quando está tranquilo; ele atua quando há distúrbio, divergência, turba.

Eu não sei o que aconteceu naquele baile *funk*, mas esse é um dos motivos de uma emenda que eu mandei para o Governo do Rio Grande do Norte, para a segurança pública. Propus a compra de câmeras para filmar toda operação policial. Que a câmera fique acoplada ao policial, porque o policial que trabalha bem, Senador Girão, não tem problema nenhum de ser fiscalizado.

É o Triângulo... Instituição de ensino IFTM, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Olha só, que coisa boa!

Sejam bem-vindos aqui ao Senado!

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Patrocínio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sejam muito bem-vindos!

É bom ver essa galeria cheia aqui de gente querendo conhecer a realidade da nossa Casa, aqui no Congresso Nacional.

É bom ver que vocês não estão aqui por acaso; estão porque gostam de política de alguma forma, acompanham, têm interesse no assunto. É fundamental que cada vez mais vocês pesquisem política, estudem política, porque só assim a gente vai conseguir um País mais justo e mais verdadeiramente fraterno para todos nós.



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O interessante é que as pessoas que podem estar nos assistindo e nos ouvindo, que estão vendo uma conversa entre dois Senadores, podem dizer: "Caramba, nunca vi uma conversa de Senadores assim".

É porque a política...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sem formalidade, não é? Sem formalidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – É a política para você ver que pode estar aqui também, porque eu não gastei R\$30 mil para estar aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Você teve quantos minutos de televisão para chegar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Zero! E rádio também, contra 167 Prefeitos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Usou quanto do fundo partidário?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Nenhum real.

Nenhum real porque eu acho um desrespeito com vocês, em um País em que a educação está falida, com uma segurança pública sucateada e uma saúde pública na UTI, gastar dinheiro com política, eu acho um absurdo.

Eu acho que vocês deveriam observar mais os seus representantes. Nas próximas eleições agora, vejam quem está usando o fundo partidário, porque, com certeza, é contra vocês, porque quem é a favor mesmo pegaria esse dinheiro todinho, dinheiro de economia de gabinete...

Não sei quanto o senhor economizou até agora, mas eu posso dizer: R\$1,8 milhão a serem devolvidos aos cofres públicos, e já foram – do meu gabinete. Pena que eu não posso converter isso para o meu Estado.

Só voltando sobre a operação policial, Senador Girão, as pessoas que gostam de criticar a vida dos policiais, a vida dos professores, quem gosta de ficar dando pitaco, que não sabe o que é ser um policial militar num País no qual não se reconhece a profissão, ganha-se pouco, vive-se sob estresse, em que sempre é ele o culpado, em que não se sabe... Há abusos? Pode ser. Há maus policiais? Pode ser, mas porque você não faz um concurso e vai ver o que é ser um policial neste País?

Então, Senador Girão, em relação às músicas, eu não atribuo só ao *funk* o desmerecimento discreto ou sinceramente a desabonação da mulher brasileira.

Aqui se passam tantos projetos de lei...

Vocês são alunos de Direito? Não?

Mas é sobre política que eu vou falar. Aqui se fala de feminicídio, aqui se fala de violência à mulher, aqui se fala de estupro, aqui se fala de crimes contra a mulher, que tem que ser imprescritível e hediondo, mas vocês permitem, vocês do sexo feminino, que músicas falem mal de vocês, que tornem vocês um objeto lascivo para o desejo masculino, que você possa dizer que o corpo é seu e que você faz o que você quiser. Eu, como homem, estou dizendo: respeitem-se para eu poder respeitar vocês.

Então, não é só o *funk*, mas também o nosso forró, Senador Girão, que chama a mulher de cachorra, que chama a mulher de bandida. Isso é a forma carinhosa de dizer "te *love*".

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – E você pegar, inclusive na minha terra e tudo... A inversão de valores é tamanha que o nome do principal artista que existe, um dos mais



famosos, é Safadão. Eu fico imaginando a mãe, criando a criança, desde pequeninha, o filho, e depois vê-lo ser batizado pelo povo de Safadão.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Mas isso é reflexo da cultura, Senador Girão. É uma cultura com que a gente quer acabar através de lei. Não se quebra uma cultura com lei, não; quebra-se uma cultura com consciência e educação.

Então, vocês, mulheres, se valorizem. Com certeza, os homens vão valorizar vocês. Se amem mais, tá bom? E, homens, respeito, não é? Pelas mulheres, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Obrigado pela visita, pessoal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Expliquei, Girão? Respondi sua pergunta?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Respondida.

Agora, posso começar o pronunciamento?

Pronto. Você tomou meu tempo, rapaz.

Bom, como eu falei, eu queria dar uma boa notícia e digo isso, assim, com muito alento, com muita felicidade em meu coração.

Eu quero informar que o Programa Criança Feliz, hoje administrado pelo Ministério da Cidadania, foi agraciado, de forma mais que merecida, com o Prêmio Wise Awards, da Fundação Qatar. Num conjunto de outros 481 projetos inscritos, o Criança Feliz, do Brasil, está entre os seis mais notáveis do Planeta, pelo caráter inovador em educação. Tal excepcional notícia nos chega de Doha, no Catar, onde mais de 2 mil especialistas e autoridades de todo o mundo buscam respostas para os desafios da educação no enfrentamento às transformações tecnológicas pelas quais vem passando o mundo inteiro.

Este belíssimo projeto consiste na reunião de conhecimentos, talentos, ações e recursos para atender às famílias com crianças entre zero e seis anos. O propósito é o de oferecer os meios para promover o desenvolvimento integral dos que estão nessa faixa etária.

O Programa Criança Feliz está ligado ao Marco Legal da Primeira Infância e se baseia na premissa da dimensão integral da pessoa. Por isso, articula assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes e promove a união dos serviços federais com os estaduais, com os municipais, potencializando o uso de recursos.

Um dos objetivos do programa é o de colaborar com os pais e as mães dessas crianças, para que reconheçam o lugar de cada um nesse cuidado, para que criem e mantenham fortes os vínculos familiares e que possam oferecer os mais elementares cuidados com higiene, alimentação, serviços básicos de saúde e acesso aos meios de aprendizagem e socialização, incluindo o ingresso em estabelecimentos de educação infantil e o acesso à cultura.

E qual a principal ação? A realização de visitas domiciliares aos participantes do Bolsa Família, a famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada e também àquelas afetadas, no convívio familiar, em razão da aplicação de medidas de proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nessa oportunidade, os profissionais do Criança Feliz conhecem o contexto das famílias atendidas ou da comunidade onde estão abrigadas. Com base nesse conhecimento, elaboram as orientações com maior grau de precisão possível e oferecem recursos para que as famílias promovam, da melhor maneira, o desenvolvimento das respectivas crianças.

Além das visitas, são componentes dessa política a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância. Há o



desenvolvimento de conteúdo e de material de apoio para atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias, além do apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas à mobilização, à articulação e à implementação do programa. São mais de 817 mil crianças atendidas, além de gestantes, o que o configura como maior programa de visita domiciliar de atenção à primeira infância do mundo inteiro.

Portanto, diante dessa magnitude do programa, esperava-se também um reconhecimento à altura. Pois bem, ele veio através do prêmio *Wise Awards*, o maior do mundo na área de inovação para a educação.

Para representar o Brasil, estava lá o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, que estendeu os agradecimentos a todo o Governo, que o tem apoiado para o prosseguimento das ações. Na ocasião, Osmar Terra compartilhou suas experiências sobre esse tema e destacou o fato de as crianças nascerem com grande potencial, derivando daí a necessidade essencial de zelar pelo que lhes ocorre na infância, particularmente no período que se estende da gestação aos três primeiros anos. Senador Styvenson, os mil dias são fundamentais para o restante da vida da criança. Está ali a chave de tudo. A ciência e a neurociência mostram isso.

Dito isto, é com muita satisfação e orgulho que venho felicitar o Ministério da Cidadania, que coordena o Programa Criança Feliz, na figura do Ministro Osmar Terra e do seu corpo técnico, pelos êxitos dos últimos dias. Vai também o meu abraço para a Rose, que faz um trabalho fenomenal ao lado do Ministro Osmar Terra.

E que o Brasil possa continuar a dar exemplos do bom cuidado com a infância e com a família a todo o Planeta. Que venham mais conquistas!

Realmente, eu fiquei muito feliz, Senador Styvenson, com essa vitória do Brasil lá em Doha; foi superconcorrido esse prêmio WISE Awards. O Brasil, há 15 dias, teve oportunidade de ser agraciado.

Eu queria dizer para você – permita-me chamar assim – que nós estamos começando uma semana e eu gosto sempre de terminar os nossos pronunciamentos aqui com uma mensagem de esperança, uma mensagem de fé. Eu escolhi uma mensagem que fala de criança justamente porque a gente...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Girão, antes de o senhor falar sua mensagem, já que o senhor está falando da primeira infância, da importância desse prêmio que o ministério está recebendo por um trabalho interessantíssimo, eu digo que o meu Estado, principalmente os Municípios da região oeste do meu Estado, muitos já cadastrados estão tendo os resultados desse acompanhamento na primeira infância. E eu quero levar para todo o meu Estado, para o Brasil todo, essa preocupação com essas crianças logo nos primeiros meses, nos primeiros anos de vida. Não dá para a gente entender o abandono em que hoje vivem muitas crianças.

Às vezes eu passo pelo sinal, neste momento, agora, não sei se é só no meu Estado, mas quem estiver ouvindo, não sei se no seu tem...

Tudo bem, Senadora Selma?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senadora Selma, querida amiga, irmã.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Não sei se acontece nos outros lugares do Brasil, as mães levam aquelas crianças para os semáforos, para os canteiros, colocam uma cadeira e espalham aquelas crianças pedindo moedas, pedindo tudo. Nesses momentos, aflora mais isso. Então, para a senhora que está ouvindo, para o senhor que está



ouvindo, me aconselharam não dar dinheiro, viu, Girão, não dar nada, não dar alimento. Aí eu fiquei assustado. Quem me disse isso foi a Secretária Municipal de Natal, a assistente social. Ela disse: "Capitão, você está contribuindo para que eles fiquem lá pedindo mais". E a gente muitas vezes, com aquele coração mole, dá uma moeda, dá um dinheiro, dá aquela roupa. Ela disse: "Eles têm lugares para serem acolhidos".

Eu fiquei de conhecer esses lugares, mas, sobre a primeira infância, sobre as crianças, eu preciso dizer também para o senhor, já que a gente está falando dessa proteção, que o maior número de acidentes domésticos acontece nessa faixa etária de 1 a 5 anos de idade, desde uma queda, queimadura, até se engasgar com alimento, prender a mão numa porta. A quantidade é de quase 120 mil registros por ano no Brasil de acidentes envolvendo crianças. Quem é mãe, quem é pai sabe que criança é cega, tem que ficar olhando toda hora, tem que ficar perto. Então, colocar um dedo na tomada, usar uma faca, mexer na panela no fogo, querer pular pela janela para ver se voa, isso são coisas que acontecem no cotidiano. Se não ficar atento, Senador Girão... Botar tela nas janelas quem morar em prédio, ficar atento às crianças, porque são 5 mil casos de morte e 120 mil casos de crianças feridas, crianças que sofrem lesões pela falta de observação.

Era isso que eu tinha que falar. E dizer ao Ministro Osmar Terra parabéns pelo prêmio que recebeu por esse programa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito bem.

Antes de eu fazer o encerramento com essa mensagem, eu queria, com muito carinho, dedicar algumas palavras para a minha irmã Juíza Selma.

A gente se conhece, Juíza... Selma – não vou chamar de Juíza, Selma Arruda –, a gente se conhece há pouco mais de dez meses, convive aqui e aprende muito como é que funcionam as coisas aqui, juntos, um ajudando o outro para entender melhor. Chegamos aqui com esse espírito de renovação, chegamos com o espírito de fazer algo diferente para o nosso País, com muita esperança, com muita vontade de ajudar, e eu me sinto lisonjeado em ser seu colega, em estar ao seu lado aqui em batalhas importantíssimas que você – permita-me chamar assim – enfrentou como uma leoa aqui dentro. Aliás, você enfrenta diariamente. E eu espero que a gente, juntos aqui, neste Senado, consiga, com as bênçãos de Deus e com o apoio dos brasileiros e das pessoas de bem que estão nos Poderes, muitas vitórias para o nosso País ainda, porque a gente só está começando.

Então, Selma, você amanhã vai ser julgada por uma situação de pré-campanha, e não existe regulamentação nenhuma sobre este assunto; e você vai ser julgada no processo mais relâmpago que eu acredito da história deste País. O Senado nunca viu nada parecido. O Senado da República nunca viu nada parecido com isso a que você está sendo submetida amanhã, terça-feira, dia 03 de dezembro de 2019. Mas eu tenho muita confiança em homens de bem, em homens que têm a justiça no coração, que têm uma consciência tranquila para olhar para os seus filhos depois, para a sua esposa, descer na rua e encontrar com as pessoas e poder dizer que estão fazendo um trabalho digno, porque eu sei que a senhora lutou contra muitos poderosos, prendeu políticos importantíssimos do seu Estado e quer que a verdade venha à tona no Brasil inteiro. Não é à toa que o seu povo a trouxe para cá, o povo do Mato Grosso, com uma votação fenomenal; você, que é considerada pela população do seu Estado o Sergio Moro de saias, pelo trabalho corajoso que nos inspira, que nos deixa cada vez mais convictos de que este País vai dar certo.

Vai dar certo. A sua vinda para cá mostra isso. O desejo do povo de ver a coisa justa acontecer, porque a senhora prendeu muitos corruptos, e a senhora vai ser julgada amanhã num



prazo inimaginável. A PGR, até agora, eu não consegui entender como é que recebe o seu processo e escreve dezenas de laudas em sete horas, porque tinha que ter tempo para estudar para ver o que está vindo de lá para cá, para analisar, para mergulhar. Mas, em sete horas – isso com o horário do almoço –, chega na PGR e já vai lá para o TSE, que é onde amanhã a senhora vai ser julgada.

Que a população que está nos assistindo agora, que está nos ouvindo, que ela acompanhe esse julgamento de alguma forma. Isso não vai estar na TV, não vai estar como outros julgamentos, não vai estar no horário nobre, mas você tem como acompanhar de alguma forma, lá no *site* do TSE.

Amanhã é um julgamento muito importante que pode definir muito sobre a ética: se realmente a gente quer ética neste País, se realmente a gente quer justiça neste País. E eu acredito nas pessoas de bem que vão estar julgando essa mulher, essa pessoa que tem trazido muita luz aqui para o bom combate que procuramos fazer pelo bem da nossa Nação.

Estaremos juntos amanhã, Selma, no seu julgamento. Sabemos da sua integridade, sabemos que, para chegar rápido como chegou, é uma perseguição para tirar o seu mandato. Isso se chama covardia, o que fizeram até aqui, mas eu acredito nesses homens que amanhã vão estar julgando, que vão estar pesando.

Esse julgamento que você está tendo poderia ser o meu, poderia ser o do Styvenson, poderia ser o de muitos outros aqui que incomodam este *status quo* que existe, este *establishment* de que a gente quer virar a página neste País. Então, qualquer um de nós estamos suscetíveis a uma situação dessa. E a gente sabe que tudo tem um preço, mas o bem vai triunfar, a verdade vai triunfar. E nós estaremos juntos amanhã.

Eu queria encerrar com uma mensagem. Por que eu gosto sempre, Selma e Styvenson, de encerrar com uma mensagem? Eu sempre faço isso, ainda mais no começo de semana. Nós vivemos uma guerra espiritual, uma guerra espiritual! Não é entre os homens, não. Não é uma guerra material, é espiritual mesmo.

Eu vou lhe dizer uma coisa aqui que eu nunca falei, mas chegam informações, Senador Styvenson, de que, para pessoas que estão incomodando ou que conflitam interesses aqui nesta Casa – e a gente sabe que a energia é pesada, que o Congresso tem uma energia pesada de muitos interesses, inclusive individuais, para se locupletarem... Quem confronta isso, quem busca a luz e traz luz, recebe muita vibração negativa de pessoas que se incomodam e recebe, do ponto de vista espiritual – tive notícia até disto –, trabalhos de feitiçaria, de bruxaria, coisas nesse nível mesmo. E a gente entende que o homem... Às vezes, os fins justificam os meios. Eu discordo totalmente: eu acho que o caminho reto é o caminho. Mas a maior proteção que nós temos é a proteção de Deus. E as pessoas que oram por nós – e não são poucas pessoas, porque eu também tenho notícias – é que nos blindam para que possamos continuar fazendo esse trabalho. Aí não há bruxaria, não há feitiçaria, não há trabalho nenhum que pegue, porque a oração é muito maior. E nós estamos aqui para uma missão que nos foi confiada pelo povo: o seu, do Mato Grosso; o meu, do Ceará; o do Styvenson, do Rio Grande do Norte; e outros aqui. É a vontade soberana do povo, de forma democrática.

E como a gente sabe que a guerra é espiritual, você que está a nos assistir, que está a nos ouvir agora, continue orando por nós, para que tenhamos sabedoria, para que tenhamos força, para que tenhamos saúde, para que tenhamos discernimento. Não ore só por nós aqui. Ore pelo Presidente da República, ore pelos ministros dos tribunais, ore pelo Governador do seu Estado,



pelo Prefeito. Nós estamos num momento crucial do nosso País, e é a oração, o poder da oração, da ação também, nas ruas, com coisas que não concordam, nas redes, cobrando do seu Parlamentar uma posição...

Está aqui a Senadora Juíza Selma. Você acha que está acontecendo isso com ela por quê? Vai ver o histórico dela no Estado. Quem ela prendeu? Os traficantes, políticos, empresários corruptos. Vai ver o que ela fez aqui nesses dez meses, o que incomodou muita gente, assinando a CPI da Lava Toga, assinando *impeachments* de ministros, assinando manifesto pela prisão em segundo instância de imediato no País, que é nossa luta desta semana. Inclusive, dia 8, Senador Styvenson, precisamos estar juntos nas ruas do Brasil de novo, dia 8 de dezembro, no próximo domingo.

Então, a guerra é espiritual e a oração de vocês é fundamental, oração pelo País, mas também pelos governantes. E a gente conta muito com essas orações para fazer, com todas as imperfeições e limitações, que são muitas... Nós estamos aqui na Terra para aprender a perdoar, a amar, a evoluir, a ajudar as pessoas. Mas nós estamos aqui realmente dispostos a enfrentar o que tivermos que enfrentar para fazer bem a esta Nação, porque Deus tem um plano para ela fabuloso, fantástico. E é só uma questão de tempo para isso acontecer.

Mas eu peço a você que está nos ouvir e a nos assistir: peço humildemente que ore por nós, porque recebemos essas energias de vocês aqui para tentar fazer o que estamos fazendo. E vamos conseguir, em nome de Jesus.

A mensagem que eu quero ler – já que eu falei no meu pronunciamento sobre a conquista do programa Criança Feliz do Governo do Brasil, que ganhou o prêmio WISE Awards, da Fundação Catar – é uma mensagem... O autor é o Batuira, pela psicografia de Francisco Cândido Xavier.

Se nos propomos a edificar o futuro com o Cristo de Deus, é necessário auxiliar a criança. Se desejamos solucionar os problemas do mundo, de maneira definitiva, é indispensável ajudar a criança.

Se buscamos sustentar a dignidade humana, abolindo a perturbação e imunizando o povo contra as calamidades da delinquência, é preciso proteger a criança.

Se anelamos a construção da Era Nova, na qual as criaturas entrelacem as mãos na verdadeira fraternidade, em bases de serviço e sublimação espiritual, é imprescindível socorrer a criança.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) –

Entretanto convenhamos que os grandes malfetores da Terra, os fazedores de guerras e os verdugos das nações, via de regra foram crianças primorosamente resguardadas contra quaisquer provações na infância.

E ainda hoje os jovens transviados habitualmente procedem de climas domésticos em que a abundância material não lhes proporcionou ensejo a qualquer disciplina, pelo conforto excessivo.

Urge, pois, não só amparar a criança, mas educar a criança e induzi-la ao esforço de construção do mundo melhor.

Uma semana abençoada a todos os brasileiros, a todos os Senadores, a todos os funcionários desta Casa, aos assessores, que possamos ter uma semana produtiva! Que amanhã, no Tribunal Superior Eleitoral, triunfe a ética, a verdade e a bem-aventurança.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O Brasil agradece, Senador Girão.

Agora, com a palavra a Senadora Selma. Senador Girão, ela não é só Senadora, nem Juíza, é irmã, é amiga. Já escrevi, nas minhas redes sociais, que aprendi a admirá-la porque comecei a conhecê-la. O seu Estado, Mato Grosso, já a conhece; o meu, o Rio Grande do Norte, está conhecendo. Acho que o Brasil precisa conhecê-la melhor para saber a injustiça que estão fazendo com a senhora.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. Para discursar.) – Muito obrigada, querido Presidente, Senador Styvenson Valentim, meu grande amigo e grande irmão.

Meu querido colega, amigo e irmão espiritual, Eduardo Girão, como você mesmo disse há pouco tempo, a gente se conhece há poucos meses. Não seria, de fato, nem para eu esperar esse apoio todo que estou recebendo de vocês. Mas eu sinto – agora aqui falando como pessoa mais do que como Senadora – que entre nós existe um elo superior que nos liga, esse mesmo elo que nos trouxe até aqui, esse mesmo elo que nos deu essa missão. É por isso que, quando nos conhecemos – desde sempre já nos conhecíamos –, já tínhamos alguma coisa que nos ligava. Foi como um reencontro, e não simplesmente nos conhecermos. Acho que essa força divina que nos trouxe aqui é mesmo para conseguirmos tentar lutar para que essa guerra espiritual seja vencida pelo bem. Nós sabemos, Senadores, que existe essa guerra. Acho que poucas pessoas não perceberam ainda.

Eu me lembro de que, quando juíza, presidindo audiências, eu chegava a ver, a sentir a energia daquelas coisas negras por cima daquilo tudo. A corrupção é um crime, Senadores, que é muito mais grave do que um homicídio, do que um latrocínio, do que um estupro, do que pedofilia, do que qualquer coisa. A corrupção mata milhares de pessoas e passa batida. A corrupção não tem um nome, não tem uma vítima. Se você vir um latrocínio, há a vítima, o cheiro do sangue, a arma, aquela materialidade. A corrupção não tem isso. Ela é volátil. A corrupção é um mal que está aqui, é essa nuvem negra que está nos cercando. Isso se chama corrupção. Ela compra almas. Ela promete muita coisa que depois não vai cumprir. É uma espécie de Lúcifer materializado entre nós. A gente vê que lutar contra isso não é fácil, porque, onde existe poder e dinheiro, a gente sabe que a mera sinceridade e a boa vontade talvez não sejam suficientes.

Eu fico aqui me perguntando, Senadores, se não falta talvez para nós que queremos acabar com isso ou lutar, pelo menos, para diminuir isso, se não falta para nós um pouco de estratégia ou de malícia no bom sentido para combater essas coisas. Nós vimos nos reunindo com muita frequência, conversando com muita frequência, temos um propósito nítido e claro, mas eu vejo que, por mais que nós lutemos em alguns embates, como esse da semana passada, por exemplo, quando nós estávamos aqui inocentes, agindo de forma honesta, falando de manhã e garantindo à noite aquilo que falamos, as outras pessoas não fazem nada disso. Elas falam uma coisa para te induzir a um erro ali, que vai te levar a um erro lá, e driblam o tempo todo, porque a forma de agir não é uma forma honesta.

Então, eu faço essa reflexão agora, até como um parêntese, para que nós possamos continuar trabalhando, mas talvez tentando enxergar, como num jogo de xadrez, quais serão os próximos passos dos nossos adversários, e, antecipando esses passos, nós conseguimos tomar o rei do lado de lá.

Precisamos disso, precisamos, o Brasil precisa. Nós não somos bobinhos, nós não somos ingênuos, mas talvez a nossa boa vontade esteja precisando de uma dose de pimenta ou de



tempero, porque, senão, essas raposas vão continuar nos driblando, não deixando que os projetos que têm que ser aprovados para que este País comece a andar, andem.

Nós vimos recentemente a publicação, nesse final de semana ainda, da OCDE, dizendo que muito se preocupa tanto com o Judiciário quanto com o Congresso atualmente. E, por incrível que pareça, há quantos anos não se vê a preocupação no combate à corrupção desfocada do Executivo. Geralmente a corrupção é maior no Executivo e, dessa vez, o olhar das pessoas da OCDE que vieram para cá, estava em dizer que o problema agora não estava mais no Executivo, o problema está no Judiciário, está no Congresso Nacional.

Então, é isto que nós precisamos fazer dentro da nossa competência e das nossas possibilidades: perceber, olhar para dentro, que aqui é que está boa parte do problema e tentar de uma forma talvez mais eficaz combater esse problema, porque o Brasil precisa. O Brasil precisa desses investidores, o Brasil precisa desses empregos.

Irrita-me muito quando nós falamos em combate à corrupção e alguém pega o microfone para dizer: "Eu não vou combater corrupção agora, isso não é pauta. A pauta é o desemprego, a pauta é a saúde". Caramba! As pessoas têm que entender que combater o desemprego é combater a corrupção é sim combater todos os outros males, é a mãe de todos os males. A corrupção é a mãe de todos eles! Por isso, nós precisamos manter o nosso foco, nos manter unidos e cada vez mais nos mostrar.

O povo brasileiro, embora nós estejamos aqui há dez meses praticamente, já aprendeu a respeitar e fazer a diferença entre os políticos que vieram para cá para fazer como diz aquele ditado: "O Senado é o céu na Terra. A única diferença entre o Senado e o céu é que você não morreu"... Há pessoas que vieram para cá para isso e nós que apanhamos, sofremos, estressamos, vamos parar no hospital, passamos mal, por quê? Porque nós não viemos para cá para usufruir do céu, nós viemos para cá para lutar, e quem entra com essa intenção é quem mais sofre, vê no Senado ou no exercício da política mais um fardo do que um bônus.

Eu não tenho bônus em estar aqui, nenhum! Eu estou aqui prestando um serviço ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado, assim como o senhor também está, assim como o Senador Styvenson também está. E nós sabemos que entre nós, muitas vezes, acabamos ficando um pouco desmotivados porque é uma luta muito, muito árdua. Nós estamos tentando derrubar um muro que existe há séculos. Nós estamos aqui tentando derrubar um muro que é perene, muito grosso, muito grande, muito alto e nós estamos, às vezes, ainda com ferramentas que não são adequadas para isso, mas nós vamos conseguir, porque o propósito é um propósito limpo, sólido, é um propósito digno e, portanto, não há o que consiga resistir a isso.

Como o senhor mesmo disse, quando a gente está com o pensamento firme no nosso Criador e sabendo que Ele nos pôs aqui para isso, a gente apanha num dia, cai, levanta, apanha de novo, cai, levanta, tem uma vitória, tem uma derrota, tem uma vitória, tem uma derrota, tem três derrotas para uma vitória, mas a gente continua, porque é para isso que a gente veio – é para isso que a gente veio.

Cada um dos meus 678.542 votos, o que correspondeu a mais de 25% dos votos válidos do meu Estado, cada um desses votos foi dado com essa intenção. As pessoas com quem eu conversei, as pessoas que eu encontro na rua não me criticam por estar sendo processada, Senador. Elas me elogiam por estar sendo processada, elas sabem o que está acontecendo.

Então, em vez de eu me sentir aqui constrangida ou me sentir mal em falar sobre isso, eu venho aqui e falo de cabeça erguida: eu estou aqui, estou sendo processada. O meu processo, como



o senhor mesmo disse, teve um recorde de tramitação. Talvez eu seja a única brasileira que não pode se queixar da lentidão da Justiça, talvez eu seja a única, e, em razão disso, a gente pode até prever que o resultado não seja o resultado positivo, mas eu penso, de qualquer forma, que o resultado disso tudo é positivo.

Qualquer um, qualquer resultado vai trazer uma mensagem muito positiva para todos nós, porque, se a justiça for feita, se os julgadores analisarem o processo com técnica, se eles abandonarem a vontade política de alguns que estão lá pressionando para a minha cassação, eu vou sair vitoriosa, todos nós, por termos visto a justiça prevalecer. Mas, se isso não acontecer, Senador, nós saímos vitoriosos de qualquer forma, porque nós estamos levando daí uma lição muito importante, a lição de que toda luta ainda é pouca, a lição de que precisamos mesmo, de verdade, mudar este País. E aí, ainda que eu saia, eu tenho certeza de que todos os dias a minha oração vai ser dirigida a vocês e que vocês vão ter força, talvez mais ainda do que eu estando aqui, vocês vão ter muita, muita força para lutar contra tudo isso.

Às vezes, a coisa pode acontecer exatamente para se mostrar, para mostrar o que está oculto e aí a gente sabe que, você sabendo quem é o teu inimigo, você sabendo dar nomes a esses bois, você consegue se fortalecer, porque você não está mais lutando no escuro. Eu acho que, de qualquer forma, amanhã essa verdade vem à tona.

Eu quero dizer que eu confio muito nas pessoas que estão lá, eu confio que essas pessoas estão analisando tecnicamente, que essas pressões políticas que eu sei que estão acontecendo lá não vão conseguir aquilo que elas querem, mas, eu digo a vocês, eu tenho esta verdade já comigo: qualquer que seja o resultado, nós teremos uma vitória, uma vitória do bem sobre as coisas sombrias.

Quero fazer só um comentário aqui, Senador Girão, com relação a este Plenário. Estamos aqui hoje, segunda-feira, 2 de dezembro, três Senadores no Senado Federal, três, no Plenário. A gente sabe que a sessão não é deliberativa, mas fica aí também uma reflexão: se este Senado deve mesmo funcionar só dois dias por semana, se as sessões deliberativas têm que ser só nas terças e quartas mesmo, se o povo brasileiro não precisa mais de nós, se não poderíamos estar aqui discutindo assuntos importantes. E me diga onde em outro lugar deste País não há pessoas trabalhando numa segunda-feira? Onde não há gente trabalhando numa quinta-feira? Onde numa sexta-feira as pessoas não trabalham? Nós temos tanto a fazer e, olhando para todo lado, vemos que temos o que fazer. Não é isso?

Fica, então, aqui o meu agradecimento especial, principalmente aos senhores, ao Senador Alvaro Dias, Lasier Martins e tantos outros que têm aí manifestado de público a confiança e o apoio na minha pessoa, mas fica também aqui uma nota, uma observação de um certo repúdio por esta situação aqui de ausência desses Parlamentares nesta Casa.

Eu quero agradecer ao Senador Styvenson, que está presidindo a sessão. Muito obrigada. Meu querido Senador Girão, meu amigo, meu irmão, ambos dois irmãozinhos, digo a vocês que a sorte está lançada e de qualquer forma amanhã a gente sai vitorioso.

Um grande abraço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senadora Selma, antes de a senhora descer, o que eu mais admiro na senhora – senhora, não; é você –, em você, minha irmã, é essa força e essa resiliência e trazendo essa palavra agora. Eu almocei com ela hoje, Girão, e ela não me disse nada, estava sorridente como sempre falando



comigo. É uma paz, uma tranquilidade. Eu sei que por dentro deve estar em ebulição pela injustiça e não pelo medo de perder essa cadeira azul porque, se botam essa cadeira azul aqui, para quem veio trabalhar não é ostentação; pelo contrário, é praticamente um peso a mais de responsabilidade que nós carregamos em dar uma resposta para a população que nos elegeu.

Para pessoas que foram eleitas com características como nós, Senador Girão, o peso da responsabilidade de olhar para cada eleitor é maior. Eu não comprei um voto. Eu praticamente não negocie nada. Eu não tenho cargo em canto nenhum: nem no Governo Federal, nem no Estado, nem em Município nenhum.

Então, hoje, Senadora Selma, ouvir o que a senhora disse que, em plena segunda-feira estar desse jeito, é uma reflexão que os brasileiros têm que fazer. Se se exige tanto que os brasileiros trabalhem de domingo a domingo, aí você tem uma Casa como esta, um Congresso, um Senado, uma Câmara dos Deputados da forma que estão. Eu posso dizer porque eu estou aqui, não estou nas minhas bases nem estou fazendo política para o ano que vem.

E digo que, independentemente do resultado, como a senhora mesmo disse, a senhora não vai mudar para mim. A senhora é a pessoa que eu conheci aqui há dez meses. Logo quando a senhora sentou ali – Senador Girão, vou relatar isso aqui –, no início eu sentando ali atrás dela, aí eu olhava e dizia: "Caramba, é a famosa Juíza Selma! É a famigerada Juíza Selma que está ali sentada!". Mas por quê? Eu tinha medo da senhora. (*Risos.*)

Ora, uma pessoa com 1,55m praticamente... É essa a sua altura?

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Um metro e cinquenta e dois. Eu não roubo nem na altura.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Um metro e cinquenta e dois. Para quem está aqui nas galerias e não sabe ou está nos acompanhando pelas redes sociais ou vendo pela tevê, para quem colocou ex-Governador, Governador, Secretário, uma penca de gente importante dentro de cadeia... Eu conheço, é a Senadora Selma.

Quando eu cheguei aqui, eu tive o trabalho de conhecer alguns Senadores, como o meu irmão Girão, que, parece mentira, mas parece que a gente se conhece a vida toda. Não é à toa que nós estamos no mesmo barco, com as mesmas causas, com o mesmo propósito, com o mesmo vigor, com a mesma força. E enxergar isso na senhora, dizer que vai dar tudo certo, que, independentemente do resultado, já deu certo... Independentemente de a senhora ficar ou não, quem vai perder é este País se a senhora não ficar, honestamente. Quem vai perder é este País. Eu vou perder uma amiga? Não, porque eu não tenho amiga Senadora; eu tenha a amiga Selma. Eu não tenho amizade com Senadores; eu tenho amizade com as pessoas que carregam este bóton e se sentam naquela cadeira, e, para mim, a senhora vai ser minha amiga sempre.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu recebo mensagens aqui... Eu estou ao vivo nas redes sociais, e as pessoas estão dizendo: "Mande-a para o Rio Grande do Norte". (*Risos.*)

Então, as pessoas do Rio Grande do Norte estão conhecendo quem é a Juíza Selma. Elas já conhecem o Senador Girão e sabem muito bem que, para eu estar defendendo uma pessoa em público ou para estar defendendo nas redes sociais, eu, que não pedi apoio a ninguém, que não apoiei ninguém em campanha, que não fiz política velha, que me mostrei isolado, praticamente ranzinza, em canto de parede, para eu estar hoje apoiando publicamente, Senador Girão, a



Senadora Selma, é porque, de fato, eu sinto, conheço, investiguei, pesquisei e sei do que ela fez. E ela é tão vítima quanto já foi no passado.

Só que a pena da senhora está vindo agora. A minha eu já paguei lá atrás, quando mexi com pessoas poderosas, como a senhora, quando eu era apenas um capitão de polícia prendendo políticos, promotores, desembargadores, prefeitos, que me cassaram, procuraram, que me prenderam, que me tiraram do cargo, que me fizeram tudo isso. É a resposta que eles dão. Mas, se a população brasileira estiver vendo e ouvindo o que eu estou falando e tiver a curiosidade de pesquisar quem é a Senadora Selma, a pessoa Selma, quem é a esposa Selma, quem é a mãe Selma, quem é a juíza Selma, ela vai ver que tudo que estão falando da senhora é para tentar arranhar sua honra, sua imagem. Mas ela é intacta, viu? Uma ideia é à prova de bala, e a da senhora podem metralhar que não vão atingir.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Então, deixo claro que amanhã vou estar lá com a senhora, do início ao fim, e, independentemente, como a senhora disse, do resultado, a senhora mora no meu coração, sempre.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Muito obrigada.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Eu também queria pedir um aparte, Senadora Selma, para dizer, primeiramente, num dever que me cabe, por uma questão... A gente fala tanto em justiça. A senhora estava numa reunião há algum tempo e não viu que muitos Senadores passaram aqui. Houve alguns, acho que, pelo menos, uns oito Senadores passaram, e existe uma tradição, que pode ser repensada ou não, mas é uma cultura, de que muitos Senadores estão trabalhando nos Estados. Nós ainda estamos aprendendo, estamos aqui procurando mergulhar, mas muitos estão lá na base, e eu entendo que a gente precisa repensar realmente algumas situações de uma reforma política. Só para fazer essa ponderação.

O seu pronunciamento foi de uma grandeza, de um desapego, de uma leveza de quem tem a consciência completamente em paz. E isso é muito forte.

Eu tenho certeza de que o mesmo Deus que nos trouxe até aqui – sem planejamento nenhum: não era seu desejo ser político, ele não se planejou para ser político também, eu não me planejei para ser político –, e Deus nos trouxe para cá porque tem um plano para todos nós. Quis o destino que a primeira na linha do fogo fosse a senhora. A gente sabe o que está por trás. Nada vai justificar sete horas de análise da PGR. Ninguém vai me convencer do que aconteceu, mas, como a gente sabe, a esperança é que move os corações das pessoas justas, das pessoas que acreditam na Justiça. E eu acredito nessas pessoas que amanhã vão sentar... Tecnicamente tiveram tempo, poderia ser muito mais tempo, mas tiveram tempo, não foram sete horas, mas que é estranho esse julgamento é.

E eu digo para a população brasileira: não existe isso. No caso dela, ela colocou bem aqui, é uma mulher que não pode reclamar do tempo de julgamento, de nada aqui. Tudo é parado no Brasil. Eu não sei se você tem dados da média dos processos julgados em algumas instâncias, mas o seu... Não existe essa velocidade.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Geralmente são quatro anos na primeira instância.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Geralmente são quatro anos na primeira instância.

E o seu está dando quanto no total?



A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Não deu um ano ainda.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Não deu um ano em quantas instâncias?

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Nas duas instâncias.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Nas duas instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – É a Justiça funcionando.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Então, é a Justiça funcionando. Eu espero que funcione para valer, para o que é certo.

E eu digo uma coisa: se acontecer de uma vergonha nacional amanhã se estabelecer, como a senhora falou, tudo tem uma razão de ser. E o que estava escondido embaixo do tapete vai ficar claro para todo mundo. Se acontecer isso que é quase uma insanidade, pelo processo que a gente conhece, vai ficar claro para mim que é uma perseguição, claro, claro, claro, claro, para tirar você pelo que está fazendo aqui. Para chegar para o seu povo e dizer: "Povo, não vale nada o seu voto aí. O que interessa é o seguinte: quem está no poder, como é que é, o que está fazendo". Se está conflitando interesses, se não está. Aí, Senadora Selma, minha amiga irmã, você vai ter recebido um prêmio, porque você não está aqui com outros interesses a não ser representar bem seu Estado e seu País. E fazer o que sempre disse e sempre fez na sua vida.

Se acontecer uma injustiça dessas, você vai estar ganhando um prêmio que você vai poder honrar, porque está na cara. Então, nós temos amanhã a chance de ter justiça no Brasil, de a gente continuar acreditando no Tribunal Superior Eleitoral.

Que Deus inspire e abençoe esses ministros que vão julgar amanhã!

Muita paz!

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Não havendo mais nenhum Senador para fazer uso da palavra, antes de encerrar, além de pedir que os brasileiros rezem, orem, peçam a Deus por todos nós, Senador Girão, em especial para a Senadora Selma – viu, Selma? –, espero que dê certo, de uma forma ou de outra. De uma forma ou de outra, a gente amanhã vai saber qual o caminho que a gente vai seguir agora, Senador Girão, ficando ou saindo, está bom?

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Só para concluir.

Por que um prêmio? Só para explicar: por que um prêmio? Porque a gente às vezes se emociona e acaba não falando. Por que um prêmio que você estaria ganhando amanhã? Você tem amanhã uma coisa natural, que seria a absolvição, para mim, muito clara, pelo processo. Mas, se for a cassação do mandato dado pelo povo, que foi às urnas querendo mudança, o povo do teu Estado – e eu conheço o povo do teu Estado, porque eu já fui, antes de conhecê-la, lá –, você vai ter um prêmio porque você ser cassada por estar fazendo o que é certo, por estar confrontando poderosos, por estar combatendo o bom combate, é o que diz Paulo de Tarso: "Guardei a fé".

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – É verdade.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Deus abençoe o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senadora Selma, então, finalizo, dizendo que o País, o seu Estado, eu, o Senador Girão, quem combate a corrupção agradecemos por todos aqueles corruptos que a senhora botou na cadeia. Parabéns!

Fim da sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 236ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União



Aviso nº 947/2019, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.761/2019, relativo ao pedido de reexame interposto por Jefferson Coriteac contra o Acórdão nº 906/2019-Plenário, nos autos do TC 005.930/2014-6, em resposta ao Requerimento nº 19, de 2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Aviso está disponibilizado na tramitação do referido Requerimento, que retorna ao Arquivo.

É o seguinte o Aviso:



Aviso nº 947 - GP/TCU

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.761/2019-Plenário proferido em 20/11/2019, de relatoria da Ministra Ana Arraes, relativo ao pedido de reexame interposto por Jefferson Coriteac contra o Acórdão nº 906/2019-Plenário, ambos prolatados nos autos do TC-005.930/2014-6, que tratam de Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 378 (SF) de 19/3/2014, referente ao Requerimento nº 19/2014, de autoria do Sr. Aloysio Nunes Ferreira.

Informo que o relatório e o voto que fundamentam o Acórdão nº 2.761/2019-Plenário podem ser acessados pelo endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e, caso solicitado, este Tribunal poderá enviar a Vossa Excelência cópia desses documentos, sem custos.

Por oportuno, registro que cópia do Acórdão nº 906/2019-Plenário foi remetido a esse Órgão por intermédio do Aviso nº 163-Seses-TCU-Plenário de 17/4/2019.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 63245325.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 005.930/2014-6

ACÓRDÃO Nº 2761/2019 – TCU – Plenário

1. Processo TC 005.930/2014-6
2. Grupo I – Classe I – Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Jefferson Coriteac (CPF 152.914.288-13).
- 3.1. Interessados: Senado Federal e Advocacia-Geral da União.
4. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal:
 - 8.1. Marco Aurélio Ferreira Martins (OAB/SP 194.793) e outros representando a Petrobras;
 - 8.2. Rogério Telles Correia das Neves (CPF 195.457.318-93) e outros representado a Advocacia-Geral da União.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Jefferson Coriteac, representado pela Advocacia-Geral da União, contra o Acórdão 906/2019 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento, a fim de excluir a multa aplicada a Jefferson Coriteac por meio do Acórdão 906/2019 - Plenário;

9.2. enviar os autos à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente para que analise, com a devida urgência, o expediente à peça 229;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente (por intermédio da Advocacia-Geral da União), à Presidência do Senado Federal, à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Casa Civil da Presidência da República.

10. Ata nº 45/2019 – Plenário.

11. Data da Sessão: 20/11/2019 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2761-45/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

1

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 63113278.



Comunicação



Expediente do Senador Antonio Anastasia, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação de missão oficial no Parlatino, no Panamá, conforme o Requerimento nº 1024, de 2019. O Requerimento vai ao Arquivo.



Discursos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chamo a atenção para o que afirmou, recentemente, o ex-economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, entre 2007 e 2016, Augusto de la Torre.

"Se queremos um ciclo virtuoso de crescimento com igualdade social e percepção de igualdade, toda política econômica deve ser acompanhada de uma política social bem desenhada. Se isso é benfeito, essas políticas se fortalecem".

Ao explicar a onda de instabilidade política em países como Chile, Bolívia, Peru e Argentina, ele disse que houve uma mudança radical de expectativas após anos de redução da pobreza e desigualdade, aliada a uma percepção de injustiça decorrente da corrupção e potencializada pela desaceleração do crescimento.

Ele lembra que, entre 2003 e 2015, os países da região experimentaram grande progresso social, com mais de 150 milhões de latino-americanos deixando a pobreza, e uma redução também significativa da desigualdade - que, ainda assim, permanece elevada.

"É preciso entender por que, apesar de tanta mobilidade social, há tanta insatisfação. Vejo duas hipóteses", afirma De la Torre. Uma delas é que, com o progresso social, houve também uma mudança profunda das expectativas "à medida que o poder de compra das pessoas cresceu, elas passaram a esperar outras coisas de suas vidas, seus empregos, suas cidades, do desenvolvimento e do Estado."

A essas expectativas frustradas por serviços básicos que não acompanharam a melhora da renda soma-se um mal-estar com relação à corrupção, que leva a uma percepção de privilégios injustificados, avalia o economista.

"Tudo isso indica que a tradicional medida de desigualdade usada por nós economistas, que é o coeficiente de Gini da renda, não está capturando as tensões e as fraturas na sociedade", avalia. O Gini varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade.

Para De la Torre, essa mudança profunda de expectativas, comum a vários países latino-americanos, parece ser a força "subjacente" desse descontentamento. "Isso pode ter sido exacerbado pelo fato bem conhecido de que o crescimento da América Latina desabou após 2013", considera ele, lembrando que a região, que crescia cerca de 5% ao ano, agora tem avanço próximo de zero.

"O tipo de violência e insatisfação social que estamos vendo sugere que é preciso haver alguma reavaliação de que elementos do contrato social precisam ser atualizados", afirma o economista.

"Por exemplo, como reduzir a corrupção ou como assegurar que certos bens e serviços públicos não respondam a interesses de mercado, mas sociais, como transporte público, aposentadorias e educação para todos."

Lembro que, há, atualmente, 191 milhões de pessoas na América Latina vivendo abaixo da linha de pobreza.

Já a soma do capital dos 10 maiores bancos da América Latina atingiu o valor de 128.3 bilhões de dólares.

Os 4 primeiros, são brasileiros: Itaú/Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, De la torre destaca que é importante que a política social não seja deixada para trás.



"O Brasil foi um líder na inovação em políticas sociais, com o Bolsa Família", diz ele. "Agora, claramente o país precisa crescer, ampliar investimentos, se integrar melhor ao mundo. Boas políticas sociais facilitam investimentos. Porque não se trata apenas de atrair capital, mas de atrair pessoas".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no dia de ontem, 1º de dezembro, a comunidade internacional celebrou, como faz há 31 anos, mais um Dia Internacional de Luta contra a Aids.

O dia 1º de dezembro também sinaliza, no Brasil, o início da campanha nacional de prevenção ao HIV/aids e outras infecções, denominada "Dezembro Vermelho".

Teremos, então, um mês inteiro de palestras e atividades educativas, de campanhas de mídia e eventos diversos, por todo o Brasil.

Tudo isso com o objetivo de fazer a sociedade refletir respeito da importância da prevenção, da assistência, da proteção e, sobretudo, da promoção dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/aids.

Neste ano de 2019, em especial, refletir é absolutamente necessário. É preciso refletir muito, para entender porque, entre os anos de 2010 e 2018, o Brasil foi, na contramão da tendência mundial, um dos países que mais registrou novos casos de aids.

São dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids, o UNAIDS.

No mundo todo, houve, entre 2010 e 2018, redução de 16% na taxa de pessoas infectadas com o HIV.

Já no Brasil, o que se viu foi um aumento de 21%. Na Colômbia, redução de 22%. Na Nicarágua, redução de 29%. Em El Salvador, redução de 48%. E no Brasil um incremento de 21% na taxa de pessoas infectadas.

Chama a atenção, também, um outro dado da pesquisa do UNAIDS.

Pela primeira vez, constatou-se que mais da metade dos casos novos afetaram as chamadas "populações-chave", ou seja, os segmentos populacionais mais vulneráveis ao HIV e à aids, tais como usuários de drogas, homossexuais, profissionais do sexo, pessoas trans e presidiários.

Justamente alguns dos segmentos populacionais, que não encontram hoje, no Governo Federal, a receptividade, a atenção e o respeito que merecem e com que foram tratados em outras épocas.

O modelo brasileiro de prevenção do HIV já foi considerado referência mundial. Atualmente, no entanto, diversas associações, organizações da sociedade civil e especialistas vêm denunciando o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas voltadas ao combate do HIV/aids.

No Ministério da Saúde, o Governo rebaixou para o nível de mera Coordenação o antigo e renomado departamento responsável pela vigilância, prevenção e controle das infecções sexualmente transmissíveis, do HIV/aids e das hepatites virais.

Agora, o departamento responsável pelo HIV/aids se chama "Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis".

Não há mais o devido destaque e a consequente exposição à questão da aids e do HIV. O novo departamento, além da mudança de nome, passou a ter como responsabilidade outras doenças – doenças sem ligação com o contágio sexual, como a hanseníase e a tuberculose.



Nas redes sociais e nos sites de Internet do Governo, houve retirada de materiais, de cartilhas e de informações voltadas a certos grupos vulneráveis.

Em janeiro, por exemplo, saiu do ar, sem explicações, uma cartilha que trazia dicas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para homens transexuais.

Em março, a Anvisa suspendeu o projeto-piloto de distribuição do autoteste de HIV, que vinha sendo tocado em 14 cidades.

E, em abril deste ano, o governo vetou integralmente o projeto de lei, de minha autoria, que dispensou de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.

O Congresso Nacional, no entanto, derrubou o veto.

O Congresso se colocou firmemente, como deve se colocar, na defesa dos direitos humanos das pessoas portadoras de HIV/aids.

Com a Lei 13.847, de 2019, publicada em 21 de junho, os aposentados por invalidez portadores de HIV/aids estão, agora, definitivamente dispensados de reavaliação pericial.

Aliás, quero saudar o coordenador da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos, Renato da Matta - ativista pelos direitos humanos e pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/Aids.

Sras. e Srs. Senadores, é preciso refletir.

Não podemos deixar que as políticas de combate ao HIV e à AIDS sejam enfraquecidas. Não podemos permitir que as brasileiras e os brasileiros mais vulneráveis sejam tratados como se fossem invisíveis.

Não podemos aceitar que informações importantes sejam sonegadas da população. Espero que as celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Aids e a Campanha Dezembro Vermelho representem oportunidades para imunizar a consciência dos brasileiros contra todo tipo de discriminação e contra todo o tipo de afronta aos direitos humanos.

Era o que tinha a dizer.



Encaminhamento de matéria



SF – .12.2019

Recebidas e juntadas na página oficial da tramitação da PEC nº 133, de 2019, as cópias eletrônicas autenticadas das manifestações externas a seguir mencionadas:

1. CMD/057/2019, da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista – SP;
2. Moção Nº 18/2019, da Câmara Municipal de Santa Gertrudes – SP;
3. OEC/570/2019 - im, da Câmara Municipal de Bebedouro – SP;
4. Of. 283/2019, da Câmara Municipal de Aguaí – SP;
5. Of. AFEESMIG nº 10, da Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais;
6. Of. Circular nº 97/2019, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo – RS;
7. Of. Circular CM/GP Nº 347/2019, da Câmara Municipal de Mogi Mirim – SP;
8. OF. CV. Nº 109/2019, da Câmara de Vereadores de São Sepé – RS;
9. Of.GPC.CIRCULAR Nº 039.09.2019, da Câmara Municipal de Mogi Guaçu – SP;
- 10.Of.GPC.CIRCULAR Nº 043.09.2019, da Câmara Municipal de Mogi Guaçu – SP;
- 11.Of.Pres.RBS/046/19, da Câmara Municipal de Jandira – SP;
- 12.Ofício nº 70/2019, da Câmara Municipal de Pitangueiras – SP;
- 13.Ofício nº 147/2019, da Câmara Municipal de Capivari – SP;
- 14.Ofício nº 153/2019, da Câmara Municipal de Manoel Vitorino – BA;
- 15.Ofício nº 153/2019, do Legislativo Municipal de Tramandaí – RS;
- 16.Ofício nº 155/2019/SG, da Câmara Municipal de Varginha – MG;
- 17.Ofício nº 213/2019, da Guarda Municipal de Jacobina – BA;
- 18.Ofício nº 246/2019 caep, da Câmara Municipal de Amparo – SP;
- 19.Ofício nº 299 - GP, da Câmara Municipal de Cajamar – SP;
- 20.Ofício nº 317/2019, da Câmara Municipal de Arapongas – PR;
- 21.Ofício nº 356/2019 - PL, da Câmara Municipal de Itápolis – SP;
- 22.Ofício nº 358/2019-CM/LEG, da Câmara Municipal de Toledo – PR;
- 23.Ofício nº 410/2019, da Câmara Municipal de Itapeva – SP;
- 24.Ofício nº 728/2019, da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE;



- 25.Ofício nº 767/2019 - G.P., da Câmara Municipal de Santo André – SP;
- 26.Ofício nº 973/2019/GP, da Câmara Municipal de Botucatu – SP;
- 27.Ofício nº 1411/2019, da Câmara Municipal de Cosmópolis – SP;
- 28.Ofício nº 1863/2019, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto – SP;
- 29.Ofício nº 6529-EXP, da Câmara Municipal de São José dos Campos – SP;
- 30.OFÍCIO CVASP Nº 140/2019, da Câmara de Vereadores de Águas de São Pedro –SP;
- 31.Ofício D.L. 3280/2019, da Câmara de Vereadores de Piracicaba – SP;
- 32.OFÍCIO GPC-SG 0858/19, da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande – SP;
- 33.OFÍCIO PRESIDENTE Nº 252/2019, da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque – SP;
- 34.Ofício-circular nº 134/2019/CMV, do Poder Legislativo de Santo Ângelo – RS;
e
- 35.Correspondência s/nº datada em 13 de setembro de 2019, da Câmara Municipal de Mogi Guaçu – SP.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4805, DE 2019

Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 11.484, de 31 de maio de 2007.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1801218&filename=PL-4805-2019



[Página da matéria](#)



Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera as Leis n°s 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 11.484, de 31 de maio de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera as Leis n°s 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 11.484, de 31 de maio de 2007.

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SETOR DE TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Art. 2º As pessoas jurídicas desenvolvedoras ou fabricantes de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, habilitadas nos termos desta Lei, farão jus, até 31 de dezembro de 2029, à apropriação do crédito de que trata o art. 4º da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 3º O crédito de que trata o art. 4º da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, será calculado sobre o dispêndio mínimo efetivamente aplicado no trimestre anterior



em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação pela pessoa jurídica nos termos do art. 11 da referida Lei, multiplicado por:

I - na hipótese de o estabelecimento da pessoa jurídica localizar-se na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene):

a) 4,09 (quatro inteiros e nove centésimos), até 31 de dezembro de 2024;

b) 3,88 (três inteiros e oitenta e oito centésimos), de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026;

c) 3,66 (três inteiros e sessenta e seis centésimos), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029;

II - na hipótese de o estabelecimento da pessoa jurídica localizar-se na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Sudam e da Sudene e investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País:

a) 4,31 (quatro inteiros e trinta e um centésimos), até 31 de dezembro de 2024;

b) 4,09 (quatro inteiros e nove centésimos), de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026;

c) 3,66 (três inteiros e sessenta e seis centésimos), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029;

III - na hipótese de o estabelecimento da pessoa jurídica investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País e



3

não se enquadrar na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo:

a) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), até 31 de dezembro de 2024;

b) 3,56 (três inteiros e cinquenta e seis centésimos), de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026;

c) 3,38 (três inteiros e trinta e oito centésimos), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029;

IV - nas demais hipóteses:

a) 3 (três), até 31 de dezembro de 2024;

b) 2,81 (dois inteiros e oitenta e um centésimos), de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026; e

c) 2,63 (dois inteiros e sessenta e três centésimos), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029.

§ 1º O valor do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, não poderá ser superior, no ano-calendário, ao resultado da aplicação de percentual sobre o faturamento bruto anual no mercado interno da pessoa jurídica habilitada decorrente da comercialização de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

§ 2º O percentual de que trata o § 1º deste artigo será fixado pelo Poder Executivo, respeitados os seguintes limites mínimos e máximos:

I - 10,83% (dez inteiros e oitenta e três centésimos por cento) a 15% (quinze por cento), até 31 de dezembro de 2024;

II - 10,15% (dez inteiros e quinze centésimos por cento) a 14,25% (quatorze inteiros e vinte e cinco centésimos



por cento), entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2026; e

III - 9,48% (nove inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) a 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento), entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2029.

§ 3º As hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo não podem ser utilizadas de forma cumulativa para um mesmo investimento.

§ 4º Observado o disposto no art. 4º desta Lei, as pessoas jurídicas beneficiárias da política de que trata este Capítulo terão direito, alternativamente ao crédito gerado conforme os incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo, a gerar crédito com base no valor do investimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias da informação e comunicação e no cumprimento do processo produtivo básico, relativos ao ano-calendário anterior, calculado na forma do Anexo a esta Lei.

§ 5º O valor do crédito para as pessoas jurídicas habilitadas localizadas nas regiões Sul e Sudeste será calculado com os seguintes multiplicadores e não poderá ser superior aos seguintes percentuais do faturamento de que trata o art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991:

I - multiplicador igual a 1,78 (um inteiro e setenta e oito centésimos) e limite de faturamento incentivado de 11,12% (onze inteiros e doze centésimos por cento), até 31 de dezembro de 2024;

II - multiplicador igual a 1,61 (um inteiro e sessenta e um centésimos) e limite de faturamento incentivado de 10,43%



(dez inteiros e quarenta e três centésimos por cento), entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2026; e

III - multiplicador igual a 1,43 (um inteiro e quarenta e três centésimos) e limite de faturamento incentivado de 9,73% (nove inteiros e setenta e três centésimos por cento), entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2029.

§ 6º O valor do crédito para as pessoas jurídicas habilitadas localizadas na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Sudam e da Sudene será calculado com os seguintes multiplicadores e não poderá ser superior aos seguintes percentuais do faturamento incentivado de que trata o art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991:

I - multiplicador igual a 2,3 (dois inteiros e três décimos) e limite de faturamento incentivado de 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento), até 31 de dezembro de 2024;

II - multiplicador igual a 2,13 (dois inteiros e treze centésimos) e limite de faturamento incentivado de 12,51% (doze inteiros e cinquenta e um centésimos por cento), entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2026; e

III - multiplicador igual a 1,95 (um inteiro e noventa e cinco centésimos) e limite de faturamento incentivado de 11,82% (onze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2029.

§ 7º O valor de investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Mínimo (PD&IM) estabelecido nesta Lei é aquele definido no art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.



§ 8º O cálculo do valor de investimento em PD&IM será feito em relação ao faturamento incentivado de cada produto de que trata o art. 16-A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, para o qual for calculada ou utilizada a relação entre a pontuação atingida pela pessoa jurídica habilitada no processo produtivo básico específico e a meta de pontuação definida nesse processo (relação PA/MPD), sendo o valor do crédito a somatória de todos os créditos decorrentes dos valores de investimento em PD&IM, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 9º O valor do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Complementar (PD&IC) não se confunde com o valor do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) estabelecidos nos processos produtivos básicos, vedada a dupla contagem.

§ 10. Caso o processo produtivo básico estabelecido nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, não defina metas de pontuação, a pessoa jurídica habilitada deverá dar cumprimento aos termos definidos no referido artigo e utilizar a relação PA/MPD igual a 1 (um).

§ 11. A título de cálculo do crédito de que trata o § 4º deste artigo, a relação PA/MPD será limitada a 1 (um).

§ 12. Relativamente aos valores de PD&IM decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, a pessoa jurídica terá direito de gerar créditos adicionais de 3/4 (três quartos) do valor desses investimentos.

§ 13. A geração de crédito relativo ao ano de 2020 será feita com base nos meses do ano-calendário posteriores à produção de efeitos desta Lei.



§ 14. Para a geração de crédito relativo ao ano de 2020 até o ano de 2029, será permitida, opcionalmente, às pessoas jurídicas habilitadas nos termos do art. 4º desta Lei a aplicação de investimento em PD&IC em valor excedente ao valor de investimento em PD&IM, para atingimento dos percentuais máximos definidos no § 5º deste artigo, quando a apuração da relação PA/MPD for inferior a 1 (um).

§ 15. Regulamento editado pelos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações definirá os termos e condições para geração e utilização do crédito de que trata este artigo.

§ 16. O crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, poderá ser utilizado pelas pessoas jurídicas sob regime de apuração de:

I - lucro real; ou

II - lucro presumido, desde que apresentem escrituração contábil, nos termos da legislação comercial, não aplicado o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 17. Do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991:

I - 20% (vinte por cento) serão devolvidos a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

II - 80% (oitenta por cento) serão devolvidos a título de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

§ 18. O valor do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, não será computado:

I - na base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do



Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e

II - para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

Art. 4º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações regulamentará a opção de habilitação das pessoas jurídicas ao crédito previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, inclusive no tocante à obrigação de cumprimento de processo produtivo básico, bem como os termos e condições para a assunção das obrigações de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação pela pessoa jurídica contratante.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas que já tenham, na data de publicação desta Lei, proposta de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ficam habilitadas ao crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, desde que manifestada expressamente àquele Ministério a opção de habilitação, observado o disposto no art. 10 desta Lei.

Art. 5º A pessoa jurídica deverá apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma e prazos estabelecidos em ato daquele Ministério, declaração de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que conterá, no mínimo:

I - a identificação da pessoa jurídica e o respectivo ato de habilitação de que trata o art. 4º desta Lei;

II - o valor do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, com a respectiva memória de cálculo;



III - o valor do faturamento bruto da pessoa jurídica;

IV - o período de apuração a que o crédito e o faturamento se referem; e

V - o dispêndio efetivamente aplicado no trimestre em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 1º Não poderá ser realizada mais de uma declaração de que trata o *caput* deste artigo para um mesmo período de apuração, permitida retificação nos termos do ato referido no *caput* deste artigo.

§ 2º A declaração de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser apresentada pela pessoa jurídica após a efetiva realização de todos os investimentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicáveis ao período de apuração.

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ao analisar a declaração de que trata o *caput* deste artigo, inclusive sua eventual retificação, deverá certificar que:

I - a pessoa jurídica é habilitada nos termos do art. 4º desta Lei;

II - houve entrega do demonstrativo de cumprimento, no ano anterior à declaração, das obrigações estabelecidas nesta Lei;

III - não existem, na data de entrega da declaração, débitos de pesquisa, desenvolvimento e inovação definitivos e pendentes da pessoa jurídica perante esse Ministério; e

IV - os valores do crédito apresentados na declaração são compatíveis com os limites de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei e com o faturamento bruto declarado.



§ 4º O valor de crédito apresentado na declaração de que trata o *caput* deste artigo é de responsabilidade exclusiva da pessoa jurídica, e não cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações atestar sua veracidade por ocasião da certificação prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º Para fins da compensação prevista no inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminhará a declaração apresentada pela pessoa jurídica, juntamente com a certificação de que trata o § 3º deste artigo, para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com cópia para a pessoa jurídica solicitante e para a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

§ 6º A certificação emitida nos termos do § 3º deste artigo possibilitará a utilização pela pessoa jurídica do montante do crédito gerado em relação ao período a que se refira, para fins de compensação.

§ 7º A pessoa jurídica possui o prazo de 5 (cinco) anos para usufruir da compensação prevista no inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei, contado da data da publicação do extrato da certificação no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do envio da declaração de que trata o *caput* deste artigo, salvo os casos em que haja manifestação em contrário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, hipótese na qual o prazo de 30 (dias) dias ficará suspenso e não se aplicará o disposto no § 8º deste artigo.



§ 8º A não observância do prazo de 30 (trinta) dias referido no § 7º deste artigo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações permite à pessoa jurídica usufruir da compensação prevista no inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei.

Art. 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações divulgará, de forma agregada, respeitados os sigilos fiscais, comerciais e industriais, ainda que indiretamente incidentes, os recursos financeiros aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação pelas pessoas jurídicas beneficiárias desta Lei.

Art. 7º Os créditos de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, apurados nos termos desta Lei poderão ser:

I - compensados com débitos próprios, vencidos ou vencidos, relativos a tributos e a contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos desta Lei; ou

II - ressarcidos em espécie, nos termos e condições previstos em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os débitos vencidos somente poderão ser objeto de compensação se estiverem suspensos ou em cobrança no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da suspensão.

Art. 8º A compensação de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil da qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.



§ 1º A compensação declarada nos termos do *caput* deste artigo extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§ 2º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto da compensação de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º desta Lei:

I - os débitos relativos a tributos e a contribuições devidos no registro da declaração de importação;

II - o débito consolidado em qualquer modalidade de parcelamento concedido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

III - o débito que já tenha sido objeto de compensação não homologada, ainda que a compensação se encontre pendente de decisão definitiva na esfera administrativa, inclusive de compensação nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - o crédito informado em declaração de compensação cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal;

V - os valores de quotas de salário-família e salário-maternidade;

VI - os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL apurados na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

VII - o crédito objeto de declaração indeferida ou anulada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o crédito informado em declaração de compensação



cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal; e

VIII - os créditos objeto de pedido de ressarcimento, sem que haja desistência expressa do pedido para o qual não exista decisão, e aqueles indeferidos, ainda que a decisão não seja definitiva.

§ 3º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.

§ 4º A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.

§ 5º Não homologada a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar o pagamento dos débitos indevidamente compensados, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não homologou a compensação.

§ 6º Não efetuado o pagamento no prazo previsto no § 5º deste artigo, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa da União, ressalvado o disposto no § 7º deste artigo.

§ 7º É facultado ao sujeito passivo, no prazo referido no § 5º deste artigo, apresentar manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação.

§ 8º Da decisão que julgar improcedente a manifestação de inconformidade caberá recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

§ 9º A manifestação de inconformidade e o recurso de que tratam os §§ 7º e 8º deste artigo obedecerão ao rito



processual do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e enquadrar-se-ão no disposto no inciso III do *caput* do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), relativamente ao débito objeto da compensação.

§ 10. Será considerada não declarada a compensação nas hipóteses:

I - previstas no § 2º deste artigo;

II - em que o crédito seja:

a) de terceiros; ou

b) decorrente de decisão judicial não transitada em julgado; e

III - em que o débito não se refira a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 11. Quando a compensação for considerada não declarada não haverá extinção do crédito tributário e não se aplicará o disposto nos §§ 1º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º deste artigo.

§ 12. Na hipótese de compensação não homologada ou anulada em decorrência de irregularidade constatada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, não caberá discussão no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Carf.

§ 13. Nos termos do art. 43 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada e de 75% (setenta e



cinco por cento) sobre o valor do débito objeto de compensação não declarada.

§ 14. No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, ficará suspensa, de ofício, a exigibilidade da multa de que trata o § 13 deste artigo, ainda que não impugnada essa exigência, conforme o disposto no inciso III do *caput* do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 15. Para usufruir da compensação de créditos, a pessoa jurídica deverá registrar e manter em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem as receitas, os custos, as despesas e os resultados do período de apuração, referentes ao faturamento bruto e aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação utilizados para cálculo do crédito gerado e segregados das demais atividades, para fornecimento aos órgãos do governo, quando solicitada.

§ 16. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto neste artigo, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação das compensações, atendidas as hipóteses legais, e à forma como as compensações deverão ser apresentadas.

Art. 9º A pessoa jurídica beneficiária desta Lei será punida, a qualquer tempo, com a suspensão dos benefícios, sem prejuízo da aplicação de penalidades específicas, no caso das seguintes infrações:

I - descumprimento do valor declarado ou da obrigação mínima de efetuar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, na forma desta Lei e de seu regulamento;



II - não apresentação ou não aprovação total ou parcial dos demonstrativos de cumprimento das obrigações, dos relatórios e dos pareceres de que trata o § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; ou

III - irregularidade no atendimento dos requisitos e das metas assumidas em relação às etapas de manufatura definidas nos processos produtivos básicos estabelecidos pelos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 1º A suspensão de que trata o *caput* deste artigo converter-se-á automaticamente em impedimento para apuração e utilização do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no caso de a pessoa jurídica não sanar a infração no prazo de 90 (noventa) dias, contado da notificação de suspensão.

§ 2º A pessoa jurídica que der causa a 2 (duas) suspensões em prazo inferior a 2 (dois) anos será punida com o cancelamento da habilitação ao crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e, conseqüentemente, com a impossibilidade de utilização desse crédito.

§ 3º A penalidade de impedimento para apuração e utilização do crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, somente poderá ser revertida após 2 (dois) anos de sanada a última infração que a motivou.

§ 4º Após sanar as pendências que ensejaram a suspensão ou o impedimento, a pessoa jurídica deverá comunicar o saneamento aos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que possa estar apta



novamente a apurar e utilizar o crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 5º No caso das infrações referidas no inciso I do *caput* deste artigo, a irregularidade deverá ser sanada pelo pagamento dos créditos utilizados indevidamente, acrescidos das multas e correções previstas no § 13 do art. 8º desta Lei.

§ 6º A ocorrência das infrações previstas no inciso I do *caput* deste artigo implicará, após decisão administrativa definitiva, a nulidade total ou parcial do crédito gerado.

§ 7º A pessoa jurídica que incorrer na infração de que trata o inciso III do *caput* deste artigo deverá ressarcir à União os valores correspondentes ao crédito usufruído no período em que houve o descumprimento, acrescido de multa no valor de 75% (setenta e cinco por cento) desse crédito, além de juros de mora contados do dia seguinte ao descumprimento das exigências, à razão de 1% (um por cento) ao mês-calendário, ou fração dele, calculados sobre o valor do referido crédito.

§ 8º Os Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações regulamentarão, mediante ato conjunto, as disposições deste artigo.

Art. 10. O crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, § 1º-D, 1º-E e 1º-F do art. 4º da referida Lei, devendo isso constar do termo de opção de habilitação de que tratam o *caput* e o parágrafo único do art. 4º desta Lei.



Parágrafo único. O estabelecimento localizado na Zona Franca de Manaus não fará jus ao crédito de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

CAPÍTULO II
DAS ALTERAÇÕES À POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SETOR DE
SEMICONDUCTORES

Art. 11. A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º É beneficiária do Padis a pessoa jurídica que realize investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação na forma do art. 6º desta Lei e que exerça, isoladamente ou em conjunto, em relação a:

I - componentes ou dispositivos eletrônicos semicondutores, as atividades de:

.....

b) difusão ou processamento físico-químico;

c) corte da lâmina (*wafer*), encapsulamento e teste; ou

d) corte do substrato, encapsulamento e teste no caso de circuitos integrados de multicomponentes (MCOs) - uma combinação de um ou mais circuitos integrados monolíticos, híbridos ou de *multichips* com, pelo menos, um dos seguintes componentes: sensores, atuadores, osciladores, ressonadores, à base de silício, ou as suas combinações, ou componentes que desempenhem as funções de artigos classificáveis nas posições 85.32, 85.33, 85.41 da Tabela de Incidência do



Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi), ou as bobinas classificadas na posição 85.04 dessa tabela, combinados de maneira praticamente indissociável em um corpo único como um circuito integrado, com a forma de um componente do tipo utilizado para a montagem em uma placa de circuito impresso ou em outro suporte, por ligação de pinos, terminais de ligação, bolas, *lands*, relevos ou superfícies de contato;

II -

.....

c) montagem e testes elétricos e ópticos;

III - insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de componentes ou dispositivos eletrônicos semicondutores, relacionados em ato do Poder Executivo e fabricados conforme processo produtivo básico, estabelecido pelos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º A pessoa jurídica poderá exercer as atividades previstas na alínea dos incisos I e II do *caput* deste artigo em que se enquadrar, isoladamente ou em conjunto, de acordo com os projetos aprovados na forma do art. 5º desta Lei.

I - (revogado);

II - (revogado).

.....

§ 3º Para os efeitos deste artigo, considera-se que a pessoa jurídica deve exercer,



exclusivamente, as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, projeto, produção e prestação de serviços nas áreas de semicondutores ou mostradores de informação (*displays*), bem como outras atividades correlacionadas aos semicondutores ou mostradores da informação (*displays*).

....." (NR)

"Art. 3º

.....

§ 2º As disposições do *caput* e do § 1º deste artigo alcançam somente os bens ou insumos relacionados em ato conjunto dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

....." (NR)

"Art. 4º

I - (revogado);

II - (revogado);

.....

§ 1º A redução de alíquota prevista no inciso III do *caput* deste artigo aplica-se também às receitas decorrentes da venda de projeto (*design*) quando efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Padis.

§ 2º (Revogado).

....." (NR)

"Art. 4º-A Observado o disposto no art. 65 desta Lei, a pessoa jurídica beneficiária do Padis fará jus à apuração de crédito calculado sobre o



dispêndio mínimo efetivamente aplicado no trimestre anterior em atividades de pesquisa e desenvolvimento de que trata o *caput* do art. 6º desta Lei multiplicado por 2,85 (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos).

§ 1º O valor do crédito de que trata o *caput* deste artigo não poderá ser superior, no ano-calendário, ao resultado da aplicação de percentual sobre o faturamento bruto anual no mercado interno da pessoa jurídica habilitada.

§ 2º O percentual de que trata o § 1º deste artigo será fixado pelo Poder Executivo, respeitados os limites mínimo de 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) e máximo de 14,25% (catorze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento)."

"Art. 4º-B O crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei poderá ser utilizado pelas pessoas jurídicas sob regime de apuração de:

I - lucro real; ou

II - lucro presumido, desde que apresentem escrituração contábil, nos termos da legislação comercial, não aplicado o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 1º Do crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei:



I - 20% (vinte por cento) serão devolvidos a título da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

II - 80% (oitenta por cento) serão devolvidos a título do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

§ 2º O valor do crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei não será computado:

I - na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e

II - para fins de apuração do IRPJ e da CSLL."

"Art. 4º-C O crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei poderá ser:

I - compensado com débitos próprios, vencidos ou vencidos, relativos a tributos e a contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos desta Lei; ou

II - ressarcido em espécie conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os débitos vencidos somente poderão ser objeto de compensação se estiverem suspensos ou em cobrança no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da suspensão."

"Art. 4º-D Para a compensação do crédito perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a pessoa jurídica deverá apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e



Comunicações a declaração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que conterà, no mínimo, conforme regulamento:

I - a identificação da pessoa jurídica e o respectivo ato de habilitação ao programa;

II - o valor do crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei, com a respectiva memória de cálculo e o valor declarado dos investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento indicados no referido artigo;

III - o valor do faturamento incentivado; e

IV - o período de apuração a que o crédito e o faturamento se referem.

§ 1º Não poderá ser realizada mais de uma declaração dos créditos de que trata esta Lei para um mesmo período de apuração.

§ 2º A declaração de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser apresentada pela pessoa jurídica após a efetiva realização de todos os investimentos de pesquisa e desenvolvimento aplicáveis ao período de apuração.

§ 3º O sujeito passivo poderá retificar a declaração de que trata o *caput* deste artigo, conforme ato do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 4º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ao analisar a declaração de que trata o *caput* deste artigo, inclusive sua eventual retificação, deverá certificar que:



I - a pessoa jurídica é habilitada ao programa;

II - houve entrega do demonstrativo de cumprimento, no ano anterior à declaração, das obrigações estabelecidas nesta Lei;

III - não existem, na data de entrega da declaração, débitos de pesquisa e desenvolvimento definitivos e pendentes da pessoa jurídica perante esse Ministério; e

IV - os valores do crédito apresentados na declaração são compatíveis com o previsto no art. 4º-A desta Lei e com o faturamento bruto declarado.

§ 5º O valor de crédito apresentado na declaração de que trata o *caput* deste artigo é de responsabilidade exclusiva da pessoa jurídica, e não cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações atestar sua veracidade por ocasião da certificação prevista no § 4º deste artigo.

§ 6º Para fins da compensação de que trata o art. 4º-C desta Lei, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminhará a declaração apresentada pela pessoa jurídica, juntamente com a certificação de que trata o § 4º deste artigo, para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com cópia para a pessoa jurídica solicitante e para a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.



§ 7º A pessoa jurídica possui o prazo de 5 (cinco) anos para usufruir da compensação prevista no art. 4º-C deste artigo, contado da data da publicação do extrato da certificação no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do envio da declaração de que trata o *caput* deste artigo, salvo os casos em que haja manifestação em contrário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, hipótese na qual o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e não se aplicará o disposto no § 8º deste artigo.

§ 8º A não observância do prazo de 30 (trinta) dias referido no § 7º deste artigo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações permite à pessoa jurídica usufruir da compensação prevista no art. 4º-C desta Lei."

"Art. 4º-E A compensação realizada pela pessoa jurídica nos termos do art. 4º-C desta Lei extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§ 1º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto de compensação nos termos desta Lei:

I - os débitos relativos a tributos e a contribuições devidos no registro da declaração de importação;



II - os débitos relativos a tributos e a contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que já tenham sido encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa da União;

III - o débito consolidado em qualquer modalidade de parcelamento concedido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

IV - o débito que já tenha sido objeto de compensação não homologada, ainda que a compensação se encontre pendente de decisão definitiva na esfera administrativa, inclusive de compensação efetuada nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V - o crédito objeto de declaração indeferida ou anulada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o crédito informado em declaração de compensação cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal;

VI - os valores de quotas de salário-família e salário-maternidade;

VII - os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL apurados na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e

VIII - os créditos objeto de pedido de ressarcimento, sem que haja desistência expressa do pedido para o qual não exista decisão, e aqueles



indeferidos, ainda que a decisão não seja definitiva.

§ 2º O prazo para homologação da compensação declarada pelo credor será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.

§ 3º A declaração de compensação do sujeito passivo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.

§ 4º Não homologada a compensação, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar o pagamento dos débitos indevidamente compensados, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não homologou a compensação.

§ 5º Não efetuado o pagamento no prazo previsto no § 4º deste artigo, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa da União, ressalvado o disposto no § 6º deste artigo.

§ 6º É facultado ao sujeito passivo, no prazo referido no § 5º deste artigo, apresentar manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação.

§ 7º Da decisão que julgar improcedente a manifestação de inconformidade caberá recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).



§ 8º A manifestação de inconformidade e o recurso de que tratam os §§ 6º e 7º deste artigo obedecerão ao rito processual previsto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e enquadrar-se-ão no disposto no inciso III do *caput* do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), relativamente ao débito objeto da compensação.

§ 9º Será considerada não declarada a compensação nas hipóteses:

I - previstas no § 1º deste artigo;

II - em que o crédito seja:

a) de terceiros;

b) decorrente de decisão judicial não transitada em julgado; ou

III - em que o débito não se refira a tributos e a contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 10. Quando a compensação for considerada não declarada não haverá extinção do crédito tributário e não se aplicará o disposto nos §§ 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º deste artigo.

§ 11. Na hipótese de compensação não homologada ou anulada em decorrência de irregularidade constatada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, não caberá discussão no âmbito da



Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Carf.

§ 12. Nos termos do art. 43 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada e de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do débito objeto de compensação não declarada.

§ 13. No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, ficará suspensa, de ofício, a exigibilidade da multa de que trata o § 12 deste artigo, ainda que não impugnada essa exigência, conforme o disposto no inciso III do *caput* do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 14. Para usufruir da compensação de créditos, a pessoa jurídica deverá registrar e manter em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem as receitas, os custos, as despesas e os resultados do período de apuração, referentes ao faturamento bruto incentivado e aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação utilizados para cálculo do crédito gerado e segregados das demais atividades, para fornecimento aos órgãos do governo, quando solicitada.



§ 15. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto neste artigo, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação das compensações, atendidas as hipóteses legais, e à forma como as compensações deverão ser apresentadas.”

“Art. 4º-F Observado o disposto no art. 65 desta Lei, a pessoa jurídica que já seja beneficiária do Padis será elegível aos benefícios de que trata o art. 4º-A desta Lei, independentemente de qualquer ato administrativo específico.”

“Art. 4º-G A pessoa jurídica beneficiária desta Lei será punida, a qualquer tempo, com a suspensão dos benefícios, sem prejuízo da aplicação de penalidades específicas, no caso de:

I - descumprimento do valor declarado ou da obrigação mínima de efetuar investimentos em pesquisa e desenvolvimento na forma desta Lei e de seu regulamento; ou

II - irregularidade no atendimento dos requisitos e das metas assumidas em relação às etapas de manufatura definidas no inciso III do *caput* do art. 2º desta Lei.

§ 1º A suspensão de que trata o *caput* deste artigo converter-se-á automaticamente em impedimento para apuração e utilização do crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei, no caso de a pessoa jurídica não sanar a infração no prazo de 90 (noventa) dias, contado da notificação de suspensão.



§ 2º A pessoa jurídica que der causa a 2 (duas) suspensões em prazo inferior a 2 (dois) anos será punida com o cancelamento da habilitação ao crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei e, conseqüentemente, com a impossibilidade de utilização desse crédito.

§ 3º A penalidade de impedimento para apuração e utilização do crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei somente poderá ser revertida após 2 (dois) anos de sanada a última infração que a motivou.

§ 4º Após sanar as pendências que ensejaram a suspensão ou o impedimento, a pessoa jurídica deverá comunicar o saneamento aos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que possa estar apta novamente a apurar e utilizar o crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 5º No caso das infrações referidas no inciso I do *caput* deste artigo, a irregularidade deverá ser sanada pelo pagamento dos créditos utilizados indevidamente, acrescidos das multas e correções previstas no § 12 do art. 4º-E desta Lei.

§ 6º A ocorrência das infrações previstas no inciso I do *caput* deste artigo implicará, após decisão administrativa definitiva, a nulidade total ou parcial do crédito gerado.

§ 7º Os Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



regulamentarão, mediante ato conjunto, as disposições deste artigo.”

“Art. 4º-H O crédito de que trata o art. 4º-A desta Lei constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos incisos I e II do *caput* do art. 4º desta Lei.”

“Art. 6º A pessoa jurídica beneficiária do Padis referida no *caput* do art. 2º desta Lei deverá investir, trimestralmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, no valor de 5% (cinco por cento), no mínimo, do seu faturamento bruto no mercado interno.

.....

§ 6º Ao convênio com centros ou institutos de pesquisa ou com entidades brasileiras de ensino de que trata o § 2º deste artigo aplica-se o disposto no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.”(NR)

“Art. 7º A pessoa jurídica beneficiária do Padis deverá encaminhar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, até 31 de julho de cada ano civil:

I - demonstrativos de cumprimento, no ano anterior, das obrigações estabelecidas nesta Lei, mediante apresentação de relatórios descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados



alcançados, bem como, quando houver, do cumprimento dos requisitos do processo produtivo básico; e

II - relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos demonstrativos referidos no inciso I do *caput* deste artigo, elaborados por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e cadastrada no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que ateste a veracidade das informações prestadas.

§ 1º O cadastramento das entidades responsáveis pela auditoria independente e a análise do demonstrativo do cumprimento das obrigações da pessoa jurídica beneficiária obedecerão ao regulamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º O relatório e o parecer referidos no inciso II do *caput* deste artigo poderão ser dispensados para as empresas cujo faturamento anual incentivado, calculado conforme o *caput* do art. 6º desta Lei, seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 3º O pagamento da auditoria a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo poderá ser integralmente deduzido do complemento de 4% (quatro por cento) do faturamento mencionado no *caput* do art. 6º, e, neste caso, o valor não poderá exceder 0,2% (dois décimos por cento) do faturamento anual, calculado conforme o *caput* do art. 6º desta Lei.



§ 4º O relatório consolidado e o parecer conclusivo referidos no inciso II do *caput* deste artigo serão obrigatórios a partir do ano-calendário de 2019.” (NR)

“Art. 11-A Os benefícios previstos nesta Lei não se aplicam às pessoas jurídicas cujos proprietários, controladores, diretores e seus respectivos cônjuges sejam detentores de cargos, empregos ou funções públicas, incluídos os de direção e os eletivos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:

I - aos casos em que a investidura em cargo ou emprego público tenha ocorrido mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - às sociedades anônimas de capital aberto que tenham como acionista minoritário pessoa abrangida pelas situações descritas no *caput* deste artigo.”

“Art. 64. As disposições do art. 3º e dos arts. 4º-A ao 4º-H desta Lei vigorarão até 22 de janeiro de 2022.” (NR)

CAPÍTULO III DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 12. A Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 4º As pessoas jurídicas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação desse setor farão jus, até 31 de dezembro de 2029, à apropriação de crédito decorrente do dispêndio mínimo efetivamente aplicado nos bens e serviços de que trata o art. 16-A desta Lei, desde que tenham apresentado propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de tecnologia da informação e comunicação.

§ 1º (Revogado).

§ 1º-A (Revogado).

.....

§ 1º-C (Revogado).

§ 1º-D (Revogado).

§ 1º-E (Revogado).

§ 1º-F (Revogado).

§ 2º Os Ministros de Estado da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerão os processos produtivos básicos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da solicitação fundamentada da pessoa jurídica interessada, e os processos aprovados e os eventuais motivos do indeferimento serão publicados em portaria interministerial.

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).



.....

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).” (NR)

“Art. 11. Para fazer jus à apropriação de crédito de que trata o art. 4º desta Lei, as pessoas jurídicas beneficiárias deverão investir, trimestralmente, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação referentes ao setor de tecnologias da informação e comunicação, no valor de 5% (cinco por cento), no mínimo, do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação.

§ 1º

.....

IV - sob a forma de aplicação em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo comitê de que trata o § 19 deste artigo, conforme regulamento a ser editado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ouvido o referido comitê, podendo essa aplicação substituir os percentuais previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo.

.....

§ 9º

.....

II - relatório e parecer conclusivo acerca dos demonstrativos referidos no inciso I do *caput*



deste parágrafo, elaborados por auditoria independente, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e cadastrada no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que ateste a veracidade das informações prestadas.

.....

§ 13. (Revogado).

.....

§ 25. (Revogado).

§ 26. Poderão ser enquadrados como dispêndios de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para fins das obrigações previstas nesta Lei, os gastos realizados na aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação de ICTs, realizadas e justificadas no âmbito de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme as atividades descritas no *caput* deste artigo, desde que esses gastos não excedam 20% (vinte por cento) do total de investimentos em ICTs.

§ 27. Aos convênios com ICT de que trata o § 1º deste artigo aplica-se o disposto no art. 9º da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.” (NR)

“Art. 16-A

.....

§ 6º Ato do Poder Executivo federal definirá a relação dos bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação, respeitado o disposto no *caput* deste artigo, com base em proposta conjunta



dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.” (NR)

“Art. 16-B Os benefícios previstos nesta Lei não se aplicam às pessoas jurídicas cujos proprietários, controladores, diretores e seus respectivos cônjuges sejam detentores de cargos, empregos ou funções públicas, incluídos os de direção e os eletivos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:

I - aos casos em que a investidura em cargo ou emprego público tenha ocorrido mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - às sociedades anônimas de capital aberto que tenham como acionista minoritário pessoa abrangida pelas situações descritas no *caput* deste artigo.”

Art. 13. A alínea *c* do inciso I do § 1º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.

§ 1º

I -

.....

c) bens de que trata o art. 16-A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, desde que façam jus ao crédito previsto no art. 4º da mesma Lei;

.....” (NR)



Art. 14. O art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os bens do setor de tecnologia da informação e comunicação industrializados na Zona Franca de Manaus são isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na forma do art. 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, atendidos os requisitos estabelecidos no § 7º do art. 7º do referido Decreto-Lei.

.....

§ 2º (Revogado).

§ 2º-A Os bens de que trata o *caput* deste artigo são os constantes da relação prevista no § 6º do art. 16-A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

.....

§ 27. (Revogado).

§ 28. Poderão ser enquadrados como dispêndios de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para fins das obrigações previstas nesta Lei, os gastos realizados na aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação de ICTs, realizadas e justificadas no âmbito de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme as atividades descritas no *caput* deste artigo, desde que esses gastos não excedam 20% (vinte por cento) do total de investimentos em ICTs.



§ 29. Aos convênios com ICT de que trata o § 4º deste artigo aplica-se o disposto no art. 9º da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.” (NR)

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O dispêndio mínimo efetivamente aplicado em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação pela pessoa jurídica no primeiro trimestre de 2020 dará direito a apuração dos créditos de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e o art. 4º-A da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para utilização conforme as regras previstas nesta Lei e na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.

Art. 16. Ficam revogados:

I - os §§ 1º, 1º-A, 1º-C, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 4º, o art. 10 e os §§ 13 e 25 do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II - os incisos I e II do *caput* e o § 2º do art. 4º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; e

III - os §§ 2º e 27 do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à sua publicação, salvo com relação ao art. 15 desta Lei, que produzirá efeitos imediatos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



ANEXO

CÁLCULO DO VALOR DO CRÉDITO REFERIDO NO § 4º DO ART. 3º DESTA LEI

$$VC=PD\&IM*M*(PA/MPD)+PD\&IM+(PD\&IC/2,5)$$

Em que:

VC = valor do crédito;

PD&IM = valor do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Mínimo estabelecido nos termos desta Lei;

PD&IC = valor do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Complementar, aplicado pela pessoa jurídica habilitada nos termos do art. 4º desta Lei, excedente ao valor do PD&IM e utilizado, opcionalmente, para permitir o atingimento dos percentuais máximos definidos no § 2º do art. 3º desta Lei, quando a apuração da relação PA/MPD for inferior a 1 (um);

PA = pontuação atingida pela pessoa jurídica habilitada no processo produtivo básico específico;

MPD = meta de pontuação definida no processo produtivo básico específico;

M = multiplicador do PD&IM.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967 - DEL-288-1967-02-28 - 288/67
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1967;288>
 - artigo 9º
- Decreto nº 70.235, de 6 de Março de 1972 - DEC-70235-1972-03-06 - 70235/72
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1972;70235>
- Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - 5172/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5172>
 - inciso III do artigo 151
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
- Lei nº 8.248, de 23 de Outubro de 1991 - Lei de Informática (1991) - 8248/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8248>
 - artigo 4º
 - parágrafo 1º do artigo 4º
 - parágrafo 1º- do artigo 4º
 - parágrafo 1º-B do artigo 4º
 - parágrafo 1º-C do artigo 4º
 - parágrafo 1º-D do artigo 4º
 - parágrafo 1º-E do artigo 4º
 - parágrafo 2º do artigo 4º
 - parágrafo 3º do artigo 4º
 - parágrafo 4º do artigo 4º
 - parágrafo 5º do artigo 4º
 - parágrafo 7º do artigo 4º
 - parágrafo 8º do artigo 4º
 - artigo 10
 - artigo 11
 - parágrafo 9º do artigo 11
 - parágrafo 13 do artigo 11
 - parágrafo 25 do artigo 11
 - artigo 16-
 - parágrafo 6º do artigo 16-
- Lei nº 8.387, de 30 de Dezembro de 1991 - LEI-8387-1991-12-30 - 8387/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8387>
 - artigo 2º
 - parágrafo 2º do artigo 2º
 - parágrafo 27 do artigo 2º
- Lei nº 8.981, de 20 de Janeiro de 1995 - LEI-8981-1995-01-20 - 8981/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;8981>
 - parágrafo 1º do artigo 45



- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário - 9430/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>

- artigo 2º

- artigo 43

- Lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 - Legislação Tributária Federal - 10637/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10637>

- alínea c do inciso I do parágrafo 1º do artigo 29

- Lei nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004 - Lei de Inovação Tecnológica - 10973/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10973>

- artigo 9º

- Lei nº 11.484, de 31 de Maio de 2007 - Lei de Incentivo à Indústria de TV Digital - 11484/07

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11484>

- inciso I do artigo 4º

- inciso II do artigo 4º

- parágrafo 2º do artigo 4º

- artigo 4º-



O Projeto de Lei nº 4805, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos.



Mensagens do Presidente da República



Mensagens da Presidência da República:

- nº 621, de 2019, que restitui os autógrafos da Medida Provisória nº 888, de 2019, sancionada e convertida na Lei nº 13.915, de 2019;

- nº 622, de 2019, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso nº 7, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.916, de 2019;

- nº 623, de 2019, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso nº 13, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.917, de 2019;

- nº 624, de 2019, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso nº 14, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.918, de 2019;

- nº 625, de 2019, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso nº 20, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.919, de 2019; e

- nº 626, de 2019, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso nº 41, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.920, de 2019.

São as seguintes as Mensagens:



MENSAGEM Nº 621

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei de conversão que “Altera a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, para dispor sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.915, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 622

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.916, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 623

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 39.088.048,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.917, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 624

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 31.528.136,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.918, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 625

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 56.542.840,00, para os fins que especifica". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.919, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 626

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.369.984.032,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.920, de 28 de novembro de 2019.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos das Mensagens da Presidência da República n^os 621 a 626/2019.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1070, DE 2019

Realização de sessão especial, em 21 de abril de 2020, destinada a homenagear a cidade de Brasília, pelo aniversário de 60 anos.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

*A publicação
Em 02/12/19*

REQUERIMENTO Nº *1070*, DE 2019 - PLENÁRIO

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, na semana em que recair o dia 21 de abril de 2020, para homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 60º aniversário.

JUSTIFICAÇÃO

A transferência da capital do Brasil do litoral para o interior do país começou com projetos esboçados desde o período colonial. Mas foi em 1891, com a promulgação da primeira Constituição republicana do país, que a proposta começou a se consolidar. No ano seguinte, o então presidente Floriano Peixoto determinou que uma comissão de cientistas explorasse o Planalto Central e demarcasse a área que seria destinada ao Distrito Federal.

A ideia que germinou na Carta Magna foi entrando, lentamente, no inconsciente coletivo nacional. A construção de Brasília ganhou corpo em diversos momentos históricos, culminando com sua inauguração, em 21 de abril de 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Os Três Poderes da República foram instalados simultaneamente em Brasília na manhã da inauguração da nova capital. Pela primeira vez, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal dividiriam o mesmo espaço físico: o Congresso Nacional. Uma das principais contribuições do Poder Legislativo para o funcionamento efetivo de Brasília foi ter se instalado e iniciado suas atividades já na inauguração da cidade. Vários ministérios continuaram no Rio de Janeiro e, dentre os tribunais superiores, apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a trabalhar na nova capital naquela data.

É pelas razões históricas e o papel do Congresso Nacional na consolidação da nova capital federal que julgamos importante realizar, no Senado Federal, Sessão Especial em homenagem aos 60 anos de Brasília; tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

É necessário que esta Casa de Leis se reúna para pensar, debater e propor ações para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o

*Recb do
22/10/19*

Feita: _____

[Assinatura]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Entorno, preservando seus recursos naturais, e soluções para os problemas enfrentados pela população que habita esta região.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2019.

Leila Barros
Senadora LEILA BARROS

1) Confúcio Moura - Senador - CONFÚCIO MOURA
- Jorge Kazuru

Alvaros
ALVARO DIAS

Rogério Carvalho
Rogério Carvalho
Venâncio

RANDOLFE RODRIGUES

Veneziano Vital do Rêgo
VENEZIANO VITAL DO RÉGO

REGUFFÉ





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1071, DE 2019

Realização de sessão especial, em 24 de abril de 2010, para comemorarmos o 60º aniversário de Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)



A publicações
Em 02/12/20

REQUERIMENTO Nº 1071 DE 2019



Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 24/04/2020, a fim de comemorarmos o **60º ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA**.

JUSTIFICAÇÃO

Brasília é uma cidade totalmente construída com ideias modernistas. O valor do seu plano urbanístico e de seus monumentos faz com que seja um marco mundial da arquitetura e urbanismo modernos. A Capital do Brasil foi o primeiro núcleo urbano, construído no século XX, considerado digno de ser incluído na lista de bens de valor universal, recebendo o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, da UNESCO.

O reconhecimento de seu valor patrimonial fundamentou-se no plano urbanístico de Lúcio Costa, concebido em quatro escalas estruturais: a Monumental – compreendida em todo o Eixo Monumental e que abriga a alma político-administrativa do País; a Gregária – representada por todos os setores de convergência da população; a Residencial – composta pela Superquadras Sul e

Página: 1/2 22/04/2019 16:51:21

f77373e846ab7dbbcb74cf0af0ee70c52c8699a

Recebido em 23/4/19

Hora 15:53

Assinado: ELSEISGM

Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 1071 de 2019.




00100.177174/2019-50
SF/19451.15634-03 (LexEdit)

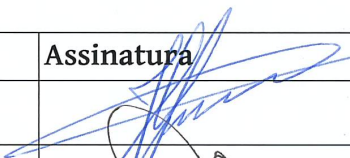

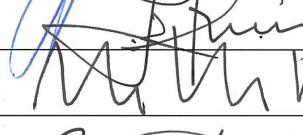

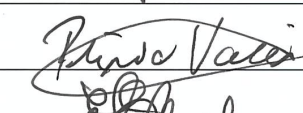

Norte – e a Bucólica – que permeia as outras três, por se destinar aos gramados, praças, áreas de lazer, orla do lago Paranoá e aos jardins tropicais de Burle Marx.

Da interação dessas quatro escalas nasceu uma cidade que “sendo monumental” é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional.

Por isso, julgamos importante a realização da Sessão Especial de tamanha magnitude que ora mencionamos justamente nesta Casa de Leis que foi pensada e criada pelo grande arquiteto Oscar Niemayer e o saudoso Presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira

Sala das Sessões, 22 de abril de 2019.


Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura
IZALCI LUCAS	
MARCOS Rogério	
E. AMIN	
Flávia ARMS	
Rui Vitor	
Elmano Férriz	

Página: 2/2 22/04/2019 16:51:21

f77373e846ab7dbbc74cf0af0ee70c52c8699a





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1072, DE 2019

Realização de sessão especial, em 10 de fevereiro de 2020, destinada a homenagear os Bombeiros e profissionais da Defesa Civil que atenderam o desastre do rompimento da barragem de Brumadinho/MG e lembrar as vítimas da tragédia que completa um ano.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)



3



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

A publicação
Em

REQUERIMENTO Nº 1072 DE 2019

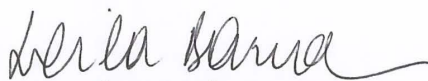
Senhor Presidente,

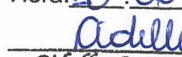
Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/02/2020, a fim de homenagear os Bombeiros e profissionais da Defesa Civil que atenderam o desastre do rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e lembrar as vítimas da tragédia que completa um ano.

JUSTIFICAÇÃO

A tragédia de Brumadinho marcou de forma contundente a Sociedade Brasileira vitimando 270 pessoas e causando pesados danos materiais e ambientais e mostrando à Nação o inestimável trabalho dos Bombeiros e da Defesa Civil que merecem ser lembrados neste momento

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2019.


Senadora Leila Barros
(PSB - DF)

Recebido em 02 / 12 / 2019
Hora: 10 : 06

Cidelle Gomes Vitor Almeida



Página: 1/2 25/11/2019 15:55:57

e712a4b24a4b3d4f89e974h9c6c861a786c305d



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/02/2020, a fim de homenagear os Bombeiros e profissionais da Defesa Civil que atenderam o desastre do rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e lembrar as vítimas da tragédia que completa um ano.

Nome do Senador	Assinatura
LUIZ PASTORE	
REGUFFE	
Jenaiide Gaur	Jenaiide Gaur
Paulo Renato Fery	Paulo Renato Fery
ALVARO DIAS	Alvaro Dias
Vitor Lima	Vitor Lima



SF/19085 63555-84 11 05F-111

Página: 2/2 25/11/2019 15:55:07

e712a4b24a4b3d4f89e974b9c6c861a786c395d





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1073, DE 2019

Realização de Sessão Especial, em 24 de abril de 2020, destinada a celebração do Aniversário do jornal Correio Braziliense.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

A publicação
em 02/12/19

REQUERIMENTO Nº 1073 DE 2019



SF/19144.7.4428-65 (LexEdit)

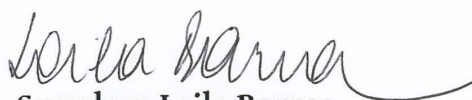
Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 24/04/2020, celebração do Aniversário do Jornal Correio Brasiliense.

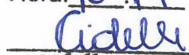
JUSTIFICAÇÃO

O Correio Braziliense é o maior veículo de imprensa escrita da Capital e tem seu aniversário junto com a da própria Capital, representa importante veículo de informação para o cidadão e para a construção da cidadania, ao pedirmos uma Sessão Especial, fazemos uma homenagem ao veículo e à liberdade de imprensa no País.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2019.

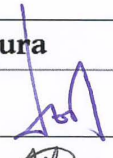

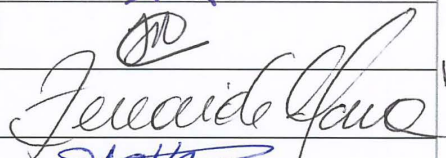
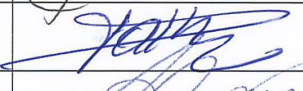
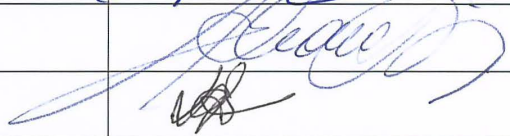


Senadora Leila Barros
(PSB - DF)

Recebido em 02/12/2019.
Hora: 16:19


Cidelle Gomes Vitor Almeida
Membro do Conselho de Administração



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 24/04/2020, celebração do Aniversário do Jornal Correio Brasiliense.

Nome do Senador	Assinatura
LUIZ PASTORE	
REGUFFE	
Jenivaldo Faria	
Paulo B. Tourinho	
ALVARO DIAS	
Wella Luna	



SF/19144.74428-65 (LexEdit)

Página: 2/2 27/11/2019 11:32:34

d9e901be9c5c999e448e3db272145a6a8b20318c





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1074, DE 2019

Realização de sessão especial, em 18 maio de 2020, destinada a rememorar e promover as ações relativas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

A publicação
Em
02/12/19

REQUERIMENTO Nº 1074 DE 2019



SF/19777.38657-50 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 18/05/2020, a fim de rememorar e promover as ações relativas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

JUSTIFICAÇÃO

A questão da exploração sexual de crianças e adolescentes ainda, e infelizmente, é uma situação de altíssima relevância para o País. A data tem profundo significado e se deve ao assassinato de Araceli, uma menina de oito anos que foi drogada, estuprada e morta por jovens de classe média alta, no dia 18 de maio de 1973, em Vitória (ES). Esse crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje permanece impune. A Sessão proposta tem o condão de alertar para o problema, promover a prevenção e combater a impunidade que envolve esse tipo de crime.

Recebido em 02/12/2019
Hora: 10:05

Cidelle
Cidelle Gomes Vitor Almeida

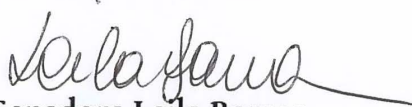
Página: 1/2 27/11/2019 17:33:52

d40a3abe69f1a2a71fd77fd7d778db8b5961df3


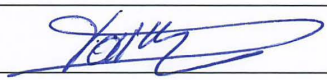

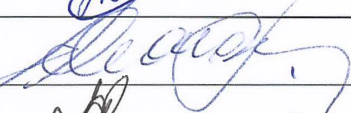



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 18/05/2020, a fim de rememorar e promover as ações relativas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2019.


Senadora Leila Barros
(PSB - DF)


SF19777.38657-50 (LexEdit)

Nome do Senador	Assinatura
LUIZ PASTORE	
Jenquide Jairo	
Paulo Renato Toray	
REGUFFE	
ALVARO DIAS	
Leila Barros	

Página: 2/2 27/11/2019 17:33:52

d40a3abe69f1a2a71fd77fd7d778d8b85961df3



Término de prazos



Encerrou-se em 29 de novembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n°s 34, de 2015; 25, 70 e 104 de 2018. Não foram oferecidas emendas. O Projeto de Lei da Câmara n° 34, de 2015, retorna à Secretaria Geral da Mesa para aguardar inclusão em Ordem do Dia do Requerimento n° 1.033, de 2019, de audiência da CAE. Os Projetos de Lei da Câmara n°s 25, 70 e 104, de 2018, serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
S/Partido - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Luiz Pastore* (S)
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 ** Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-14 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz Pastore.	MDB / ES
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 10

PSDB-8 / PSL-2

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
------------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	10
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Paim** (PT-RS)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juiza Selma** (PODEMOS-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz Pastore* (MDB-ES)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (S/Partido-RJ)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (S/Partido-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 14 Eduardo Braga (8,28,36)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 10</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45)</p> <p>Líder do PSL - 2 Major Olimpio (5)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PATRIOTA - 0</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (9)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55)</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (14,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (15)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (3)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 10</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID).
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB).
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSIKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSIKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSIKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019-GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).

2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.

3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽⁸⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(8,33)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(8,32)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisito Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(8,20,25)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(9,51)
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(8,48,49,50)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(14,46)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(11,26)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. VAGO ^(1,25)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(10,24)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. VAGO ^(20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. VAGO ^(19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁵⁾	5. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,29)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²²⁾	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,27)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Elmano Férrer ^(20,26,28)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁰⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Orioivisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Orlan do Carmo foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(6,12,26)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olimpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

